



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

OS EFEITOS DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL NA RELAÇÃO ENTRE CRENÇA
NO MUNDO JUSTO E VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA DE PESSOAS PRESAS
INJUSTAMENTE

Doutoranda: Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal

Orientador: Prof. Dr. Leoncio Camino R. Larraín

Coorientador: Prof. Dr. Cícero Roberto Pereira

JOÃO PESSOA – PB

DEZEMBRO – 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

OS EFEITOS DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL NA RELAÇÃO ENTRE CRENÇA
NO MUNDO JUSTO E VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA DE PESSOAS PRESAS
INJUSTAMENTE

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Social da
Universidade Federal da Paraíba para fins de
obtenção do título de Doutora em Psicologia
Social.

Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –
CAPES

JOÃO PESSOA – PB
DEZEMBRO – 2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L433e Leal, Tatiana Cavalcanti de Albuquerque.

Os efeitos da confiança institucional na relação entre crença no mundo justo e vitimização secundária de pessoas presas injustamente / Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal. - João Pessoa, 2022.

246 f.

Orientador: Leoncio Francisco Camino R. Larrain.

Coorientação: Cícero Roberto Pereira.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Confiança nas instituições.
3. Erros judiciais. I. Larrain, Leoncio Francisco
Camino Rodriguez. II. Pereira, Cícero Roberto. III.
Título.

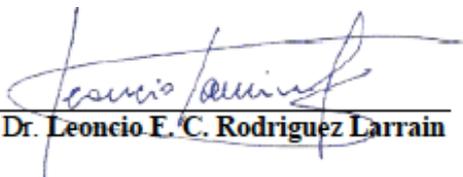
UFPB/BC

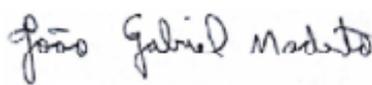
CDU (043)316.6

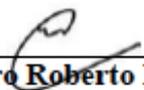


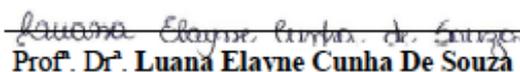
ATA DE DEFESA DE TESE

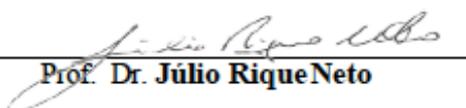
Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, de modo remoto pelo Google Meet, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a defesa de Tese da aluna **TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL** – mat. 20181016279 (orientando(a), UFPB, CPF: 075.302.674-00). Foram componentes da banca examinadora: Prof.(a) Dr.(a) **LEONCIO FRANCISCO CAMINO RODRIGUEZ LARRAIN** UFPB, Orientador, CPF: 040.084.304-82), Prof.(a) Dr.(a) **CICERO ROBERTO PEREIRA** (UFPB, Coorientador, (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 982.070.754-49), Prof.(a) Dr.(a) **JULIO RIQUE NETO** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 293.212.634-20), Prof.(a) Dr.(a) **JOÃO GABRIEL NUNES MODESTO** (UNICEUB, Membro Externo à Instituição, CPF: 020.416.915-14), Prof.(a) Dr.(a) **LUANA ELAYNE CUNHA DE SOUZA** (UNIFOR, Membro Externo à Instituição, CPF: 069.209.384-21) e Prof.(a) Dr.(a) **TAILSON EVANGELISTA MARIANO** (UNICAP, Membro Externo à Instituição, CPF: 008.681.253-00). Na cerimônia compareceram, além do(a) examinado(a), alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o(a) presidente da banca, Prof.(a) Dr.(a) **LEONCIO FRANCISCO CAMINO RODRIGUEZ LARRAIN**, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o(a) examinado(a) **TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado "**OS EFEITOS DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL NA RELAÇÃO ENTRE CRENÇA NO MUNDO JUSTO E VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA DE PESSOAS PRESAS INJUSTAMENTE**". Passando então ao aludido tema, a aluna foi, em seguida, arguida pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de "APROVADO", o qual foi proclamado pelo(a) presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, Carlos Eduardo Pimentel, Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 12 de dezembro de 2022.


Prof. Dr. **Leoncio F. C. Rodriguez Larrain**


Prof. Dr. **João Gabriel Nunes Modesto**


Prof. Dr. **Cicero Roberto Pereira**


Prof. Dr. **Luana Elayne Cunha De Souza**


Prof. Dr. **Júlio Rique Neto**


Prof. Dr. **Tailson Evangelista Mariano**


Prof. Dr. **Carlos Eduardo Pimentel**
Vice-coordenador do PPGPS

À psicóloga Maria Quirino Leal (in memoriam), minha avó

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores brilhantes Leoncio Camino e Cícero Pereira por este título. Tive uma sorte extraordinária na vida ao ser orientada por vocês e nunca vou conseguir agradecer o suficiente pelas orientações exemplares para a tese e para a vida. Ter sido orientanda de vocês foi e sempre será um grande orgulho por onde eu passar. Agradeço a universidade pública, precisamente a Universidade Federal da Paraíba, por ter-me oferecido e subsidiado todas as oportunidades, dentro e fora deste país, para que eu trilhasse um caminho na ciência. Por este mesmo motivo, agradeço a CAPES e CNPQ, por terem me financiado e prestado bolsas desde o início da minha graduação: de iniciação científica, mestrado, doutorado e doutorado-sanduíche. Cursei e obtive este doutorado em tempos difíceis, e poder ser parte e filha de uma educação pública que resistia foi, sem dúvida, uma força motriz.

Aos professores e professoras que sempre admirei e que tive o prazer de comporem minha banca, Professor Júlio Rique, Professor João Modesto, Professora Luana Souza e Professor Tailson Mariano, sou muitíssimo grata por suas presenças e contribuições para engrandecer meu trabalho. Aproveito a oportunidade para registrar também meu agradecimento a todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, desde o meu ingresso no curso de Psicologia. Foi uma jornada longa e agora, doutora, posso dizer que carrego em mim um pedaço de cada um que me ensinou.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa em Comportamento Político por ter sido o berço onde nasci como pesquisadora e por ter dele sido membro até hoje. Vi diferentes gerações de pesquisadoras e pesquisadores passarem pelo grupo e crescerem e carrego isto com orgulho. Por isto, agradeço a todos os colegas membros do grupo, em especial a Karla Mateus, porque começamos juntas e chegamos longe, a Ana Clotilde Coutinho, pela bonita parceria acadêmica e pessoal fundamental em meu início, e a Kaline Lima, porque, sem ela, talvez eu não tivesse chegado aqui. Escrever e fazer a maior parte deste trabalho durante a pandemia e com o

isolamento que isto requereu foi um processo doloroso e por vezes solitário, mas que ficou um pouco mais leve com o apoio deste grupo.

O suporte emocional que recebi é responsável pela outra metade da minha conquista. Agradeço ao meu pai, a minha mãe, ao meu irmão e a minha tia, que sempre tiveram certeza, desde a minha infância, de que eu chegaria a não menos do que aqui e sempre me incentivaram a concretizar isto. Agradeço a Leonardo, por ter sido o braço que muito me segurou – em certa medida, esta tese também é sua. A todas as minhas amigas tão queridas e presentes, obrigada por terem sido um suporte psicológico mútuo fundamental na missão de nos mantermos sãs. Também agradeço a minhas gatas por terem sido tão terapêuticas e estarem sempre presentes quentinhas em meu colo nos momentos intensos de escrita.

Agradeço a University of Kent e ao professor Robbie Sutton por terem me recebido tão bem e de portas abertas para que eu completasse parte importante do meu doutorado além-mar, uma oportunidade inestimável. Por fim, e não menos importante, agradeço a todos que participaram das minhas coletas e foram parte das minhas amostras, em especial aos estudantes universitários, que, em grande parte, esteiam a ciência deste país.

RESUMO

Erros judiciais, como as condenações injustas, são falhas graves no sistema de justiça que acontecem diariamente em todos os sistemas de justiça do mundo. A maioria desses casos é devida à má conduta institucional. A sociedade, no entanto, culpa, desvaloriza e não oferece apoio às pessoas presas injustamente, resultando na vitimização secundária delas. Abordamos este fenômeno propondo a hipótese de que a Crença no Mundo Justo (CMJ) prediz a vitimização secundária de pessoas presas injustamente e que o nível de confiança nas instituições medeia essa relação. Desenvolvemos um programa de pesquisa composto por três artigos, compreendendo cinco estudos. O primeiro artigo consistiu em um estudo preliminar (N = 381) no qual avaliamos o nível de confiança em diversas instituições, e comparamos esses níveis entre dois contextos políticos diferentes no Brasil, os anos de 2018 e 2019. Encontramos um baixo nível de confiança institucional, especificamente nas instituições políticas democráticas. Também encontramos uma mudança nesses níveis de um contexto para outro, pois a confiança nas instituições coercitivas foi mais forte em 2019 do que em 2018. No segundo artigo (N = 381), também um estudo preliminar, investigamos se a confiança institucional estava relacionada à CMJ e se essa relação era moderada por fatores sociais e políticos. A análise revelou que a CMJ se relacionou de fato com a confiança institucional, mas apenas em participantes de esquerda e de baixa renda. O terceiro artigo, com três estudos, foca mais diretamente a hipótese nuclear desta tese. Testamos experimentalmente nossa hipótese principal, a saber, que a CMJ prediria a vitimização secundária de pessoas presas injustamente e que isso aconteceria indiretamente por meio da confiança institucional, dependendo de se a injustiça ameaçaria a CMJ. No primeiro estudo (N = 150), ativamos experimentalmente a ameaça à CMJ e constatamos que a confiança nas instituições de coerção social, políticas e de justiça mediou a relação entre a CMJ e culpabilização da vítima presa injustamente. Além disso, a confiança nas instituições políticas e de justiça também mediou essa relação quando se tratou da minimização do sofrimento da vítima. No segundo estudo (N = 539), replicamos o primeiro estudo com uma amostra maior. Especificamente, na condição de ameaça à CMJ, verificamos que a confiança na mídia mediou a relação da CMJ com a culpabilização da vítima. Da mesma forma, a confiança nas instituições de coerção social e de justiça mediou a relação dessa crença com a dimensão de minimização do sofrimento da vítima. A confiança nas instituições de coerção social mediou essa relação com a dimensão de evitação da vítima. O terceiro estudo (N=252) foi realizado na Inglaterra, contexto cultural onde a democracia está mais bem consolidada. Verificamos que a confiança nas instituições políticas mediou a relação da CMJ com a culpabilização da vítima e com a minimização do sofrimento, e confirmamos o papel de atenuador da vitimização secundária exercido pela confiança nas instituições de justiça. Em geral, os resultados foram consistentes com a hipótese proposta e mostraram como a crença no mundo justo contribui para o processo de legitimação de injustiças cometidas pelas instituições nucleares da sociedade brasileira e inglesa. Também aponta que a confiança nessas instituições pode ser uma ponte para a legitimação.

Palavras-chave: crença no mundo justo; confiança nas instituições; vitimização secundária; injustiça; erros judiciais.

ABSTRACT

Miscarriages of justice, like wrongful convictions, are severe flaws in the justice system that happen daily in all justice systems in the world. The majority of these cases are due to institutional misconduct. Society, however, blames, derogates, and does not offer support to wrongfully convicted persons, resulting in their secondary victimization. We address this phenomenon by proposing the hypothesis that the Belief in a Just World (BJW) predicts the secondary victimization of wrongfully convicted people and that the level of trust in institutions mediates this relationship. We developed a research program of three articles comprising five studies. The first article consisted of a preliminary study (N = 381) in which we assessed the level of trust in several institutions, and we compared these levels between two different political contexts in Brazil, the years 2018 and 2019. We found a low level of institutional trust, specifically in democratic political institutions. We also found a change in these levels from one context to another, as trust in coercive institutions was stronger in 2019 than in 2018. In the second article (N = 381), also a preliminary study, we investigated whether the institutional trust was related to the BJW and if this relationship was moderated by social and political factors. The analysis revealed that the BJW related to institutional trust indeed, but only in left-wing and lower-income participants. The third article, with three studies, focused more directly on the nuclear hypothesis of this thesis. We experimentally tested our main hypothesis: that the BJW would predict the secondary victimization of wrongfully convicted people and that it would happen indirectly through institutional trust, depending on whether injustice threatened the BJW. In the first study (N = 150), we experimentally activated the threat to the BJW. We found that trusting social coercive, political, and justice institutions mediated the relationship between BJW and blaming the wrongfully convicted victim. Moreover, trusting political and justice institutions also mediated this relationship when it came to minimizing the victim's suffering. In the second study (N = 539), we replicated the first study with a larger sample. Specifically, in the threat condition to the BJW, we verified that trusting the media mediated the relationship between the BJW and victim blaming. Likewise, trusting social coercive and justice institutions mediated the relationship between this belief and minimizing the victim's suffering and trusting social coercive institutions mediated this relationship with the dimension of victim avoidance. The third study (N=252) was conducted in England, a cultural context where democracy is well consolidated. We found that trust in political institutions mediated the relationship between BJW and victim blaming and minimizing the victim's suffering. We confirmed the role of mitigation of the secondary victimization played by trust in justice institutions. In general, the results have been consistent with the hypothesis proposed and showed how the BJW contributes to the process of legitimation of injustices committed by nuclear institutions of the Brazilian and English society. It also points out that trusting these institutions can sometimes be a bridge for this legitimation.

Keywords: belief in a just world; trust in institutions; secondary victimization; injustice; miscarriages of justice.

Sumário

<i>Introdução Geral</i>	13
<i>Referências</i>	21
<i>Artigo 1 – A confiança institucional em dois momentos políticos distintos no Brasil</i>	24
<i>Resumo</i>	25
<i>Abstract</i>	26
<i>Introdução</i>	27
Quem confia em quê? Perfil socioeconômico e confiança institucional	28
De 2018 a 2019 no Brasil: Um período de Ameaça Estrutural	29
<i>Método</i>	31
Participantes	31
Instrumentos	33
Procedimento	33
Análise dos dados	34
<i>Resultados</i>	34
Análise fatorial exploratória	34
A confiança institucional e seus correlatos	36
<i>Coerção Social</i>	37
<i>Organizações Civas</i>	40
<i>Mídia</i>	41
<i>Estado</i>	41
<i>Discussão</i>	42
<i>Referências</i>	46
<i>Artigo 2 – A relação entre Crença no Mundo Justo, confiança nas instituições e fatores socioeconômicos e políticos</i>	50

<i>Considerações Preliminares</i>	51
<i>Resumo</i>	52
<i>Abstract</i>	53
<i>Introdução</i>	54
Crença no Mundo Justo e Confiança nas Instituições.....	56
<i>Método</i>	61
Participantes.....	61
Instrumentos.....	63
Procedimento.....	63
Análise dos dados	64
<i>Resultados</i>	64
<i>Discussão</i>	71
<i>Artigo 3 - O Papel da Confiança Institucional na Relação entre Crença no Mundo Justo e Vitimização Secundária de Pessoas Presas Injustamente</i>	84
<i>Considerações preliminares</i>	85
<i>Introdução</i>	86
Do mundo justo às injustiças: Crença no Mundo Justo e Vitimização Secundária	87
Confiança Institucional e Legitimação de Decisões Institucionais	91
<i>Visão geral dos estudos</i>	94
<i>Estudo 1</i>	94
<i>Método</i>	96
<i>Participantes</i>	96
<i>Desenho Experimental e Procedimentos</i>	96
<i>Manipulação</i>	97
<i>Medidas</i>	98
<i>Análise de dados</i>	99
<i>Resultados</i>	99

<i>Culpabilização da vítima</i>	99
<i>Sofrimento da vítima</i>	102
<i>Evitação da vítima</i>	106
Discussão	108
Estudo 2	110
Método	110
<i>Participantes</i>	110
<i>Desenho Experimental e Procedimentos</i>	110
<i>Manipulação</i>	110
<i>Medidas</i>	111
Resultados	111
<i>Culpabilização da vítima</i>	111
<i>Sofrimento da vítima</i>	114
<i>Evitação da vítima</i>	118
Discussão	121
Estudo 3	123
Método	123
<i>Participantes</i>	123
<i>Desenho Experimental e Procedimentos</i>	124
<i>Manipulações</i>	124
<i>Medidas</i>	126
<i>Análise de dados</i>	126
Resultados	127
<i>Análise fatorial exploratória</i>	127
<i>Culpabilização da vítima</i>	129
<i>Sofrimento da vítima</i>	131
<i>Evitação da vítima</i>	135
Discussão	137
Discussão Geral	139
Referências	144
Discussão Geral da Tese	150
Referências	160
ANEXOS	162

Introdução Geral

Em novembro de 2005, um jardineiro do Crato-CE foi abordado e preso por policiais que o acusavam de ter cometido um crime de homicídio. Se dizendo veementemente inocente, sem ter passado por qualquer julgamento e sem, sequer, existir um processo contra ele, ficou preso por 15 anos. Somente em 2021, um advogado tomou conhecimento de seu caso por meio de outro cliente e conseguiu que ele fosse posto em liberdade (Sampaio, 2021). Este evento não é uma exceção, senão apenas um dos inúmeros casos de prisões injustas que foi descoberto e que alcançou as páginas dos jornais em nosso país. Tampouco é exclusividade do sistema penal brasileiro.

Nos Estados Unidos, em que muitos estados ainda fazem uso da pena de morte, casos similares de prisões injustas são comuns. Por exemplo, em 1997, um homem negro de 23 anos foi preso no estado norte-americano da Louisiana por suspeita de tentativa de estupro de uma mulher branca devido a falsa identificação de uma testemunha. Após 17 anos preso, em 2014, evidências de DNA provaram inequivocamente a sua inocência ao identificarem o verdadeiro perpetrador (Hilb, 2022). Fenômeno similar tem ocorrido em outros contextos. Em Glasgow, na Escócia, um homem foi preso, em 2007, acusado de roubar mais de 8 mil libras de um banco, após ter sido reconhecido por policiais nas câmeras de segurança do local e por reconhecimento facial de duas testemunhas, mas, posteriormente, evidências de DNA de outra pessoa foram encontradas na porta do banco, o que o inocentou (Rowley, 2009).

Abordar este problema é muito importante não apenas porque erros judiciários ocorrem em qualquer sistema penal do mundo, mas, sobretudo, porque parecem ocorrer com bastante frequência. Segundo o National Registry of Exonerations (2022), até agora, 2.978 prisões injustas já foram descobertas nos Estados Unidos, e este número, provavelmente, está subestimado e não retrata plenamente a realidade. É geralmente aceito que estimativas de taxas de condenações injustas são conservadoras e que os casos oficialmente identificados

representam somente a ponta do *iceberg* (Faison & Smalarz, 2021), sendo muito mais na realidade. As razões são variadas, mas a maior parte dos casos se deve à má conduta policial. Segundo o relatório anual de 2020 desta organização (The National Registry of Exonerations, 2021), a origem das condenações erradas se deveu, em 67% dos casos, à má conduta policial, em 23% dos casos à identificação errada de testemunhas e 10% à falsa confissão. Vale salientar que 51 dos 129 casos identificados no ano de 2021 foram casos em que nenhum crime sequer ocorreu.

No Brasil, não há dados oficiais sobre a quantidade de pessoas que foram acusadas ou presas injustamente¹, mas os altos índices de prisões provisórias podem ser lidos como um indicativo de que há um grande número de pessoas sendo punidas por crimes que possivelmente não cometeram. Cerca de 30% dos presos no sistema penal brasileiro são provisórios (Departamento Penitenciário Nacional, 2021), isto é, foram presos sem que o devido processo legal tivesse ainda sido concluído. Soma-se a isto, enquanto fator preocupante para nosso cenário, os resultados do levantamento realizado pelo *World Justice Project* em 2021 (World Justice Project, 2021), que avaliou o Estado de Direito em 139 países e jurisdições. Nesta avaliação, o Brasil ocupou o 2º lugar para a Justiça Criminal mais parcial do mundo² e a 26ª posição para o descumprimento do devido processo legal e de direitos do acusado³. Deste modo, não há dúvidas de que erros judiciários como acusações e prisões injustas sejam uma realidade diária no país.

¹ Também não há, no Brasil, uma terminologia oficial sobre o fenômeno tal como na língua inglesa (*wrongful conviction*), sendo “prisão injusta” a mais comum.

² A variável mediu se a polícia e os juízes criminais são imparciais e se, em sua prática, discriminam com base em status socioeconômico, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual ou identidade de gênero. O primeiro lugar foi ocupado pela Venezuela (World Justice Project, 2021).

³ A variável mediu se os direitos fundamentais dos suspeitos de crimes são respeitados, incluindo a presunção de inocência e a liberdade de prisão arbitrária e prisão preventiva não razoável. Também mediu se os suspeitos de crimes podem acessar e contestar as provas usadas contra eles, se estão sujeitos a tratamento abusivo e se recebem assistência jurídica adequada. Além disso, mediu se os direitos fundamentais dos presos são respeitados depois de terem sido condenados por um crime (World Justice Project, 2021).

O fato de que os erros judiciais são uma realidade constante é preocupante porque estes erros têm graves consequências para as vidas das pessoas que foram presas injustamente e para suas famílias, pois a prisão acarreta um estigma que inviabiliza a reintegração da pessoa à sociedade (Clow et al., 2012). Westervelt e Cook (2010), em estudo que coletou experiências pós-prisão de 18 pessoas que foram absolvidas do corredor da morte nos Estados Unidos, relataram que uma pessoa lidou com sua absolvição abrupta e desamparada cometendo pequenos delitos, como furtos em lojas, de forma a poder passar uma noite na prisão, tendo em vista a falta de familiaridade com a vida fora das grades. De fato, a despeito da injustiça da prisão e da inocência do sujeito, as pessoas tendem a perceber quem foi preso injustamente como culpado de alguma forma pelo crime que não cometeu (Faison & Smalarz, 2021). Dito de outra maneira, legitimam, ao menos em alguma medida, a injustiça cometida pelas instituições, e fazem isso distorcendo psicologicamente a situação de modo que a vítima inocente seja percebida como sendo culpada. Questionamo-nos se uma forte motivação para perceber o mundo como um lugar justo pode ajudar a explicar este fenômeno de legitimação de prisões injustas.

A teoria da Crença no Mundo Justo (CMJ), desenvolvida por Melvin Lerner (Lerner, 1980; Lerner & Miller, 1978; Lerner & Simmons, 1966), propõe que as pessoas têm uma necessidade psicológica profunda de acreditar que o mundo é um lugar justo onde os indivíduos recebem o que merecem e merecem o que recebem. De acordo com Sutton e Winnard (2007), essa necessidade se origina na infância e acompanha o processo de desenvolvimento e socialização, quando as crianças são socializadas num sistema onde aprendem a regular sua busca por gratificação de forma a acumular recompensas e evitar punições a longo prazo. De tal modo, aderindo às normas morais, uma criança cumpre a sua parte em um “contrato pessoal” tácito com o mundo e, em contrapartida, espera receber um tratamento justo (Sutton & Winnard, 2007). No entanto, essas crenças na justiça do mundo

são uma espécie de “faca de dois gumes”, porque, embora tragam benefícios fundamentais para a autorregulação psicossocial, também são capazes de promover distorções na realidade com consequências negativas para as relações sociais.

A CMJ traz benefícios importantes porque faz a vida parecer ordenada, significativa e controlável. Entretanto, precisamente por serem psicologicamente benéficas, as pessoas são motivadas a proteger suas crenças de justiça diante de evidências que não as confirmam, o que pode levar a consequências negativas. Para proteger a sua visão de mundo justo, quando as pessoas testemunham infortúnios imerecidos dos outros, podem ser motivadas a tentar minimizar essas injustiças (Sutton & Winnard, 2007). Sempre que possível, podem fazer isso ajudando ativamente, de fato, as vítimas (Zuckerman, 1975). Contudo, quando não é possível reparar a situação na realidade, podem adotar estratégias cognitivas como desvalorização ou derrogação e culpabilização da vítima por seu próprio infortúnio para minimizar a aparente injustiça sofrida por ela.

A culpabilização e desvalorização de vítimas inocentes são expressões de um processo de vitimização secundária, no qual vítimas inocentes, já confrontadas com as consequências negativas provocadas pelo fenômeno que as vitimizou, são vitimizadas uma segunda vez pelas outras pessoas que com elas interagem (hetero-vitimização secundária) ou por elas próprias (auto-vitimização secundária), como forma de autoproteção (Correia, 2003). Muitas pesquisas têm demonstrado evidências da ocorrência deste fenômeno diante de situações de injustiça ocorridas a diferentes grupos, como pessoas com AIDS (Heaven & Connors, 1988), vítimas de assalto e roubo (Hafer, 2000) e mulheres sobreviventes de estupro (Carroll, 2021). Entretanto, a vitimização secundária de vítimas de prisões injustas, até onde conhecemos, não foi suficientemente investigada, especialmente no quadro mais geral da psicologia social da justiça e de forma a envolver suas diversas dimensões. Acreditamos que esse fenômeno também ocorra a este tipo de vítima, mas entendemos, além disso, que

subjacente a este relacionamento também esteja o grau em que os indivíduos confiam nas instituições sociais e políticas, uma vez que se trata de vítimas de procedimentos indevidos ou errados de instituições importantes e nucleares em sociedades democráticas modernas, como a Polícia e o Judiciário.

Uma das principais formas pelas quais instituições sociais obtêm legitimidade, como Polícia e Judiciário, é levando a sociedade a confiar nelas (Catterberg & Moreno, 2006). Por isso a obtenção de confiança é tão importante. As instituições precisam ser vistas como legítimas, ao menos em sociedades que não devem fazer uso da coerção como as democráticas, para que os seus atos sejam validados e vistos como legítimos (Tyler, 2006). No entanto, nos questionamos que tipo de efeitos adversos poderá emergir do ato de confiar muito nas instituições, especialmente quando elas promovem injustiças. Assim, acreditamos que a necessidade de vitimizar secundariamente uma vítima de uma injustiça institucional tal qual uma prisão injusta também surgirá da necessidade de enxergar a prisão injusta como sendo correta quando as instituições envolvidas forem muito confiadas. Com isto, na busca pela compreensão do fenômeno de vitimização secundária de vítimas de prisões injustas, fazemos uso da CMJ, mas entendemos que a inclusão de alguma expressão da relação das pessoas com as instituições não poderia ficar de fora deste processo. Vale salientar, contudo, que apesar da alta confiança possivelmente se associar com a legitimação da injustiça da vítima, o nível de confiança nas instituições políticas e sociais dos países precisa ser entendido a partir de elementos contextuais e culturais. Nem todas as sociedades confiam no mesmo grau nas diversas instituições, e esta característica tem a ver com a forma com que as instituições têm tratado as pessoas ao longo dos anos nestas sociedades.

O nível de confiança institucional parece ter estreita relação com o passado democrático do país. Quanto mais jovem a democracia, menos se confia nas instituições devido à memória recente das práticas institucionais dos regimes autoritários contra os

cidadãos, e quanto mais antigas, mais se confia (Ramos et al., 2016). Neste sentido, na Europa, de acordo com o relatório de 2018 da Eurofound (2018), em geral são as democracias mais estabilizadas (assim compreendidas aquelas que instituíram o regime democrático desde pelo menos 1945) as que gozam de maiores níveis de confiança nas instituições. Os cinco primeiros países com maiores níveis de confiança institucional na Europa são Finlândia, Suécia, Dinamarca, Alemanha e Reino Unido. Apesar de terem em comum o nível alto de confiança nas instituições, diferem em relação a quais instituições são mais confiadas e em que grau.

No que se refere a instituições como exército, polícia e sistema judicial, observa-se que o Reino Unido tem uma tendência maior a nelas confiar do que a média da União Europeia. A maioria das pessoas no Reino Unido confia no exército (84%), na polícia (76%) e no sistema jurídico nacional (61%) (Randall et al., 2019). No entanto, é certo que confiar muito nas instituições não significa a mesma coisa nas diferentes culturas. Assim como o nível de confiança nos países parece depender do seu histórico democrático, existem diferenças importantes no que está por trás de uma alta confiança institucional em países de democracia jovem e antiga. Em democracias mais recentes, quanto maior a confiança nas instituições políticas, maior a adesão a valores de conservação. Por outro lado, em países com maior histórico democrático, as pessoas mais conservadoras são as que apresentam menores níveis de confiança nas instituições políticas (Ramos et al., 2016). Isto pode sugerir que as razões para a maior confiança nas instituições sejam diferentes. Consequentemente, os efeitos práticos da confiança nas instituições podem ser diversos, como no caso a ser aqui investigado de legitimação de injustiças.

Por essa razão, questionamos qual é o papel específico da confiança nas instituições numa relação entre a CMJ e a vitimização secundária de vítimas inocentes de injustiças institucionais. Consideraremos, para tanto, contextos políticos e culturais diferentes: Brasil,

um país em processo de democratização ainda muito instável; e Inglaterra, um país com democracia mais bem consolidada.

Visão geral da tese

Buscando compreender a vitimização secundária de pessoas presas injustamente, a nossa proposta sugere que a CMJ e a confiança institucional contribuem, ao menos em parte, para explicar este fenômeno. Assim, dando seguimento à linha de investigação da predição da vitimização secundária de diversos tipos de vítimas inocentes pela CMJ, desenvolvemos a tese de que a CMJ prediz a vitimização secundária de vítimas de prisões injustas, e que a confiança institucional medeia esta relação. Testamos essa hipótese em cinco estudos organizados em três artigos empíricos.

Os dois primeiros artigos se referem a um conjunto de dados coletados em 2018 e 2019 a partir dos quais realizamos dois diferentes estudos. São estudos de caráter preliminar em que investigamos as variáveis envolvidas de forma gradual. No primeiro artigo, fizemos uma análise mais aprofundada sobre confiança institucional, no segundo artigo analisamos a existência de relação entre CMJ e confiança institucional e no terceiro artigo, finalmente, analisamos a relação entre CMJ, confiança institucional e vitimização secundária de pessoas presas injustamente. Especificamente, no primeiro artigo, tivemos o interesse de analisar o nível de confiança em diversas instituições, e, a fim de enriquecer a análise, realizamos um comparativo da dinâmica dos níveis de confiança em dois anos, 2018 e 2019. Num segundo artigo, e a mesma amostra, investigamos se a confiança institucional tinha alguma relação com a crença no mundo justo. Investigamos também, exploratoriamente, se esta relação era moderada por elementos como posicionamento político e nível socioeconômico. Finalmente, no terceiro artigo, testamos experimentalmente a hipótese principal que forma esta tese. Precisamente, testamos a hipótese de que a CMJ prediz a vitimização secundária de vítimas de erros judiciários que levam a prisões errôneas, e que isso ocorre indiretamente, por meio

de uma alta confiança institucional. Operacionalizamos a investigação por meio de três estudos experimentais nos quais, fazendo uso de uma matéria fictícia de jornal sobre um caso de prisão injusta, manipulamos a ameaça à CMJ. Assim, os dois primeiros artigos consistem em pesquisas correlacionais e o último artigo traz estudos experimentais.

Referências

- Carroll, C. P. (2021). The ‘lottery’ of rape reporting: Secondary victimization and Swedish criminal justice professionals. *Nordic Journal of Criminology*, 22(1), 22–41.
<https://doi.org/10.1080/2578983X.2021.1900516>
- Catterberg, G., & Moreno, A. (2006). The Individual Bases of Political Trust: Trends in New and Established Democracies. *International Journal of Public Opinion Research*, 18(1), 31–48. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edh081>
- Clow, K. A., Leach, A.-M., & Ricciardelli, R. (2012). Conviction of the innocent: Lessons from psychological research. In B. L. Cutler (Ed.), *Conviction of the innocent: Lessons from psychological research*. American Psychological Association.
<https://doi.org/10.1037/13085-000>
- Correia, I. F. (2003). *Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: Crença no mundo justo, inocência da vítima e vitimização secundária*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Departamento Penitenciário Nacional. (2021). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. <https://rb.gy/f8kzvtv>
- Faison, A. L., & Smalarz, L. (2021). PERCEPTIONS OF EXONEREES: A REVIEW OF THE PSYCHOLOGICAL SCIENCE. *Albany Law Review*, 83(3), 1021–1058.
- Hafer, C. L. (2000). Do innocent victims threaten the belief in a just world? Evidence from a modified Stroop task. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(2), 165–173.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.79.2.165>
- Heaven, P. C. L., & Connors, J. (1988). Personality, gender, and “just world” beliefs.

Australian Journal of Psychology, 40(3), 261–266.

<https://doi.org/10.1080/00049538808260047>

Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion*. Springer.

https://doi.org/10.1007/978-1-4899-0448-5_2

Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process:

Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85(5), 1030–1051.

<https://doi.org/10.1037/0033-2909.85.5.1030>

Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). Observer's reaction to the “innocent victim”:

Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4(2), 203–210.

<https://doi.org/10.1037/h0023562>

Ramos, A., Brites, R., & Vala, J. (2016). Confiança nas instituições políticas em países

européus: O papel dos valores, da experiência democrática e da percepção de eficácia do

sistema político numa perspetiva multinível. In F. L. Machado, A. N. de Almeida, & A.

F. da Costa (Eds.), *Sociologia e Sociedade: Estudos de Homenagem a João Ferreira de*

Almeida. (pp. 345–367). Mundos Sociais.

Randall, C., Cochrane, A., Jones, R., & Manclossi, S. (2019). Measuring national well-being

in the UK: international comparisons, 2019. *Office for National Statistics*, 1–36.

Sutton, R. M., & Winnard, E. J. (2007). Looking ahead through lenses of justice: The

relevance of just-world beliefs to intentions and confidence in the future. *British Journal*

of Social Psychology, 46(3), 649–666. <https://doi.org/10.1348/014466606X166220>

Tyler, T. R. (2006). Psychological Perspectives on Legitimacy and Legitimation. *Annual*

Review of Psychology, 57(1), 375–400.

<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.57.102904.190038>

Westervelt, S. D., & Cook, K. J. (2010). Framing innocents: the wrongly convicted as victims of state harm. *Crime, Law and Social Change*, 53(3), 259–275.

<https://doi.org/10.1007/s10611-009-9231-z>

World Justice Project. (2021). *WJP Rule of Law Index*. <https://worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/factors/2021/>

Zuckerman, M. (1975). Belief in a just world and altruistic behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 31(5), 972–976. <https://doi.org/10.1037/h0076793>

Artigo 1 – A confiança institucional em dois momentos políticos distintos no Brasil

Resumo

A confiança institucional é fundamental para a legitimação e estabilidade de um regime democrático, mas ela pode variar mesmo em curtos espaços de tempo. Este artigo teve como objetivo identificar variações na confiança institucional entre 2018 e 2019, período crítico na história recente do Brasil e decisivo para a ascensão ao poder de um presidente extremamente conservador nos costumes e marcadamente antidemocrático no discurso institucional. Um questionário sobre confiança institucional foi respondido por 381 universitários nestes anos, com média de idade de 22,4 anos (DP=6,25). Os resultados indicaram baixo nível de confiança, sobretudo nas instituições democráticas. Observou-se, também, um aumento na confiança em instituições coercitivas em 2019. Discutimos os limites e alcance dos resultados no contexto de crise institucional e de ameaça a uma democracia jovem como é a brasileira, que já tem um histórico de rupturas institucionais.

Palavras-chave: Confiança; Instituições; Democracia; Autoritarismo, Psicologia Política

Abstract

Institutional trust is fundamental to the legitimacy and stability of a democratic regime, but it can vary even within short periods. This article aimed to identify variations in institutional trust levels between 2018 and 2019, a critical period in the recent history of Brazil and decisive for the rise to power of an extremely conservative president towards customs and markedly undemocratic in institutional discourse. A questionnaire on institutional trust was answered by 381 university students in these years, with an average age of 22.4 years (SD = 6.25). The results indicated a low level of trust, especially in democratic institutions. There was also an increase in trust in coercive institutions in 2019. We discussed the limits and scope of the results in the context of an institutional crisis and the threat to a young democracy such as the Brazilian, which has already a history of institutional ruptures.

Keywords: Trust; Institutions; Democracy; Authoritarianism, Political Psychology

Introdução

As instituições públicas e políticas de uma sociedade são responsáveis pela formalização, organização e implementação de normas sociais e regras de conduta que definem a dinâmica de sua vida social. Em contrapartida, a sociedade espera que as instituições atuem de acordo com os termos e objetivos para os quais foram criadas. Por isso, a ineficiência ou indiferença das instituições diante de demandas sociais associadas a resultados negativos no desenvolvimento econômico, no combate à corrupção ou no desrespeito aos direitos de cidadania podem gerar suspeição, descrédito e desconfiança a respeito delas (Ferrari, 2016; Miller & Listhaug, 1999). Neste contexto, a confiança funciona como um termômetro para a legitimidade do sistema sócio-político-econômico que sustenta o funcionamento de uma sociedade. Níveis baixos de confiança nas instituições, especialmente as democráticas, podem se tornar um problema para a estabilidade política do regime.

O Brasil é um país com baixos índices de confiança institucional, o que tem persistido ao longo do tempo (Russo et al., 2018). Mas, apesar do baixo nível de confiança, a população não desconfia no mesmo grau em relação a todos os tipos de instituições. Uma pesquisa do instituto Datafolha (Datafolha, 2019) verificou que 42% dos brasileiros confia muito nas Forças Armadas, 28% na Presidência da República, 24% no Poder Judiciário, 22% nas grandes empresas do país, 21%, na imprensa, 7% no Congresso Nacional e 4% nos partidos políticos. Já o Latinobarómetro de 2018 (Corporación Latinobarómetro, 2018) aponta que 39% da população confia muito ou moderadamente em instituições privadas como ONGs e 27% em sindicatos.

Lidos em conjunto, o que esses dados evidenciam é que há uma tendência nos brasileiros para confiarem mais nas Forças Armadas e policiais e em instituições não-governamentais, ao mesmo tempo em que desconfiam das instituições democráticas. Enquanto este talvez possa não ser um problema para democracias sólidas, em que a chance

de degenerarem a formas autoritárias de governo é potencialmente muito menor (Lima et al., 2018), o mesmo não pode ser dito de países com democracias novas e com histórico de rupturas do processo democrático, como o Brasil. É possível que cresça o reconhecimento de alternativas à democracia como possível solução para crises políticas e problemas sociais. Por isso, é necessário manter em pauta a discussão sobre a confiança institucional enquanto fator de apoio à democracia, especialmente quando mudam as conjunturas políticas. Por outro lado, tanto a confiança excessiva nas instituições como a confiança muito fraca podem ser prejudiciais para o funcionamento da sociedade e desembocarem em consequências adversas (Cichocka et al., 2018), o que evidencia a necessidade de se compreender os níveis de confiança. Além disso, é importante também verificar o perfil socioeconômico das pessoas que confiam mais e identificar as que confiam menos nas instituições, de forma a melhor compreender as estruturas de poder que permeiam a questão e o próprio risco para a democracia.

Quem confia em quê? Perfil socioeconômico e confiança institucional

A confiança institucional está associada tanto a fatores macro quanto microssociais. No campo dos fatores individuais, tem sido verificado que a confiança nas instituições políticas e sociais varia conforme o perfil político-ideológico, econômico e social das pessoas, incluindo indicadores de escolaridade, religiosidade, posicionamento político e rendimentos. Por exemplo, no contexto latino-americano, Ribeiro (2011) verificou que o autoposicionamento ideológico de argentinos e peruanos estava relacionado com a confiança política, indicando que quanto mais à direita do espectro, e com mais rendimentos, mais as pessoas tendiam a confiar nas instituições políticas. Isto foi do mesmo modo verificado por Ramos, Brites e Vala (2016) em contexto europeu, além de terem encontrado uma correlação positiva também com níveis mais altos de escolaridade e de religiosidade. De fato, as pessoas à direita, em geral, buscam a manutenção do status quo, o conservadorismo social e o

liberalismo na economia (Hafer & Sutton, 2016; Jost, Glaser, et al., 2003). É possível que as pessoas nos níveis mais altos de rendimentos confiem em maior medida no *establishment* político e busquem manter o status quo e, conseqüentemente, preservar intacta a sua posição na hierarquia social.

No plano macrossocial, o funcionamento global da economia e o nível de desigualdade social do país são considerados fortes preditores da alta confiança, de modo que países mais ricos e menos desiguais geralmente gozam de maior confiança nas instituições públicas por parte de seus cidadãos (Anderson & Singer, 2008; Boda & Medve-Bálint, 2014). Outro fator macrossocial que pode interferir na percepção de desempenho e no grau de confiança institucional é a mudança de perfil político na presidência do país. Por exemplo, Bowler e Donovan (2003) verificaram que os eleitores que não elegeram seu candidato na eleição presidencial dos Estados Unidos de 2000 desenvolveram menor confiança na Suprema Corte e no governo federal do país posteriormente ao pleito, enquanto aqueles que votaram no candidato vencedor apresentaram maior confiança nessas instituições. Questionamo-nos se a mudança recente de presidência no Brasil traria o mesmo efeito, o que poderia ser um indicador da força e legitimidade de determinadas instituições no novo governo.

De 2018 a 2019 no Brasil: Um período de Ameaça Estrutural

No início de 2018, o Brasil encontrava-se com sequelas de uma crise econômica da qual ainda se recuperava, de um *impeachment* presidencial controverso e uma classe política assolada por escândalos de corrupção. Era um estado de crises quase contínuas que havia começado em junho de 2013, com uma vasta onda de mobilização política exigindo melhores serviços públicos (Sweet, 2014), conhecida como as jornadas de junho de 2013 (Pinto et al., 2019). Segundo Sweet (2014), as sementes de um novo discurso *anti-establishment* já haviam sido ali plantadas. Com este contexto de crises, 2018 resultou em ser um ano de

transformação na política de massa. Dentre estas mudanças, está o triunfo de novos padrões de mobilização à direita (Duque & Smith, 2019), o que foi decisivo para o resultado das eleições presidenciais daquele ano. Cenários de crises, especialmente envolvendo instituições democráticas, favorecem discursos autoritários e a proposição de soluções antidemocráticas. Nessa conjuntura, e no contexto de crise também institucional impulsionada pela Operação Lava Jato, que teve como consequência o fortalecimento de instituições de ordem e policiamento e enfraquecimento de instituições democráticas (Pinto et al., 2019), não foi por acaso que, nas eleições presidenciais de 2018, diversos militares da reserva se candidataram a cargos no Legislativo e no Executivo. A ascensão de Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército, é um exemplo desse fenômeno.

Com o seu discurso antissistêmico, antipolítica e anti-instituições democráticas, Bolsonaro teve apoios estratégicos e decisivos para a sua vitória em 2018. Obteve esse apoio principalmente de evangélicos, das classes média e alta, de elites econômico-financeiras e das Forças Armadas e de segurança pública que tinham interesse na adoção de princípios econômicos ortodoxos e de valores sociais mais conservadores, defendidos pelo então candidato (Datafolha, 2018; Duque & Smith, 2019). Uma consequência do apoio é que, segundo Norris (Norris, 1999), a vitória de um político e sua chegada ao poder fazem com que as pessoas que votaram nele, as ditas “ganhadoras”, passem a considerar as instituições mais responsivas às suas demandas e, conseqüentemente, a confiar mais nelas, ao passo que as “perdedoras” se tornam menos confiantes neste período. Assim, tendo vencido as eleições no fim de 2018, é provável que as instituições primadas pelo então presidente, como a Igreja, as Forças Armadas e de segurança e o empresariado, tenham saído deste ano mais fortalecidas em algum grau e, conseqüentemente, mais confiadas do que antes.

É importante salientar que, embora o presidente em 2018, Michel Temer, fosse também de direita, ele passou a ocupar o cargo após o impeachment de Dilma Rousseff,

enquanto vice de uma chapa que havia trazido um partido mais à esquerda para a presidência do país por um período de 14 anos. Logo, a vitória de Jair Bolsonaro refletiu um processo de mudança política iniciado já alguns anos antes de sua ascensão. No entanto, de acordo com Magalhães (2003), a confiança ou desconfiança em relação às instituições políticas é uma atitude passível de alteração em curtos espaços de tempo. Por isso, questionamos se a mudança política representada pelo advento do novo governo, possuidor de uma postura por vezes marcadamente antissistêmica e contrária a instituições essenciais à democracia, rompendo com os padrões anteriores, se associou a mudanças na maneira como as pessoas se relacionavam com as instituições no ano anterior.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo principal verificar o nível de confiança nas diferentes instituições e identificar em que medida houve mudança nos níveis de confiança em diferentes instituições entre 2018 e 2019, anos que representam dois contextos políticos diferentes em função da mudança de presidência no país e da ascensão de um candidato/presidente ultraconservador. Além disso, também buscamos verificar e investigar a relação dessa confiança com o perfil social, político e econômico de brasileiros. Para tanto, entre agosto de 2018 e setembro de 2019, foram feitos dois levantamentos do nível de confiança de estudantes universitários em relação a diversas instituições.

Método

Participantes

Os participantes das pesquisas foram estudantes universitários de uma universidade pública. A amostra contou com 381 participantes: 111 em 2018 e 270 em 2019. Em 2018, a amostra contou com 50 estudantes do curso de Direito (45%) e 61 de Psicologia (55%). Em 2019, foram 117 de Direito (43,3%) e 153 de Psicologia (56,7%). A média de idade da amostra foi de 22,4 anos (DP=6,25). A Tabela 1 detalha o perfil sociodemográfico dos participantes.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico da amostra de estudantes universitários

Variável	2018		2019		Total	
	N	%	N	%	N	%
Gênero						
Feminino	65	58,6	158	59	223	58,8
Masculino	46	41,4	109	40,7	155	40,6
Orientação política						
Esquerda	64	59,8	132	49,4	196	52,4
Centro	32	29,9	102	38,3	134	35,8
Direita	11	10,3	33	12,4	44	11,8
Religião						
Espírita	8	7,2	16	6	24	6,3
Evangélica	16	14,4	41	15,3	57	15
Afro-brasileira	1	0,9	18	6,7	19	5
Católica	36	32,4	89	33,2	125	33
Sem Religião	45	40,5	88	32,8	133	35,1
Outra	5	4,5	16	6	21	5,5
Renda familiar						
Menos de 1 salário mínimo	4	3,6	8	3	12	3,2
1 salário mínimo	9	8,2	18	6,7	27	7,1
1-3 salários mínimos	27	24,5	70	26	97	25,6
3-5 salários mínimos	32	29,1	59	21,9	91	24
5-10 salários mínimos	16	14,5	71	26,4	87	23
10-15 salários mínimos	11	10	28	10,4	39	10,3
Mais de 15 salários mínimos	11	10	15	5,6	26	6,9

Instrumentos

Desenvolvemos um questionário com uma escala de confiança institucional de quatro pontos (nenhuma, pouca, moderada e muita confiança) com uma lista de 17 instituições brasileiras de interesse para a pesquisa: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Partidos políticos, Polícia Federal, Polícia Militar, Forças Armadas, Empresariado, Mídia Televisiva e Rádio, Jornais e Revistas, Mídia Digital, ONGs de Direitos Humanos, Sindicatos, Grêmios e Movimentos estudantis, Movimentos Populares, Associações de Moradores e Igrejas. Esta lista foi desenvolvida a partir da análise de diversas outras medidas de confiança institucional em diferentes estudos (Lima et al., 2018; Ramos et al., 2016; Zhang & Zhang, 2015) e da conclusão de que nenhuma abrangia um leque amplo de instituições, com frequência limitando-se apenas a instituições propriamente políticas. Além disso, também incluímos um questionário sociodemográfico com perguntas para a caracterização do perfil social, político e econômico dos participantes, incluindo idade, gênero, curso, religião, orientação político-ideológica e renda familiar.

Procedimento

A coleta de dados ocorreu presencialmente, em contexto de sala de aula, sendo que cada participante respondeu ao instrumento individualmente. Foram-lhes entregues um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em que foram disponibilizadas algumas informações sobre o objetivo da pesquisa, além de garantir o caráter voluntário e anônimo da participação. Foram respeitados todos os preceitos éticos dispostos na resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde acerca das pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa vinculado à Universidade Federal da Paraíba em parecer de número 3.628.925.

Análise dos dados

A análise dos dados foi feita por meio do software estatístico SPSS – *Statistical Package for Social Sciences* em sua versão 23. Nele, foram calculadas estatísticas descritivas, análises fatoriais exploratórias com rotação Varimax, análises de correlação e análises de covariância (ANCOVA Fatorial).

Resultados

Análise fatorial exploratória

A análise fatorial dos eixos principais da confiança nas instituições, com rotação Varimax, indicou um valor de KMO = 0,82 e teste de esfericidade de Bartlett significativo [$\chi^2(136) = 2381,47; p < 0,001$]. O critério de Kaiser (1960) para a retenção de fatores apontou a existência de quatro fatores com valores próprios acima de 1 (1,01 a 3,98). A estrutura tetrafatorial final explicou 61,54% da variância total dos itens.

O primeiro fator da estrutura tetrafatorial reúne a confiança nas instituições do conjunto a que denominamos de Coerção Social. O segundo fator agrega a confiança nas instituições que formam o arco das Organizações Civas. O terceiro fator define a confiança na Mídia e o quarto organiza a confiança nas instituições que formam os poderes do Estado. Para analisar a consistência interna dos fatores, foram estimados os coeficientes alfa de Cronbach. Os quatro fatores, Coerção Social ($\alpha=0,83$), Organizações Civas ($\alpha=0,82$), Mídia ($\alpha=0,75$) e Estado ($\alpha=0,63$), apresentaram índices satisfatórios.

Tabela 2. Análise fatorial exploratória da escala de confiança institucional

Instituições	Fatores			
	1 Coerção Social	2 Org. Civis	3 Mídia	4 Estado
Forças Armadas	0,84			
Polícia Militar	0,83			
Polícia Federal	0,72			
Igrejas	0,70			
Empresariado	0,62			
Grêmios e Movimentos Estudantis		0,80		
Movimentos Populares		0,79		
Sindicatos		0,76		
Associações de Moradores		0,73		
ONGs de Direitos Humanos		0,56		
Partidos políticos		0,50		
Mídia Televisiva e Rádio			0,86	
Revistas e Jornais			0,79	
Mídia Digital			0,67	
Poder Legislativo				0,74
Poder Executivo				0,70
Poder Judiciário				0,61
Var. explicada (%)	18,90	37,80	51,32	61,54
Alfa de Cronbach	0,83	0,82	0,75	0,63

A confiança institucional e seus correlatos

As estatísticas descritivas revelaram que os participantes apresentaram um baixo nível de confiança nas instituições em geral, tanto antes como depois das eleições. Apesar disso, vemos que, depois das eleições, houve um aumento de confiança institucional em todos os grupos. Ademais, como apresenta a Tabela 3, as instituições que compõem as Organizações Cívicas foram as que obtiveram maior nível de confiança, enquanto as que compõem o Estado tiveram o menor nível.

Tabela 3. Médias e desvios-padrão (entre parênteses) da confiança nos tipos de instituições

Tipo de instituição	2018	2019	Total
Coerção Social	2,15 (0,59)	2,17 (0,70)	2,17 (0,67)
Organizações Cívicas	2,46 (0,52)	2,48 (0,59)	2,47 (0,57)
Mídia	1,87 (0,56)	2,10 (0,57)	2,04 (0,58)
Estado	1,82 (0,51)	1,97 (0,55)	1,92 (0,54)
Confiança Geral	2,16 (0,33)	2,23 (0,38)	2,21 (0,37)

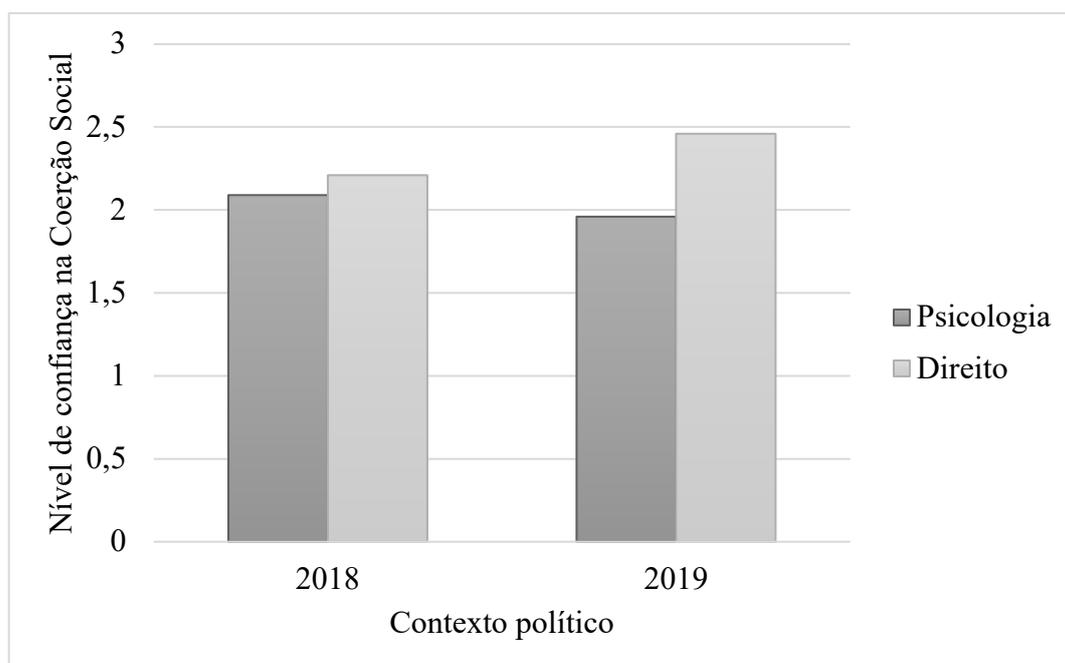
A despeito das tendências gerais, a depender da orientação política, gênero, idade, religião, curso e renda do participante, a confiança nestas instituições poderia ser maior ou

menor para os diferentes grupos. Por isso, foram realizadas análises de covariância (Ancova), tomando o ano da realização da pesquisa (2018 vs. 2019) como fator entre participantes e as outras variáveis como covariáveis. A seguir, apresentam-se as relações entre os fatores, o contexto político (ano da pesquisa) e as variáveis sociodemográficas. Em nossas análises, buscamos por interações significativas entre o período da pesquisa e as demais variáveis, mas também por efeitos principais de cada variável sobre a confiança.

Coerção Social

A confiança no fator Coerção Social de fato sofreu variação significativa entre os contextos políticos, de modo que a confiança em 2019 foi maior que em 2018. Observou-se um efeito de interação significativo entre os diferentes períodos das pesquisas e o curso do participante [$F(1,362)=4,68$; $p=0,031$; $\eta^2=0,014$]. Os estudantes de Psicologia tinham mais confiança nas instituições de Coerção antes das eleições ($M=2,09$; $DP=0,58$) do que depois ($M=1,96$; $DP=0,70$), já os estudantes de Direito passaram a ter mais confiança nestas instituições depois das eleições ($M=2,46$; $DP=0,61$), ou seja, já com o presidente Bolsonaro no poder, do que tinham em 2018 ($M=2,21$; $DP=0,60$) (Figura 1). Dito de outra forma, os estudantes do curso de Direito passaram a confiar mais nos dispositivos de coerção social no governo Bolsonaro do que confiavam em 2018, e o contrário ocorreu para os de Psicologia, os quais perderam confiança.

Figura 1. Efeito do contexto político na confiança na Coerção Social para estudantes de Psicologia e Direito.



Comparações múltiplas, contudo, apontaram que essa variação no nível de confiança em relação aos cursos só foi significativa no caso de Direito ($b=0,251$; $EP=0,103$; $p=0,015$). Ou seja, a mudança de contexto político impactou no grau em que os estudantes de Direito confiavam nas instituições coercitivas, de modo que, em 2019, realmente passaram a confiar mais na Coerção, mas os de Psicologia não mudaram significativamente a sua confiança nestas instituições entre os dois anos.

Houve também um efeito principal significativo da orientação política do participante na confiança nestas instituições [$F(2,362)=26,91$; $p<0,001$; $\eta^2=0,138$], além de também terem sido significativos os efeitos da religião [$F(5,362)=5,18$; $p<0,001$; $\eta^2=0,072$], do curso [$F(1,362)=4,67$; $p=0,031$; $\eta^2=0,014$] e da renda familiar [$F(1,362)=7,32$; $p=0,007$; $\eta^2=0,021$] e ter havido um efeito marginalmente significativo do gênero [$F(2,362)=2,96$; $p=0,053$; $\eta^2=,017$]. Neste sentido, as pessoas de orientação política de direita apresentaram maior confiança na Coerção Social ($M=2,91$; $DP=0,41$) que os centristas ($M=2,38$; $DP=0,62$) e que

os esquerdistas ($M=1,86$; $DP=0,56$). Testes post hoc HSD de Tukey confirmaram que estes grupos realmente se diferenciaram entre si: a esquerda se diferenciou significativamente da direita ($b=-1,0578$; $EP=0,09576$; $p<0,001$) e do centro ($b=-0,5257$; $EP=0,065$; $p<0,001$) na confiança, e o centro também se diferenciou significativamente da direita ($b=-0,5320$; $EP=0,099$; $p<0,001$), de maneira que a esquerda e o centro confiaram menos que a direita. Logo, quem era de direita declarou maior confiança nessas instituições.

Aqueles de religião evangélica igualmente tiveram maior confiança neste fator ($M=2,50$; $DP=0,57$), seguidos pelos espíritas ($M=2,37$; $DP=0,60$), os de religiões de matriz africana ($M=2,34$; $DP=0,77$), os católicos ($M=2,30$; $DP=0,65$) e os de outras religiões ($M=2,09$; $DP=0,66$). Os que menos tiveram confiança nas instituições da Coerção Social foram os participantes sem religião ($M=1,85$; $DP=0,60$). Apesar de todas estas variações entre os grupos, testes de Tukey (com $p<0,05$) identificaram que a diferença foi significativa somente entre aqueles que não tinham religião e os demais indivíduos religiosos. Ou seja, os participantes religiosos, de qualquer religião, confiaram mais nas instituições coercitivas do que os que não tinham religião.

A renda familiar também se correlacionou positivamente com a confiança na Coerção Social ($r=0,23$; $p<0,001$), indicando que quanto maior era a renda, mais se confiava nas instituições deste grupo. Verificamos também que os homens relataram confiar mais nestas instituições ($M=2,24$; $DP=0,73$) do que as mulheres ($M=2,11$; $DP=0,62$).

Sobre este fator, vale enfatizar que a confiança em itens da Coerção Social como, por exemplo, as Forças Armadas ($M=2,20$; $DP=0,93$), foi mais alta do que a confiança no Poder Legislativo ($M=1,83$; $DP=0,67$) e Partidos Políticos ($M=1,85$; $DP=0,50$) essências do regime de democracia representativa.

Organizações Civis

Apesar de a Tabela 3 revelar mudanças na confiança nos diferentes grupos de instituições de um ano para o outro, nem sempre isso se deu de forma estatisticamente significativa. Este foi o caso, por exemplo, das Organizações Civis, ao contrário da Coerção Social. O contexto político do ano de realização da pesquisa não teve um efeito significativo sobre o nível de confiança nestas instituições [$F(1,354)= 2,285$; $p=0,132$; $\eta^2=0,007$]. Isto quer dizer que as pessoas confiaram na mesma medida nesse grupo de instituições em 2018 e 2019. Embora a confiança nas organizações da sociedade civil não tenha sido sensível aos diferentes momentos em que as pesquisas foram feitas, ela foi afetada por algumas variáveis individuais. A análise de variância revelou um efeito significativo da orientação política [$F(2,354)=18,89$; $p<0,001$; $\eta^2=0,103$], do curso [$F(1,354)=6,39$; $p=0,012$; $\eta^2=0,019$] e do gênero do participante [$F(2,354)=4,72$; $p=0,009$; $\eta^2=0,028$] sobre o grau de confiança nestas instituições.

Esses efeitos revelaram que os esquerdistas confiaram mais nas instituições que compõem as Organizações Civis ($M=2,66$; $DP=0,52$), os centristas em segundo lugar ($M=2,37$; $DP=0,52$) e os direitistas em menor medida ($M=1,97$; $DP=0,52$). Os testes post hoc HSD de Tukey apontaram que a diferença nas médias destes grupos entre si foi significativa, de modo que a esquerda se diferenciou significativamente do centro ($b=0,2985$; $EP=0,05991$; $p<0,001$) e da direita ($b=0,6964$; $EP=0,09130$; $p<0,001$), e o centro também se diferenciou da direita ($b=0,3979$; $EP=0,09493$; $p<0,001$) em seus níveis médios de confiança. Dito de outra forma, a esquerda realmente confiou mais que o centro, que confiou mais que a direita nas Organizações Civis. Ademais, as mulheres confiaram mais nestas instituições ($M=2,61$; $DP=0,50$) do que os homens ($M=2,26$; $DP=0,60$) e os alunos de Psicologia também confiaram mais ($M=2,58$; $DP=0,53$) que os de Direito ($M=2,35$; $DP=0,59$).

Mídia

O fator a que nomeamos de Mídia (Televisão e Rádio, Revistas e Jornais Impressos e Mídia Digital) não se relacionou significativamente com o contexto político em que foi feita a pesquisa [$F(1,367)=2,834$; $p=0,093$; $\eta^2=0,008$]. Portanto, as pessoas confiaram estatisticamente no mesmo grau nestas instituições em 2018 e em 2019. Entretanto, houve um efeito significativo da orientação política [$F(2,367)=6,93$; $p=0,001$; $\eta^2=0,039$] e de sua renda familiar mensal [$F(1,367)=11,42$; $p=0,001$; $\eta^2=,032$]. Assim, no que se refere à orientação política, as pessoas de centro confiavam mais na Mídia ($M=2,10$; $DP=0,63$), seguidas pelas pessoas de esquerda ($M=2,08$; $DP=0,54$) e, por último, as de direita ($M=1,74$; $DP=0,46$), que menos nela confiavam. Testes post hoc de Tukey apontaram que foi a direita quem se diferenciou de maneira significativa da esquerda ($b=-0,3379$; $EP=0,09439$; $p=0,001$) e do centro ($b=0,3586$; $EP=0,09828$; $p=0,001$) na confiança na Mídia. Portanto, pessoas de direita confiaram significativamente menos na mídia que as de esquerda e de centro. No que diz respeito à renda familiar mensal, houve uma correlação positiva entre esta variável e a confiança na Mídia ($r=0,15$; $p<0,05$), o que significa que quanto maior era a renda do participante, mais se confiava nas instituições jornalísticas e midiáticas.

Estado

Em relação ao nível de confiança nos três Poderes do Estado (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), também não houve efeito significativo do contexto político [$F(1,367)=,004$; $p=0,949$; $\eta^2=0,000$]. Logo, as pessoas que participaram da pesquisa confiaram no mesmo grau nestas instituições em 2018 e 2019. Houve, por outro lado, um efeito significativo da orientação política [$F(2,367)=3,58$; $p=0,029$; $\eta^2= 0,021$]: as pessoas de direita indicaram ter mais confiança ($M=2,15$; $DP=0,52$), as de centro ocuparam uma posição intermediária ($M=2,05$; $DP=0,53$) e as de esquerda tiveram menos confiança ($M=1,78$; $DP=0,52$). Entretanto, testes post hoc HSD de Tukey indicaram que a esquerda se diferenciou

significativamente do centro ($b=-0,2615$; $EP=0,059$; $p<0,001$) e da direita ($b=-0,3629$; $EP=0,087$; $p<0,001$), pois confiou menos, mas a diferença na confiança no Estado entre centro e direita não foi significativa ($b=-0,1014$; $EP=0,091$; $p=0,507$). Portanto, pessoas de esquerda confiaram menos no Estado que as de centro e de direita.

Discussão

A pesquisa aqui apresentada analisou o nível de confiança nas instituições, as variações nestes níveis de confiança decorrentes da mudança de contexto político, e as relações entre a confiança em diferentes grupos institucionais e o perfil social, político e econômico dos participantes. A síntese dos resultados evidenciou um baixo nível geral de confiança, o que corrobora a tendência encontrada nas pesquisas acerca do tema (Russo et al., 2018). Isso se deu sobretudo para as instituições políticas e do regime democrático, menos confiadas do que, por exemplo, instituições de Coerção Social, o que também corroborou outros levantamentos (Corporación Latinobarómetro, 2018; Datafolha, 2019). Este resultado é importante para alertar para o risco à estabilidade democrática que podem trazer níveis tão baixos de confiança no estado democrático corrente e níveis mais altos de confiança nas forças coercitivas.

Os resultados indicaram também diferenças de perfis mais ou menos claras em relação à confiança nas diversas instituições. No que diz respeito ao conjunto de variáveis de nível individual, pudemos observar a existência de polos quase opostos entre aqueles que endossam mais instituições coercitivas e aqueles que confiam mais nas instituições da sociedade civil. Os que mais confiaram nas instituições de Coerção Social foram os participantes religiosos, de orientação política de direita, alunos de Direito, de rendas mais altas e homens. No geral, estes resultados se alinham às evidências da literatura (Ramos et al., 2016; Ribeiro, 2011). No outro polo, quem mais confiou nas Organizações Cívicas era do gênero feminino, de esquerda e estudante de Psicologia. No mais, a confiança nos Poderes do

Estado foi maior para as pessoas de direita e a confiança na Mídia foi maior para aqueles de centro e esquerda e de rendas mais altas. De fato, as pessoas de direita, em geral, buscam a manutenção do status quo, o conservadorismo social e o liberalismo na economia (Jost, Glaser, et al., 2003; Sabbagh & Schmitt, 2016), o que é representado pelas instituições reunidas nos fatores Estado e Coerção Social. Por outro lado, a esquerda tradicionalmente valoriza mais a organização das pessoas em coletivos e associações de reivindicações de direitos e mudança social (Ricci, 2018), o que se coaduna ao papel de organizações da sociedade civil como ONGs de direitos humanos, sindicatos e associações de moradores, explicando a maior confiança neste grupo.

O principal objetivo do estudo, contudo, foi também verificar a existência de mudanças na confiança de um ano para o outro. Os resultados evidenciaram que o decorrer de um ano sob o novo governo já foi capaz de produzir um efeito na confiança, o que ocorreu para as pessoas da amostra que eram estudantes do curso de Direito. Estas pessoas passaram a confiar mais nas instituições de coerção do que confiavam em 2018. É possível que os estudantes de Direito tenham maior adesão a valores de conservação ou mesmo de autoritarismo, e, com a chegada de um presidente conservador, economicamente neoliberal e entusiasta do fortalecimento de instituições de ordem, isto tenha realçado a confiança destes indivíduos nestas instituições. Assim, como explica Norris (1999) e como verificado por Bowler e Donovan (2003), os eleitores de um dado político que está no poder tendem a melhorar a relação com as instituições no período do governo deste político. E é possível que tenha sido este o caso aqui com os estudantes de Direito. Além disso, houve um maior número de participantes de Direito declarados à direita do espectro político do que na Psicologia, o que também poderia explicar parte da questão.

Embora seja possível levantar diversas possíveis explicações para os resultados, e esta é certamente uma questão multideterminada, podemos também contextualizar a confiança

baixa com a conjuntura sociopolítica brasileira dos últimos anos. O cenário de instabilidade política provocado por uma disputa ideológica e de poder, de escândalos de corrupção e dos efeitos de uma grave crise econômica que afetou profundamente a renda do trabalhador provavelmente favoreceu o descrédito nas instituições brasileiras (Miller & Listhaug, 1999), especialmente as ligadas ao Estado. Se, por um lado, a falha do Estado em promover bem-estar social aos cidadãos pode explicar parte da questão, a ascensão de uma retórica antissistêmica e de uma guinada ao autoritarismo, que vem tomando lugar no país há alguns anos, também respondem por outro lado do fenômeno (Pinto et al., 2019). Ao construir uma narrativa de que o país está sem rumo e irreversivelmente corrompido, porque não se está, de alguma maneira, a satisfazer os interesses das classes dominantes, estas classes inflamam a confiança em forças autoritárias em geral, na esperança de que elas possam restabelecer um certo tipo de ordem econômica, social, política e institucional que lhes convenha.

Por isso, este fenômeno pode ser preocupante quando o colocamos dentro do quadro de referência político do Brasil, que possui um histórico de rupturas institucionais e regimes autoritários militares diante de crises políticas, além de o país ser uma democracia muito recente e constantemente ameaçada. É preocupante que determinadas instituições não funcionem para o quê e como deveriam. De fato, muitas das instituições parecem existir para representar apenas os interesses dos grupos de poder e manter o status quo, entretanto, é necessário e urgente buscar saídas para uma democratização cada vez mais ampla das instituições que se supõem democráticas, e não meios de enfraquecê-las de modo a favorecer alternativas autoritárias.

Apesar de ter revelado tendências importantes, esta pesquisa não está isenta de limitações, como ter usado uma amostra de universitários que não é, certamente, representativa da população geral, em função principalmente das orientações políticas, pois a maioria era de esquerda, e do grau de abertura e universalismo. Por isso, é fundamental que

sejam feitos estudos para avaliar a confiança institucional no Brasil com amostras maiores e que envolvam a população geral, bem como investigar a relação da confiança com os valores sociais, como abertura e conservadorismo. Além disso, embora tenhamos levantado dados de dois diferentes anos, não foram os mesmos sujeitos que responderam nos dois anos, o que impede, a generalização das conclusões. Por fim, é possível que mudanças maiores de um ano para o outro não tenham ocorrido porque mesmo o ano de 2018 já vinha na esteira de um processo de radicalização política de natureza conservadora, a qual tinha sido iniciada, possivelmente, em 2013. Estudos futuros devem, ainda, continuar avaliando as alterações nos níveis de confiança institucional que ainda devem estar a ocorrer. Compreender quais instituições têm sido mais ou menos confiadas, e principalmente observar como isso tem flutuado pode ser muito importante para sinalizar rumos que a sociedade possa estar tomando naquele período e, conseqüentemente, acender os alertas necessários.

Referências

- Anderson, C. J., & Singer, M. M. (2008). The Sensitive Left and the Impervious Right. *Comparative Political Studies*, 41(4–5), 564–599.
<https://doi.org/10.1177/0010414007313113>
- Boda, Z., & Medve-Bálint, G. (2014). Does Institutional Trust in East Central Europe Differ from Western Europe? *European Quarterly of Political Attitudes and Mentalities*, 3(2), 1–17.
- Bowler, S., & Donovan, T. (2003). The Effects of Winning and Losing on Attitudes about Political Institutions and Democracy in the United States. In *Midwest Political Science Association Meeting*.
- Cichocka, A., Górska, P., Jost, J. T., Sutton, R. M., & Bilewicz, M. (2018). What inverted u can do for your country: A curvilinear relationship between confidence in the social system and political engagement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 115(5), 883–902. <https://doi.org/10.1037/pspp0000168>
- Corporación Latinobarómetro. (2018). *Informe 2018*.
https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf
- Datafolha. (2018). *Intenção de voto para presidente da República – 2º turno - 25/10*.
<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>
- Datafolha. (2019). *Grau de confiança nas instituições*.
<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/10/9b9d682bfe0f1c6f228717d59ce49fd fci.pdf>

- Duque, D., & Smith, A. E. (2019). The establishment upside down: A year of Change in Brazil. *Revista de Ciencia Política*, 39(2), 165–189.
- Ferrari, M. Z. (2016). Trust in Legal Institutions: an Empirical Approach from a Social Capital Perspective. *Oñati Socio-Legal Series*, 6(5), 1141–1170.
- Hafer, C. L., & Sutton, R. (2016). Belief in a Just World. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of Social Justice Theory and Research* (pp. 1–504). Springer New York.
<https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin*, 129(3), 339–375.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.3.339>
- Kaiser, H. F. (1960). The Application of Electronic Computers to Factor Analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 20(1), 141–151.
<https://doi.org/10.1177/001316446002000116>
- Lima, M. E. O., Da Silva, P., Carvalho, N. C., & Monteiro Farias, L. C. (2018). Identidade nacional e confiança nas instituições em contexto de crise no Brasil. *Psicologia e Saber Social*, 6(2), 205–222. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33557>
- Magalhães, P. C. (2003). A confiança nos parlamentos nacionais: regras institucionais, representação e responsabilização política. *Análise Social*, 38(167), 443–465.
- Miller, A., & Listhaug, O. (1999). Political performance and institutional trust. In P. Norris (Ed.), *Critical citizens: Global support for democratic government* (pp. 204–216). Oxford University Press.
- Norris, P. (1999). The growth of critical citizens? In P. Norris (Ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance* (p. 320). Oxford University Press.

- Pinto, E. C., Pinto, J. P. G., Saludjian, A., Nogueira, I., Balanco, P., Schonewald, C., & Baruco, G. (2019). A guerra de todos contra todos e a lava jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista Da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 107–147.
- Ramos, A., Brites, R., & Vala, J. (2016). Confiança nas instituições políticas em países europeus: O papel dos valores, da experiência democrática e da percepção de eficácia do sistema político numa perspectiva multinível. In F. L. Machado, A. N. de Almeida, & A. F. da Costa (Eds.), *Sociologia e Sociedade: Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida*. (pp. 345–367). Mundos Sociais.
- Ribeiro, E. A. (2011). Confiança Política na América Latina: Evolução Recente e Determinantes Individuais. *Revista de Sociologia Política*, 19(39), 167–182.
- Ricci, R. G. (2018). Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. *Saúde Em Debate*, 42(spe3), 90–107. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s308>
- Russo, G., Azzi, R. G., & Faveri, C. (2018). Confiança nas instituições políticas : diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. *Opinião Pública*, 24(2), 365–404.
- Sabbagh, C., & Schmitt, M. (2016). Handbook of Social Justice Theory and Research. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of Social Justice Theory and Research*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>
- Sweet, C. (2014). Brazil Woke Up Stronger? Power, Protest and Politics in 2013. *Revista de Ciencia Política*, 34(1), 59–78. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32431256003>
- Zhang, Z., & Zhang, J. (2015). Belief in a just world mediates the relationship between institutional trust and life satisfaction among the elderly in China. *Personality and*

Individual Differences, 83, 164–169. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.04.015>

Artigo 2 – A relação entre Crença no Mundo Justo, confiança nas instituições e fatores socioeconômicos e políticos

Considerações Preliminares⁴

No primeiro estudo da tese, que compôs o primeiro artigo, demos o primeiro passo para compreender a confiança das pessoas nas instituições e a sua variabilidade contextual. O nosso objetivo primordial foi identificar os tipos de instituição nas quais as pessoas depositam maior confiança, e as que despertam maior desconfiança. Descobrimos a estrutura organizadora da lista de instituições que fornecemos e verificamos que os participantes confiaram em maior grau nas Organizações Cívicas e nas instituições de Coerção Social e em menor grau nas instituições que formam o núcleo do Estado democrático de direito. Diante desses dados, decidimos dar outro passo e investigar se confiar muito estaria ligado a ver o mundo como justo. Ou seja, de que maneira a confiança nestes tipos de instituições se associa a uma crença na justiça, precisamente a Crença no Mundo Justo.

⁴ Este artigo foi submetido e aceito para publicação no periódico “Psicologia: Teoria e Pesquisa”. A versão a ser publicada, em inglês, encontra-se nos anexos.

Resumo

Este estudo investiga o papel justificador do sistema através da Crença no Mundo Justo (CMJ), testando se a confiança institucional está relacionada com essa crença e se esta relação depende de fatores socioeconômicos e políticos específicos. Uma pesquisa com 381 universitários, com idades de 18 a 64 anos ($M=22,4$, $DP=6,25$), explorou seus graus de CMJ e confiança institucional. Análises de regressão e moderação revelaram que a CMJ se relaciona com a confiança institucional apenas naqueles de esquerda e menores rendimentos. Acreditamos que isso ocorra porque estas pessoas precisam mais de uma ideologia justificadora do sistema para poder confiar nas instituições. Este fenômeno pode lhes indispor a buscar mudanças sociais estruturais, já que o sistema passa a ser visto como justo.

Palavras-chave: crença no mundo justo, confiança institucional, orientação política, status socioeconômico

Abstract

This study investigates the system justifying role through Belief in a Just World (BJW), testing whether institutional trust is related to this belief and whether this relationship depends on specific socioeconomic and political factors. A research with 381 university students, aged 18 to 64 years ($M= 22.4$, $DP=6.25$), explored their BJW and their degree of institutional trust. Regression and moderation analyses revealed that BJW relates to institutional trust only in left-wing and with lower income participants. We believe this occurs because they need more an ideology that justifies the system to trust the institutions. This phenomenon can prevent these people from pursuing structural social changes since the system is now seen as fair.

Keywords: belief in a just world, institutional trust, political orientation, socioeconomical status

Introdução

As instituições políticas e sociais brasileiras têm sido objeto de ampla e continuada desconfiança dos cidadãos, embora determinadas instituições gozem de mais confiança do que outras (Russo, 2016). Assim, apesar do baixo nível geral de confiança, o Latinobarómetro (Corporación Latinobarómetro, 2018) apontou diferenças: enquanto 73% da população no Brasil confia muito ou moderadamente na Igreja, 58% nas Forças Armadas e 33% nas polícias, somente 7% confia no governo e 6% nos partidos políticos. Verificou, ainda, que 33% confia no Poder Judiciário e apenas 12% confia no Congresso Nacional. Por sua vez, o Instituto Datafolha (2019) constatou que 22% dos entrevistados confia muito em grandes empresas nacionais e 21% na imprensa. No estudo de Lima et al. (2018), a família foi a instituição mais confiada, avaliada com escore superior ao ponto médio da escala utilizada. Portanto, os resultados apresentam uma clara tendência para a desconfiança nas instituições que caracterizam um regime democrático.

A desconfiança persistente nas instituições pode ser um problema para a estabilidade da democracia moderna. Governos democráticos não podem usar a coerção na mesma medida que outros regimes e, por isso, precisam que a sociedade confie neles para serem legitimados. As pessoas não confiam nos sistemas políticos quando eles são incapazes de aumentar ou manter o bem-estar social e apresentar uma boa qualidade de governança percebida (Catterberg & Moreno, 2006). Assim, quando as instituições do sistema passam a ser ineficientes diante de demandas sociais, envolvem-se em corrupção ou desrespeitam direitos, acabam gerando suspeição e descrédito (Dalton, 1999; Miller & Listhaug, 1999; Tyler, 1998). Ademais, em um contexto marcado pela desigualdade social acentuada, como é o caso dos países da América Latina, a percepção de que os sistemas político e econômico beneficiam diferentemente as pessoas pode fazer com que os indivíduos desfavorecidos não confiem nelas (Colen, 2010). Com isto, as instituições perdem a legitimidade. Uma vez

deslegitimadas, podem passar a ser percebidas, mais tarde, como dispensáveis ou mesmo nocivas à sociedade, abrindo caminho para o reconhecimento de alternativas antidemocráticas e autoritárias como solução para os problemas sociais. De tal modo, as instituições precisam da confiança de amplos setores da sociedade para a sua estabilidade.

Embora as variáveis estruturais, como a qualidade de governança, sejam fundamentais para se compreender a confiança nas instituições de um sistema, as variáveis ao nível individual também têm parte na explicação, em muito porque se relacionam, de uma maneira ou de outra, às estruturais. A confiança nas instituições políticas e sociais varia conforme diferenças políticas, econômicas e sociais das pessoas, o que inclui indicadores de escolaridade, crenças religiosas, posicionamento político e rendimentos. Assim, algumas pessoas confiam mais do que outras nas instituições. Por exemplo, no contexto latino-americano, Ribeiro (2011) verificou que o autoposicionamento ideológico de argentinos e peruanos estava relacionado com a confiança política, indicando que quanto mais à direita do espectro político esquerda-direita, e com mais rendimentos, mais as pessoas tendiam a confiar nas instituições políticas democráticas (parlamento, partidos políticos, Poder Judiciário, serviços públicos e sindicatos). Ramos et al. (2016) chegaram à mesma conclusão para os europeus.

É possível que pessoas mais abastadas confiem ainda mais nas instituições quando vivem em uma sociedade com diferenças mais acentuadas de renda entre os indivíduos (Catterberg & Moreno, 2006). As pessoas com maiores privilégios socioeconômicos arriscam menos ao confiar nas instituições (Ramos et al., 2016) porque, no geral, são sempre tratadas dignamente e favorecidas por elas em sociedades marcadamente desiguais. Já as pessoas de classes mais desfavorecidas, em geral, não são retribuídas por confiarem nelas. Se a desigualdade social é maior em uma sociedade, é mais provável que as pessoas nos níveis mais altos confiem em maior medida no *establishment* político tal como é, e que as tem

favorecido, para manter o *status quo* e preservar intacta a sua posição na hierarquia social. Assim, a confiança institucional também tem a função de manter o sistema. Acreditamos que a Crença no Mundo Justo (CMJ) possa ser um antecedente causal da confiança institucional, na medida em que, ao nível societal, exerce a função de manutenção do sistema. Com isto, neste estudo, buscamos avaliar a relação entre confiança institucional e Crença no Mundo Justo.

Crença no Mundo Justo e Confiança nas Instituições

Alguns estudos indicam que existe uma relação positiva entre o ato de confiar e crenças sociais tais como a crença no mundo justo (Otto et al., 2009; Zuckerman & Gerbasi, 1977). A Crença no Mundo Justo (CMJ), segundo a teoria desenvolvida por Melvin Lerner (1980), é a motivação que os indivíduos têm, em maior ou menor grau, para agirem como se acreditassem que o mundo é um lugar justo e, por isso, creem que as pessoas recebem o que merecem e merecem o que recebem (Hafer & Bègue, 2005). Porque as pessoas acreditam nisso, sentem a crença de que a justiça prevalece no mundo ameaçada quando são confrontadas com uma injustiça, seja ela vivenciada pelas próprias pessoas ou a observada ocorrendo a outros (Otto et al., 2009). Assim, quando pessoas com alto nível de CMJ vivenciam injustiças que não podem ser resolvidas na realidade, portanto ameaçadoras, elas tentam restaurar a justiça figurativamente. De acordo com Dalbert (1999), isto pode ser feito, dentre outras maneiras, pela minimização das ações do perpetrador da injustiça, percebendo-as como não intencionais, ou pela minimização da injustiça em si. Dessa forma, reinterpretem a situação como sendo justa, aceitável ou correta, e este comportamento ocorre porque a CMJ tem importantes funções adaptativas.

São pelo menos três as funções adaptativas da CMJ: função de assimilação de injustiças, função de proteção da saúde mental e função de dotar os indivíduos de confiança (Dalbert, 2001; Otto et al., 2009). Logo, nesta perspectiva, a habilidade de confiar é uma

expressão da CMJ. Indivíduos com maior CMJ tendem a confiar mais porque têm certeza de que os outros agirão de maneira justa e de que serão tratados justamente pelos outros (Hafer & Sutton, 2016) já que o mundo é justo. Esta relação não se limita ao nível interpessoal e também atinge o nível societal. Neste sentido, para além da correlação entre CMJ e confiança interpessoal geral, Correia e Vala (2004) e Zhang e Zhang (2015) verificaram que a CMJ está positivamente correlacionada com a confiança nas instituições. Logo, quanto mais se apoia a crença de que o mundo é um lugar justo, mais se confia nas instituições sociais. Nós acreditamos que, nesta relação, a CMJ seja preditora da confiança institucional, partindo da consideração da confiança como expressão da CMJ (Dalbert, 2001). No entanto, talvez uma alta CMJ não se relacione com alta confiança institucional para todas as pessoas.

Laurin et al. (2011), por exemplo, descobriram que a relação entre CMJ e a busca por metas de longo prazo não ocorre para todas as pessoas. Por acreditarem que serão tratadas de forma justa e que serão recompensadas, as pessoas que acreditam muito em um mundo justo tendem a buscar e investir em metas de longo prazo, mas a classe social e a etnia são moderadoras nesta relação entre crenças de justiça e motivação para investir em metas de longo prazo. Laurin e colegas (2011) verificaram que somente os membros de grupos desfavorecidos (baixo status socioeconômico e minorias étnicas) com maior CMJ é que tinham confiança de que seus esforços seriam recompensados de maneira justa e essa confiança apoia a motivação para perseguir objetivos de longo prazo. Além disso, pesquisas têm mostrado que, muitas vezes, pessoas de classes socioeconômicas baixas possuem CMJ mais alta do que pessoas de classes mais altas. De fato, é interessante a relação entre CMJ e status social e econômico. Algumas pesquisas nos Estados Unidos demonstraram que afro-americanos e outros grupos de participantes de baixo status socioeconômico revelaram uma CMJ geral mais alta em comparação com os participantes brancos e ricos da amostra (Hunt, 2000; Umberson, 1993). De maneira similar, em uma pesquisa com estudantes adolescentes

brasileiros de níveis socioeconômicos diferentes, Thomas (2018) verificou que aqueles de grupos mais desfavorecidos percebiam em maior medida o mundo como um lugar justo do que aqueles mais privilegiados. É possível que os indivíduos em contextos sociais vulneráveis vejam o sistema como menos escapável e, por isso, sejam mais propensos a ter uma CMJ mais alta como uma forma de assimilar e restaurar a justiça de uma situação que é percebida como não podendo ser resolvida ou escapável.

Os teóricos da justificação do sistema já propuseram que, em algumas circunstâncias, as pessoas que mais sofrem com um determinado estado das coisas são, paradoxalmente, as menos propensas a questioná-lo, desafiá-lo, rejeitá-lo ou mudá-lo (Jost et al., 2003). Com isto, Henry e Saul (2006) testaram se mesmo as pessoas em um dos países mais pobres do mundo, a Bolívia, endossariam crenças que justificam o *status quo*. Descobriram que jovens de baixo status endossaram, mais do que os de alto status, crenças na eficácia do governo em atender às necessidades do povo. Estas descobertas apoiam fortemente as teorias que enfatizam a manutenção da estratificação social. Dentre as explicações para tanto, está a redução da dissonância cognitiva (Jost et al., 2003), de modo que os membros de grupos de status inferior podem usar estratégias cognitivas para lidar com a dissonância criada pela tensão de contribuir para a estabilidade de um sistema que os prejudica.

Nesta perspectiva, embora a teoria da CMJ tenha sido originalmente construída para explicar como as pessoas reagem a situações de injustiça interpessoal, há evidências empíricas de que, em determinadas situações, esteja relacionada à legitimidade percebida dos sistemas sociais (Martin & Cohn, 2004; Ng & Allen, 2005; Rubin & Peplau, 1975), porque facilitaria a percepção de justiça, mesmo em sistemas que trabalham contra os interesses das pessoas (Hafer & Sutton, 2016). Na mesma linha, outras investigações (Silva et al., 2018) revelaram que a adesão à CMJ está ligada à legitimação das diferenças de status socioeconômico entre os grupos, favorecendo a expressão de comportamentos

discriminatórios contra os mais desfavorecidos. Furnham (1991), inclusive, demonstrou que, em uma sociedade desigual em que a maioria das pessoas acredita que o mundo é um lugar justo, as desigualdades econômicas e sociais são consideradas justas e se entende que os pobres têm menos recursos porque realmente merecem menos.

Neste sentido, a desigualdade é, em algum grau, legitimada também pela CMJ. Dito de outra forma, a CMJ é também uma forma de legitimação do sistema social. Para uma parcela das pessoas de classes mais baixas, ela teria a função de fazê-las justificar o modo como as coisas são e, conseqüentemente, aceitá-las e conformar-se a elas. Tomando emprestadas as palavras de Lerner (1980), é uma ilusão fundamental.

Em face do exposto, nós acreditamos que a CMJ prediga a confiança institucional, mas nos questionamos se essa relação ocorre, de fato, para todas as pessoas ou apenas para aquelas que precisam da CMJ para confiar. Como aponta a literatura, as pessoas de direita e mais abastadas tendem a confiar mais nas instituições (Ramos et al., 2016; Ribeiro, 2011), e isto provavelmente não porque entendem mais que o mundo é justo, mas porque são melhor tratadas por elas. Assim, acreditamos que orientação política de direita e rendas mais altas predizem positivamente a confiança institucional, de acordo com os correlatos que são apontados pela literatura. Mas, como indicam Laurin et al. (2011), acreditar em maior grau na justiça se associa à capacidade de investir em metas de longo prazo (o que está relacionado à confiança) apenas nas pessoas menos favorecidas socialmente. Por este motivo, também supomos que, para pessoas de rendas mais baixas, ter uma alta CMJ é o que predirá alta confiança institucional. Seguindo o mesmo raciocínio, embora de forma mais exploratória, testamos se, para pessoas de esquerda, ter uma alta CMJ também as fará confiar mais nas instituições. De tal modo, nos questionamos se a relação é moderada por fatores como posicionamento político e classe social. Desenvolvemos a hipótese de que somente pessoas de rendas mais baixas e de esquerda teriam o nível de CMJ associado à confiança nas

instituições. Quer dizer, sem a CMJ, é possível que muitas das pessoas de esquerda ou baixa renda não confiem nas instituições por conta das conjunturas e condições estruturais em que estão imersas, como a percepção de incapacidade do sistema capitalista de promover bem-estar social. Contudo, com uma alta crença que justifica os sistemas sociais, como a CMJ, e que leva à concepção de que a ausência de bem-estar não tem a ver com falhas estatais, mas com responsabilidades individuais, podem passar a confiar. Isto seria mais uma maneira de evidenciar que a CMJ tem um papel de justificação do sistema.

O problema de confiar nas instituições mesmo quando elas agem de modo contrário aos seus interesses está em que, como demonstraram Cichocka et al. (2018), a confiança institucional em excesso está ligada a um baixo engajamento político, porque pode fazer com que a necessidade de mudança social não seja realmente percebida. Isto pode ter consequências sociais concretas importantes em sociedades como a brasileira, cujo Estado de bem-estar é pouco robusto e ineficaz na reparação de desigualdades sociais. De tal modo, se, por um lado, a confiança nas instituições políticas democráticas é muito importante para a estabilidade do regime democrático, por outro lado, pode ser nociva para a busca por mudanças sociais quando as instituições não são eficientes, pois as legitima. Isto é particularmente mais preocupante quando ocorre em pessoas para quem mudanças sociais estruturais são necessárias, e que mais deveriam buscá-las, como as pessoas de baixas rendas.

Essa questão ainda não foi suficientemente respondida na literatura da área, e mesmo as pesquisas sobre a relação entre CMJ e confiança institucional são escassas. Por este motivo, o presente estudo tem o objetivo de analisar a relação entre a CMJ e a confiança, especificamente a confiança institucional, e investigar a sua moderação pelo posicionamento político e classe social. Propomos as hipóteses de que: (1) a CMJ, a orientação política de direita e rendas mais altas predizem positivamente a confiança nas instituições; e (2) a CMJ

prediz a confiança institucional de forma moderada pelo posicionamento político de esquerda e rendas familiares mais baixas, a hipótese nuclear deste estudo.

Método

Participantes

Os participantes do estudo foram estudantes universitários de uma universidade pública da Paraíba. A pesquisa foi realizada entre agosto de 2018 e setembro de 2019. A amostra contou com 381 participantes, com idades variando de 18 a 64 anos ($M=22,4$, $DP=6,25$). Realizamos *a priori* uma análise do poder de teste no WebPower, considerando o delineamento do estudo, e o poder de teste foi = 0.80 com $p < 0.05$, o que indicou que essa amostra é grande o suficiente para detectar um efeito com tamanho igual ou superior a $f=0,15$ numa análise de regressão com termos de interação. A Tabela 1 detalha o perfil sociodemográfico dos participantes.

Tabela 1*Perfil sociodemográfico da amostra de estudantes universitários*

Variável	N	%
Gênero		
Feminino	223	59
Masculino	155	41
Orientação política		
Esquerda	196	52,4
Centro	134	35,8
Direita	44	11,8
Renda familiar		
Menos de 1 salário mínimo	12	3,2
1 salário mínimo	27	7,1
1-3 salários mínimos	97	25,6
3-5 salários mínimos	91	24
5-10 salários mínimos	87	23
10-15 salários mínimos	39	10,3
Mais de 15 salários mínimos	26	6,9
Religião		
Católica	125	33
Evangélica	57	15
Espírita	24	6,3
Afro-brasileira	19	5
Outra	21	5,5
Sem religião	133	35,1

Instrumentos

Apresentamos aos participantes uma lista de 17 instituições brasileiras de interesse ao estudo: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Partidos políticos, Polícia Federal, Polícia Militar, Forças Armadas, Empresariado, Mídia Televisiva e Rádio, Jornais e Revistas, Mídia Digital, ONGs de Direitos Humanos, Sindicatos, Grêmios e Movimentos estudantis, Movimentos Populares, Associações de Moradores e Igrejas. A tarefa dos participantes consistiu em indicar o seu grau de confiança (nenhuma, pouca, moderada e muita confiança) em cada uma dessas instituições.

Para medir a Crença no Mundo Justo, utilizamos uma medida de cinco pontos desenvolvida e validada por Linhares (2017), a qual avalia esse construto por meio de ditados populares que refletem princípios nucleares da CMJ (por exemplo, “Quem com ferro fere, com ferro será ferido” e “A justiça da vida tarda, mas não falha”). As respostas dos participantes variam de 1 (discorda muito) a 5 (concorda muito) para cada ditado. No presente estudo, a consistência interna da escala também foi elevada, pois apresentou um alfa de 0,81. Além disso, também incluímos um questionário sociodemográfico com perguntas sobre idade, gênero, curso, religião, orientação político-ideológica e renda familiar.

Procedimento

A coleta de dados ocorreu presencialmente, em contexto de sala de aula, sendo que cada participante respondeu ao instrumento individualmente. Entregamos a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em que foram disponibilizadas algumas informações sobre o objetivo do estudo, além de garantir o caráter voluntário e anônimo da participação. Respeitamos todos os preceitos éticos dispostos na resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde acerca das pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba em parecer de número 3.667.067.

Análise dos dados

A análise dos dados foi feita por meio do software estatístico SPSS – *Statistical Package for Social Sciences* em sua versão 23. Nele, procedemos à estimação de estatísticas descritivas, análises de correlação, análise fatorial dos eixos principais com rotação varimax, análises de variância para amostras com medidas repetidas. Por fim, realizamos análises de regressão e análises de moderação por meio do PROCESS Macro para SPSS, versão 3.5 (Hayes, 2018), sem a realização de correção. Sendo uma moderação, foi realizada pelo modelo 1, e o parâmetro de *bootstrapping* utilizado foi o de 5.000 amostras.

Resultados

As estatísticas descritivas (Tabela 2) revelam a tendência dos participantes para confiar pouco na maior parte das instituições. A maioria deles revelou nenhuma ou pouca confiança em 12 de 17 instituições. As ONGs foram as instituições em que as pessoas mais confiaram (80,2%), enquanto os partidos políticos obtiveram os níveis mais baixos de confiança, visto que 92,9% da amostra revelou ter nenhuma ou pouca confiança neles.

Tabela 2*Estatísticas descritivas da confiança em cada instituição (N = 381)*

Instituição	M	DP	Nível de Confiança (%)	
			Nenhuma/Pouca	Moderada/Muita
1. Poder Executivo	1,81	0,71	84,4%	15,6%
2. Poder Legislativo	1,83	0,67	85,4%	14,6%
3. Poder Judiciário	2,15	0,76	63,3%	36,4%
4. Partidos Políticos	1,70	0,60	92,9%	7,1%
5. Polícia federal	2,60	0,85	43,0%	57,0%
6. Polícia Militar	2,14	0,83	64,3%	35,7%
7. Forças Armadas	2,20	0,93	61,5%	38,5%
8. Empresariado	1,82	0,77	79,7%	20,3%
9. Mídia TV/Rádio	1,86	0,70	82,8%	17,2%
10. Revistas e Jornais impressos	2,14	0,73	68,1%	31,9%
11. Mídia Digital	2,12	0,69	71,4%	28,6%
12. ONGs de Direitos Humanos	2,98	0,80	19,8%	80,2%
13. Sindicatos	2,29	0,77	59,8%	40,2%
14. Grêmios e Movimentos estudantis	2,57	0,85	42,0%	58,0%
15. Movimentos Populares	2,69	0,86	40,1%	59,9%
16. Associações de Moradores	2,58	0,80	43,7%	56,3%
17. Igrejas	2,10	0,92	62,9%	37,1%

Nota. M = média; DP = desvio padrão.

Para testar a adequabilidade da medida de confiança institucional no presente estudo, realizamos uma análise fatorial da medida utilizada, a qual apontou um valor de KMO de 0,82 e Teste de Esfericidade de Bartlett significativo [$\chi^2 (136) = 2381,47; p < 0,001$]. A medida apresentou uma estrutura tetrafatorial e a variância explicada dos quatro fatores foi de 61,54%, com *eigenvalues* variando entre 1,01 e 3,98 entre os fatores extraídos. As consistências internas dos quatro fatores gerados variaram entre 0,63 e 0,83. Além disso, calculamos um índice de confiança geral, formado pela junção de todas as instituições da medida, que indica a tendência geral dos participantes para confiarem em instituições. A consistência interna da confiança geral foi de 0,78.

O primeiro fator que resultou da análise fatorial foi chamado de Organizações Cívicas, por abarcar instituições da sociedade civil como ONGs, Sindicatos, Movimentos Estudantis, Movimentos Populares e Partidos Políticos. Ao segundo fator, chamamos de Coerção Social, uma vez que agregou Polícia Federal, Polícia Militar, Forças Armadas, Empresariado e Igrejas. O terceiro fator reuniu TV e Rádio, Jornais e Revistas e Mídia Digital, pelo que foi intitulado de Mídia. Finalmente, o quarto fator organizou a confiança nas instituições que formam os três poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário – sendo por isso designado de Estado.

Uma ANOVA com medidas repetidas demonstrou que as médias dos quatro tipos de confiança são, de fato, significativamente diferentes [$F (3, 1068) = 71,17; p < 0,001; \eta^2_{\text{parcial}} = 0,167$]. Comparações múltiplas com correção de Bonferroni mostraram que os estudantes confiaram significativamente mais nas Organizações Cívicas quando comparadas aos outros fatores ($p < 0,001$). Além disso, como mostra a Tabela 3, a confiança no fator Estado teve a menor média observada.

Tabela 3

Médias, desvios-padrão e correlações entre CMJ e o grau de confiança nos quatro fatores de instituições e no índice geral

Construtos (α)	M	DP	Correlações Bivariadas e α					
			1.	2.	3.	4.	5.	
1. CMJ	2,85	0,78	0,81					
2. Organizações Cívicas	2,47	0,57	-0,09	0,82				
3. Coerção Social	2,17	0,67	0,444**	-0,100	0,83			
4. Mídia	2,04	0,58	0,029	0,380**	0,102*	0,75		
5. Estado	1,92	0,54	0,245**	0,104*	0,533**	0,227**	0,63	
6. Confiança Geral	2,21	0,37	0,256**	0,614**	0,640**	0,590**	0,659**	

Nota. α = Coeficiente alfa de Cronbach na diagonal na tabela; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

A nossa primeira hipótese propunha que a CMJ, a orientação política de direita e rendas familiares mais altas prediriam positivamente a confiança nas instituições. As regressões múltiplas deste modelo preditivo indicaram que a CMJ predisse positivamente a confiança na Coerção Social e no Estado de forma significativa (Tabela 4). A orientação política, que se dividia em esquerda, centro e direita, foi operacionalizada em duas variáveis *dummies*: D1 (que comparava esquerda com o centro) e D2 (que comparava esquerda com direita). A D2 foi capaz de prever significativamente a confiança na Coerção Social, de modo que levou as pessoas de direita a confiarem mais nas instituições coercitivas que as de esquerda. Por sua vez, a renda familiar foi categorizada em uma *dummy*, que comparou renda baixa (até três salários-mínimos) com renda média/alta (acima de 3 salários mínimos). Esta

divisão foi feita com base no Critério de Classificação Econômica Brasil 2019 (ABEP, 2019).

Verificamos, então, que as diferenças de rendas predisseram de modo significativo a confiança na Mídia e no Estado. Maiores rendas levaram a maior confiança nestas instituições.

Tabela 4

Regressões múltiplas do modelo preditivo da confiança nas instituições

	Org. Civis		Coerção Social		Mídia		Estado	
	<i>b</i>	<i>p</i>	<i>b</i>	<i>p</i>	<i>b</i>	<i>p</i>	<i>b</i>	<i>p</i>
CMJ	0,09	0,117	0,28*	<0,001	0,04	0,478	0,18*	<0,001
D1 (Esquerda x Centro)	-0,02	0,921	0,16	0,494	-0,28	0,272	0,10	0,641
D2 (Esquerda x Direita)	-0,24	0,498	1,36*	<0,001	-0,30	0,457	0,47	0,172
Renda (Baixa x Alta)	0,35	0,112	0,24	0,275	0,54*	0,023	0,52*	0,015
CMJ*D1	-0,09	0,270	0,07	0,357	0,09	0,258	0,01	0,815
CMJ*D2	-0,15	0,191	-0,15	0,189	-0,02	0,832	-0,06	0,554
CMJ*Renda	-0,08	0,246	-0,04	0,550	-0,10	0,211	-0,14*	0,047
	$R^2_{ajustado} = 0,14$		$R^2_{ajustado} = 0,40$		$R^2_{ajustado} = 0,09$		$R^2_{ajustado} = 0,11$	

Com estes resultados, verificamos que ser de direita e ter rendas mais elevadas está relacionado com a tendência nas pessoas a confiarem nas instituições, principalmente nas de Estado e de Coerção Social, ao passo que ser de esquerda e ter menos rendimentos não predisse a confiança significativamente em nenhum tipo. No entanto, a despeito de o posicionamento político de direita, rendas mais altas e níveis mais altos de CMJ predizerem positivamente a confiança institucional, nós hipotetizamos que a predição da confiança institucional pela CMJ ocorreria precisamente quando as pessoas fossem de esquerda e de classes mais baixas, pois seria a CMJ o mecanismo que poderia fazê-las passar a confiar nas

instituições, enquanto rendas mais altas e posicionamento de direita seriam capazes de prever a confiança institucional independentemente de uma alta CMJ.

Assim, para compreender como as pessoas de esquerda e rendas mais baixas podem confiar nas instituições, exploramos o papel moderador do posicionamento político e da renda na relação entre a CMJ e a confiança institucional, por meio do PROCESS Macro para SPSS (Hayes, 2018), versão 3.5. Apesar de a Tabela 4 já revelar que só houve interação significativa entre a CMJ e a renda, e somente para o fator Estado, realizamos análises de moderação simples para melhor investigar como os polos opostos de posicionamento político (esquerda e direita) e de rendimento familiar (baixo e médio/alto) afetam esta relação de predição. Para cada análise, foram controlados a idade e o sexo como covariáveis.

Em relação à predição da confiança nas organizações civis pela CMJ, encontramos uma interação significativa entre CMJ e renda ($b = -0,15$; $EP = 0,07$; $p = 0,042$). A relação entre CMJ e confiança nestas instituições civis ocorreu no sentido negativo para pessoas com renda alta ($b = -0,16$; $EP = 0,06$; $p = 0,006$), mas não para indivíduos com renda baixa de uma maneira significativa ($b = -0,001$; $EP = 0,04$; $p = 0,915$). Isto significa que ter uma maior CMJ associou-se à tendência das pessoas com rendas mais altas a confiarem menos nas instituições que formam o arco das Organizações Civis, como movimentos sociais, sindicatos e ONGs. Já no que diz respeito à posição política do participante, verificamos que a relação entre CMJ e confiança nas organizações civis não foi moderada de forma significativa por esta variável. Sendo assim, a predição da confiança institucional pela CMJ independeu de o participante ser de esquerda ou de direita.

Na predição da Coerção Social, a interação entre a CMJ e a D2 foi não significativa ($b = -0,15$; $EP = 0,11$; $p = 0,163$). Apesar disto, exploramos se realmente o padrão de relação entre a CMJ e a Coerção Social é igual para cada posição política. Decompondo a relação, observamos diferentes padrões, pois a relação de predição ocorreu para as pessoas de

esquerda ($b = 0,30$; $EP = 0,04$; $p < 0,001$), mas não para as de direita ($b = 0,15$; $EP = 0,10$; $p = 0,155$). De tal modo, a CMJ predisse a confiança nas instituições de coerção social quando as pessoas eram de esquerda, mas não quando eram de direita. Para que pessoas de esquerda confiassem significativamente mais em instituições coercitivas, foi necessário que tivessem uma alta CMJ. Por sua vez, a relação entre CMJ e confiança na Coerção foi significativa para os dois níveis de renda, ou seja, a relação independeu dos rendimentos dos participantes.

A relação entre a CMJ e a confiança no grupo que reuniu as instituições midiáticas não foi moderada pelo nível de renda ($b = -0,13$; $EP = 0,07$; $p = 0,085$) ou posição política ($b = -0,08$; $EP = 0,12$; $p = 0,460$) dos participantes, uma vez que as interações e decomposições das interações não resultaram em efeitos significativos ($p > 0,05$). Do mesmo modo, em relação à confiança no Estado, os resultados evidenciaram uma interação não significativa entre a CMJ e a D2 ($b = -0,10$; $EP = 0,10$; $p = 0,339$). Apesar disto, julgamos importante realizar uma análise exploratória para verificarmos se o padrão de relação entre a CMJ e a confiança nas instituições do Estado é realmente similar nos diferentes níveis do posicionamento político dos participantes, como sugere a ausência de interação significativa. Ao decompor, verificamos, contudo, diferentes padrões de relação, uma vez que esta foi significativa para pessoas de esquerda ($b = 0,14$; $EP = 0,03$; $p < 0,001$) e não significativa para as de direita ($b = 0,03$; $EP = 0,10$; $p = 0,701$). Logo, a CMJ predisse a confiança nas instituições do Estado quando o participante era de esquerda. A CMJ associou-se à tendência das pessoas de esquerda a confiarem nas instituições de Estado, mas não nas de direita. Portanto, quando as pessoas de direita confiam no Estado, isso acontece independentemente da sua CMJ, mas as de esquerda precisam da CMJ para confiar no Estado. Além disso, obtivemos uma interação marginalmente significativa entre CMJ e renda ($b = -0,13$; $EP = 0,07$; $p = 0,052$) na confiança nas instituições que formam o Estado, de modo que a relação entre CMJ e confiança nelas só ocorreu em pessoas de renda baixa ($b = 0,21$; $EP = 0,04$; $p <$

0,001), e não nas de rendas mais altas ($b = 0,07$; $EP = 0,05$; $p = 0,147$). Isto quer dizer que para confiarem nas instituições do Estado, pessoas de rendas baixas e pessoas de esquerda precisaram ter uma alta adesão à crença de que o mundo é um lugar onde a justiça predomina.

Finalmente, na relação entre CMJ e o índice de confiança geral, verificamos que houve uma interação não significativa entre a CMJ e a D2 ($b = -0,11$; $EP = 0,08$; $p = 0,146$). Contudo, a decomposição da interação mostrou que a relação entre CMJ e a confiança geral nas instituições foi significativa apenas para pessoas de esquerda ($b = 0,12$; $EP = 0,02$; $p < 0,001$), e não para as de direita ($b = 0,004$; $EP = 0,08$; $p = 0,956$). Neste sentido, para poder confiar em instituições como um todo, as pessoas de esquerda precisaram ter uma CMJ alta. Ademais, a interação entre CMJ e renda foi significativa ($b = -0,11$; $EP = 0,04$; $p = 0,019$) para explicar a confiança geral. Assim, a relação entre CMJ e confiança institucional geral só ocorreu significativamente em pessoas de renda mais baixa ($b = 0,16$; $EP = 0,03$; $p < 0,001$), e não de rendas mais elevadas ($b = 0,04$; $EP = 0,05$; $p = 0,251$). Dito de outra forma, a CMJ associou-se positivamente à confiança em geral nas instituições quando as pessoas eram de rendas mais baixas, mas não quando eram de rendas mais altas, as quais puderam confiar nas instituições independentemente dela. Com isso, confirmamos a ocorrência da segunda hipótese do estudo.

Discussão

Este estudo analisou o papel moderador das variáveis de renda e posicionamento político para examinar a relação entre Crença no Mundo Justo e confiança nas instituições. É importante destacar que os resultados mostraram, em primeiro lugar, o baixo grau de confiança na maioria das instituições, sobretudo nas ligadas ao regime de democracia representativa, como o Poder Legislativo e os partidos políticos. Por outro lado, a média de confiança em instituições como as Forças Armadas foi significativamente superior a das instituições políticas democráticas. Este é um dado que, embora seja reiterado nas pesquisas

sobre confiança institucional no Brasil (Corporación Latinobarómetro, 2018; Datafolha, 2019), é preocupante porque pode apontar para uma ameaça à estabilidade do regime democrático, principalmente diante de momentos de crise e de fortalecimento de discursos antidemocráticos.

O estudo também revelou que, no geral, a posição à direita no espectro político e rendas mais altas predisseram a confiança institucional. Em sociedades estruturalmente desiguais como a brasileira, isto pode estar ligado, por um lado, ao fato de que as instituições tratam as pessoas diferentemente conforme suas classes sociais e os mais ricos arriscam menos em confiar nas instituições (Ramos et al., 2016), porque, em geral, são bem tratados e mais favorecidos por elas. Além disso, como apontam Catterberg e Moreno (2006), pode se dever igualmente ao fato de que as pessoas nas classes socioeconômicas mais altas têm interesse na manutenção do sistema como ele é para preservar sua posição privilegiada na estratificação social.

Constatamos, também, que a CMJ predisse significativamente a confiança nas instituições do Estado e da Coerção Social. Uma vez que a CMJ está ligada à preservação do *status quo*, já que o sistema é percebido como justo e não necessita de grandes mudanças (Hafer & Sutton, 2016; Sabbagh & Schmitt, 2016), é compreensível que ela tenha se associado a maior confiança justamente nas instituições que em grande medida também têm esta função. Entretanto, essa relação entre CMJ e confiança foi moderada pelo posicionamento político e status econômico dos participantes, não tendo ocorrido para todos.

A análise de moderação revelou que a renda mais baixa moderou a relação entre a CMJ e a confiança no Estado e nas instituições de forma geral. Nesses casos, a CMJ só predisse a confiança institucional quando as pessoas tinham rendas mais baixas. Assim, se ser de direita e ter maiores rendas predisse positivamente a confiança, e, nestas pessoas, a CMJ não se relacionou à confiança institucional, nas pessoas de esquerda e rendas mais baixas foi

a CMJ quem predisse a confiança institucional. Ser de direita e ter rendas mais alta prediz a confiança institucional, e ser de esquerda e ter rendas baixas, não, exceto se essas pessoas de esquerda e rendas mais baixas acreditarem em um mundo justo. Dito de outra maneira, é como se as pessoas de classes mais baixas precisassem de uma crença que as façam perceber o mundo como justo para poderem confiar nas instituições, porque somente a sua condição socioeconômica não foi capaz de prever a confiança. Já ser de direita e ter rendas mais altas predisse diretamente a confiança institucional.

São muitas as maneiras pelas quais poderíamos tentar explicar este fenômeno. Acreditamos que isso ocorra com as pessoas com rendimentos mais baixos e não com as de rendimentos mais altos pela mesma razão que leva aquelas com menores rendas a terem uma alta CMJ: a justificação do sistema (Thomas, 2018), em um processo, baseando-se em Dalbert (2001) e Otto et al. (2009), de assimilação da realidade injusta que sentem que não podem mudar. Possivelmente, indivíduos em contextos sociais mais vulneráveis percebem o sistema e a realidade em que vivem como mais inescapáveis e, recorrendo a um mecanismo de defesa psicológica, como a redução da dissonância cognitiva (Jost et al., 2003), passam a ver o mundo como justo e meritocrático como uma forma de não se voltarem contra esta realidade. Isto também foi verificado por Henry e Saul na Bolívia (2006), indicando que crenças justificadoras do sistema são endossadas por pessoas de baixo status socioeconômico que mais sofrem em decorrência de um dado sistema.

Ter uma baixa adesão à CMJ não se associou a um maior nível de confiança institucional quando as pessoas eram de esquerda ou de rendas mais baixas, mas ter alta adesão à CMJ se associou a um maior nível de confiança nas instituições para estas pessoas. Isto pode ocorrer porque a CMJ favorece o desenvolvimento da percepção de que os sistemas são justos, até mesmo quando o sistema trabalha contra os interesses das pessoas (Hafer & Sutton, 2016). Neste sentido, entendemos que, como o Estado brasileiro tem sido ausente no

suprimento das necessidades das populações mais vulneráveis social e economicamente, é preciso que estas pessoas tenham uma alta adesão à CMJ para ainda assim confiar nele. Por essa razão, tais pessoas podem reagir a esse paradoxo que é confiar em instituições que não lhes têm sido favoráveis interpretando a realidade pelo viés de que o mundo é essencialmente justo e meritocrático. Como concluiu Furnham (1991), em uma sociedade desigual em que a maioria das pessoas acredita que o mundo é um lugar justo, as desigualdades socioeconômicas são consideradas justas e se entende que os pobres têm menos recursos porque realmente merecem menos. É nesta medida que compreendemos a CMJ como uma crença legitimadora que pode levar à confiança nas instituições.

O mesmo se deu para as pessoas de esquerda e de direita. As análises de moderação revelaram que a posição política também moderou a relação entre a CMJ e a confiança nos fatores Coerção Social, Estado e a Confiança Geral nas instituições, de maneira que ter uma CMJ mais alta levou as pessoas de esquerda a confiarem nestas instituições, mas não o fez nas pessoas de direita. Tradicionalmente, as pessoas de ideologias políticas mais conservadoras e de direita tendem a confiar mais nas instituições (Ribeiro, 2011). São posicionamentos que priorizam a manutenção do *status quo*. Testamos este papel de forma mais exploratória do que a classe social, mas com isto descobrimos que a CMJ pode fazer outro grupo que tradicionalmente não confia nas instituições passar a confiar.

Isto também é evidenciado pela moderação das rendas mais altas na relação entre a CMJ e confiança no grupo de instituições a que chamamos de Organizações Cívicas. Especificamente nesse caso, a relação entre a CMJ e confiança nestas instituições foi negativa em pessoas com maiores rendas. Desta forma, uma maior CMJ não esteve associada à confiança, e sim à desconfiança nas instituições de Organizações Cívicas. Instituições da sociedade civil, como ONGs e movimentos populares, se voltam a mudanças sociais, o que é contrário aos interesses das classes mais altas, que por isso podem não confiar nelas.

As pessoas de esquerda também almejam mudanças sociais mais profundas (Sabbagh & Schmitt, 2016), a partir da leitura do mundo contemporâneo como um lugar tomado por injustiças sociais, as quais são sustentadas por parte das instituições. Logo, as instituições de Estado e Coerção Social tendem a ser percebidas com mais desconfiança por quem é de esquerda. O presente estudo evidenciou que uma das formas pelas quais as pessoas assim declaradas passam a confiar em maior grau nas instituições também é a expressão de uma maior CMJ, inclusive em instituições de Coerção, em relação às quais a posição de esquerda tradicionalmente dirige muitas críticas, como as polícias, Forças Armadas e o empresariado.

Assim, para além de uma motivação individual, é possível que a adesão à CMJ também tenha impactos ao nível social. Isto envolve a legitimação de diferenças de status socioeconômico entre os grupos (Furnham, 1991; Silva et al., 2018) e a legitimação do sistema sociopolítico (Martin & Cohn, 2004; Ng & Allen, 2005). Para pessoas com alta CMJ, desigualdades sociais passam a ser vistas como consequência de atitudes individuais, uma vez que percebem o mundo como justo, onde as pessoas recebem o que merecem. Pobres teriam menos porque são percebidos como se tivessem feito por onde merecer menos. Quando a CMJ faz com que só as pessoas com menos renda, mas não as mais abastadas, confiem nas instituições estatais, é como se encobrisse, para estas pessoas, a noção de que estas instituições lhes estão em falta, dentro do quadro de referências do Estado de Direito que o Brasil se propõe a ser.

É possível, contudo, que este fenômeno seja realmente próprio de sociedades muito desiguais, onde as instituições parecem tratar as pessoas diferentemente, assim como de países com regimes democráticos mais recentes (Catterberg & Moreno, 2006; Colen, 2010; Lima et al., 2018). Pode ser que sociedades que conseguem manter bons níveis de bem-estar social e qualidade de vida para toda a sua população obtenham mais confiança em suas instituições devido a fatores como estes, e que crenças justificadoras do sistema não precisem

atuar de modo a fazer pessoas desfavorecidas pelas instituições reinterpretarem a realidade a fim de confiar em instituições que não lhes dão muito em troca.

Talvez uma das maiores implicações práticas deste achado seja que a confiança em demasia nas instituições possa levar a um baixo engajamento político, porque o sistema e as instituições não são percebidos como falhos e necessitados de mudança (Cichocka et al., 2018). Os problemas sociais não são vistos como decorrentes de sua ineficiência ou indiferença. Embora grandes mudanças sociais e revolucionárias aconteçam nas sociedades, em geral o ímpeto que as desencadeia vem de fora da classe baixa, de indivíduos altamente educados ou razoavelmente abastados, como os líderes das Revoluções Francesa e Americana, Gandhi ou Che Guevara. É possível que as crenças justificadoras do sistema, amplamente difundidas entre grupos de status inferior nas sociedades, ajudem a explicar a própria possível ausência de consciência de classe e por que estas mudanças não são impulsionadas pela própria classe trabalhadora quando não pode mais tolerar as injustiças de uma sociedade injusta (Henry & Saul, 2006; Jost, Pelham, et al., 2003). Com isto, o resultado alerta para a possível existência de um mecanismo que pode "docilizar" os indivíduos e entorpecer a disposição para agir no sentido de mudar realidades que podem lhes estar prejudicando. As tentativas de acabar com a injustiça e a discriminação geralmente envolvem a conscientização de que o status quo é organizado e funciona de forma injusta, embora exista a tendência nas pessoas para o perceberem como justo. É a ideia presente na concepção de Lerner (1980) sobre a ilusão fundamental da CMJ. Além do mais, é possível que, na população geral, a adesão à CMJ pelas pessoas de rendas mais baixas seja ainda maior do que neste estudo, composto por universitários. Isto pode, então, levar o fenômeno que aqui foi exposto para outra dimensão.

Em termos teóricos, esta pesquisa, de forma semelhante a Laurin et al. (2011), fornece resposta potencial para uma lacuna nas teorizações sobre a CMJ: a questão da funcionalidade

de acreditar em um mundo justo para aqueles que estão em desvantagem. Os achados desta pesquisa sugerem que a função motivacional de confiar da CMJ é qualificada pela pertença dos indivíduos ao grupo, aplicando-se especialmente aos membros de grupos socialmente desfavorecidos. Ademais, a articulação entre a Crença no Mundo Justo com o fenômeno da confiança institucional não é algo que tem sido suficientemente explorado pela literatura acadêmica. Além disso, neste estudo, enquadrámos a abordagem da CMJ enquanto uma crença justificadora e legitimadora do sistema, uma perspectiva preterida e menos utilizada que seu enfoque motivacional clássico. Os resultados são inovadores no estudo do impacto das crenças e percepções de justiça na confiança nas instituições, especialmente ao demonstrar o papel de fatores políticos e principalmente socioeconômicos. Têm o potencial de indicar como pessoas de grupos desfavorecidos devido a questões sociopolíticas, sistêmicas e institucionais, ou de grupos que têm ideologias opostas ao sistema vigente, passam a confiar em instituições, que, com frequência, são percebidas como ineficientes perante as demandas de tais grupos.

Esse estudo não está isento de limitações. Em primeiro lugar, destacamos a amostra exclusivamente composta por estudantes universitários e de apenas uma minoria que se autodeclarou como de direita no espectro político. É provável que a população geral difira em relação à adesão e aos determinantes da CMJ e da confiança institucional, por isso, deve-se ponderar a generalização dos resultados. Ademais, o posicionamento político foi analisado apenas em termos de esquerda, centro e direita, outra importante limitação.

Como direcionamentos futuros, mais estudos são necessários para replicar os achados aqui descritos em amostras diversificadas e representativas da população brasileira, inclusive contando com amostras de diferentes regiões brasileiras e grupos equiparados do espectro político. Além disso, é importante verificar a influência de outras variáveis que podem vir a moderar a relação entre CMJ e confiança nas instituições, bem como investigar que outros

fatores explicam eventual alta confiança nas instituições de pessoas de classes socioeconômicas mais baixas e de esquerda, como o nível de religiosidade. A lacuna mais importante parece ser, sobretudo, sobre como a CMJ pode exercer a função de legitimação dos sistemas e das instituições, uma vez que o presente estudo sinalizou, por meio das moderações, esta possibilidade, o que deve ser mais largamente investigado.

Referências

- ABEP. (2019). *Critério de Classificação Econômica Brasil*.
https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2019.pdf
- Catterberg, G., & Moreno, A. (2006). The Individual Bases of Political Trust: Trends in New and Established Democracies. *International Journal of Public Opinion Research*, 18(1), 31–48. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edh081>
- Cichocka, A., Górska, P., Jost, J. T., Sutton, R. M., & Bilewicz, M. (2018). What inverted U can do for your country: A curvilinear relationship between confidence in the social system and political engagement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 115(5), 883–902. <https://doi.org/10.1037/pspp0000168>
- Colen, C. M. L. (2010). As covariantes da confiança política na América Latina. *Opinião Pública*, 16(1), 1–27. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000100001>
- Corporación Latinobarómetro. (2018). *Informe 2018*.
https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf
- Correia, I., & Vala, J. (2004). Belief in a just world, subjective well-being and trust of young adults. In H. Sallay & C. Dalbert (Eds.), *The Justice Motive in Adolescence and Young Adulthood: Origins and Consequences* (pp. 1–271). Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203575802>
- Dalbert, C. (1999). The world is more just for me than generally: About the personal belief in a just world scale's validity. *Social Justice Research*, 12(2), 79–98.
<https://doi.org/10.1023/A:1022091609047>
- Dalbert, C. (2001). *The justice motive as a personal resource: Dealing with challenges and critical life events*. Plenum.
- Dalton, R. J. (1999). Political Support in Advanced Industrial Democracies. In P. Norris

- (Ed.), *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford University Press.
- Datafolha. (2019). *Grau de confiança nas instituições*.
http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/10/9b9d682bfe0f1c6f228717d59ce49fd_fci.pdf
- Furnham, A. (1991). Just World Beliefs in Twelve Societies. *The Journal of Social Psychology, 133*(3), 317–329.
- Hafer, C. L., & Bègue, L. (2005). Experimental Research on Just-World Theory: Problems, Developments, and Future Challenges. *Psychological Bulletin, 131*(1), 128–167.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.131.1.128>
- Hafer, C. L., & Sutton, R. (2016). Belief in a Just World. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of Social Justice Theory and Research* (pp. 1–504). Springer New York.
<https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>
- Hayes, A. F. (2018). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach* (2nd ed.). The Guilford Press.
- Henry, P. J., & Saul, A. (2006). The Development of System Justification in the Developing World. *Social Justice Research, 19*(3), 365–378. <https://doi.org/10.1007/s11211-006-0012-x>
- Hunt, M. O. (2000). Status, religion, and the “Belief in a Just World”: Comparing African Americans, Latinos, and Whites. *Social Science Quarterly, 81*(1), 325–343.
- Jost, J. T., Pelham, B. W., Sheldon, O., & Ni Sullivan, B. (2003). Social inequality and the reduction of ideological dissonance on behalf of the system: evidence of enhanced system justification among the disadvantaged. *European Journal of Social Psychology, 33*(1), 13–36. <https://doi.org/10.1002/ejsp.127>
- Laurin, K., Fitzsimons, G. M., & Kay, A. C. (2011). Social disadvantage and the self-

- regulatory function of justice beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(1), 149–171. <https://doi.org/10.1037/a0021343>
- Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4899-0448-5_2
- Lima, M. E. O., Da Silva, P., Carvalho, N. C., & Monteiro Farias, L. C. (2018). Identidade nacional e confiança nas instituições em contexto de crise no Brasil. *Psicologia e Saber Social*, 6(2), 205–222. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33557>
- Linhares, L. V. (2017). *Crença no Mundo Justo e Ditados Populares*. Universidade Federal da Paraíba.
- Martin, T. A., & Cohn, E. S. (2004). Attitudes toward the criminal legal system: Scale development and predictors. *Psychology, Crime and Law*, 10(4). <https://doi.org/10.1080/10683160310001629265>
- Miller, A., & Listhaug, O. (1999). Political performance and institutional trust. In P. Norris (Ed.), *Critical citizens: Global support for democratic government* (pp. 204–216). Oxford University Press.
- Ng, S. H., & Allen, M. W. (2005). Perception of economic distributive justice: Exploring leading Theories. *Social Behavior and Personality*, 33(5), 435–454. <https://doi.org/10.2224/sbp.2005.33.5.435>
- Otto, K., Glaser, D., & Dalbert, C. (2009). Mental Health, Occupational Trust, and Quality of Working Life: Does Belief in a Just World Matter? *Journal of Applied Social Psychology*, 39(6), 1288–1315. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2009.00482.x>
- Ramos, A., Brites, R., & Vala, J. (2016). Confiança nas instituições políticas em países europeus: O papel dos valores, da experiência democrática e da percepção de eficácia do sistema político numa perspetiva multinível. In F. L. Machado, A. N. de Almeida, & A. F. da Costa (Eds.), *Sociologia e Sociedade: Estudos de Homenagem a João Ferreira de*

- Almeida*. (pp. 345–367). *Mundos Sociais*.
- Ribeiro, E. A. (2011). Confiança Política na América Latina: Evolução Recente e Determinantes Individuais. *Revista de Sociologia Política*, 19(39), 167–182.
- Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1975). Who Believes in a Just World? *Journal of Social Issues*, 31(3), 65–89. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1975.tb00997.x>
- Russo, G. (2016). *Barômetro das Américas: Actualidades, 1 de abril de 2016*. <http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/ITB025po.pdf>
- Sabbagh, C., & Schmitt, M. (2016). Handbook of Social Justice Theory and Research. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of Social Justice Theory and Research*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>
- Silva, K. da C., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. Á., Luque, A. G., & Linhares, L. V. (2018). Racial discrimination and belief in a just world: Police violence against teenagers in Brazil. *Journal of Experimental Social Psychology*, 74(October 2017), 317–327. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.10.009>
- Thomas, K. J. (2018). Justice Perceptions and Demographics of Privilege Among Brazilian Adolescents. *Psychological Reports*, 121(6), 1086–1105. <https://doi.org/10.1177/0033294117745886>
- Tyler, T. R. (1998). Trust and democratic governance. In V. Braithwaite & M. Levi (Eds.), *Trust and governance*. Russell Sage Foundation.
- Umberson, D. (1993). Sociodemographic Position, Worldviews, and Psychological Distress. *Social Science Quarterly*, 74(3), 575–589.
- Zhang, Z., & Zhang, J. (2015). Belief in a just world mediates the relationship between institutional trust and life satisfaction among the elderly in China. *Personality and Individual Differences*, 83, 164–169. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.04.015>
- Zuckerman, M., & Gerbasi, K. C. (1977). Belief in a just world and trust. *Journal of*

Research in Personality, 11(3), 306–317. [https://doi.org/10.1016/0092-6566\(77\)90039-3](https://doi.org/10.1016/0092-6566(77)90039-3)

**Artigo 3 - O Papel da Confiança Institucional na Relação entre Crença no Mundo Justo
e Vitimização Secundária de Pessoas Presas Injustamente**

Considerações preliminares

No segundo artigo desta tese, nós buscamos compreender se, e de que maneira, a Crença no Mundo Justo se relacionaria com a confiança nas instituições. Verificamos que a CMJ prediz positivamente a confiança institucional na Coerção Social e no Estado. Quanto maior a CMJ, maior a confiança nas instituições coercitivas e nas instituições estatais. Contudo, verificamos que esta funcionalidade reflete diferenças grupais importantes e depende da classe social e da posição política dos participantes. De uma forma geral, vimos que a alta CMJ prediz maior confiança na Coerção Social e no Estado somente para pessoas de baixas rendas e de esquerda, enquanto pessoas de direita e de altas rendas confiam nestas instituições independentemente da CMJ.

Com isto, evidenciamos um papel mais societal e ideológico da associação da CMJ com a confiança institucional. Possivelmente esse achado também seja um reflexo do papel justificador do sistema desempenhado pela confiança nas instituições. Neste sentido, a partir destes achados e do ensejo do potencial papel societal e justificador do sistema da CMJ com a confiança institucional, demos mais outro passo de maneira a investigar se a CMJ se associaria com as confianças institucionais para justificar o sistema – precisamente, para justificar injustiças cometidas por instituições centrais em nossa sociedade.

Introdução

Condenações injustas de pessoas à prisão representam falhas do sistema de justiça e um tipo de erro judicial grave inerentes a qualquer sistema de justiça. De fato, segundo Kauzlarich et al. (2001), ao invés de considerar estes erros como consequências de algumas “maçãs podres” no sistema de justiça, podemos enxergar as prisões injustas como o resultado de uma cultura organizacional pressionada a atingir certos objetivos. No contexto organizacional do policiamento, as investigações em curso são tipicamente conduzidas com base na crença de que a polícia está atuando em um caso contra uma pessoa já culpada (Kauzlarich et al., 2001). Dito de outra forma, prevalece uma espécie de presunção de culpa.

Embora se trate de um problema que acontece em qualquer sistema de justiça do mundo, a literatura acadêmica da área se encontra bastante concentrada no contexto estadunidense (Faison & Smalarz, 2021). Como ressaltam Zalman et al. (2012), a existência de condenações injustas e o desafio que elas representam para a justiça criminal passaram a obter bastante atenção nos últimos 30 anos nos Estados Unidos, tornando-se uma questão de interesse público e grande preocupação no país. *Websites* de projetos como o *Innocence Project* e o *National Registry of Exonerations* atualizam com frequência o número de condenações injustas publicitadas nos EUA. No Brasil, por outro lado, o estudo desse tema tem recebido menos atenção, e não há dados oficiais sobre a quantidade de pessoas acusadas ou presas injustamente, embora os altos índices de prisões provisórias no país sinalizem que este deva ser um grande problema.

Prisões injustas, além de desafiar a integridade e a legitimidade da justiça criminal, geram um “círculo de danos” generalizado, pois saem lesados os autores jurídicos envolvidos, a comunidade que, muitas vezes, pode estar ainda sob ameaça do verdadeiro responsável pelo crime, e a própria pessoa presa injustamente (Thompson & Baumgartner, 2018). Os danos sofridos pelos inocentes e seus entes são, no entanto, os mais profundos. Por

exemplo, Clow et al. (2012) descobriram que pessoas presas injustamente são essencialmente vitimizadas por suas experiências de prisão, de forma que suas experiências podem ser comparadas a de vítimas de tortura (Weigand, 2009; Westervelt & Cook, 2010). Suas vidas são, em muitos dos casos, tornadas públicas por meio da cobertura da mídia. Assim, muitos indivíduos sabem que uma pessoa foi presa injustamente e passam a desacreditá-la com base nessa informação. Indivíduos que foram presos injustamente podem ser incorretamente rotulados como criminosos, criando tensão com os vizinhos, impedindo sua capacidade de garantir um emprego e impedindo-os de seguir adiante com suas vidas (Campbell & Denov, 2004; Westervelt & Cook, 2010). Assim, entendemos que as vítimas de prisões injustas sofrem um processo de vitimização secundária.

Pesquisas têm demonstrado evidências da ocorrência deste fenômeno diante de situações de injustiça ocorridas a grupos bastante diversos (Carroll, 2021; Hafer, 2000; Heaven & Connors, 1988). No entanto, até onde temos conhecimento, a vitimização secundária de vítimas de prisões injustas, compreendendo as suas várias formas de modo sistemático, não foi suficientemente investigada, principalmente no âmbito da psicologia social da justiça, muito embora alguns fatores da vitimização secundária sejam estudados separadamente. Abordamos o fenômeno da vitimização secundária e propomos explicá-lo em termos de um modelo envolvendo a confiança institucional e a CMJ.

Do mundo justo às injustiças: Crença no Mundo Justo e Vitimização Secundária

A teoria da Crença no Mundo Justo (CMJ) foi desenvolvida por Lerner (Lerner, 1980; Lerner & Simmons, 1966) para responder a questão sobre como as pessoas reagem às situações de injustiça. A teoria propõe que todas as pessoas têm necessidade de acreditar em um mundo justo no qual recebem o que merecem e merecem o que recebem (Lerner, 1980). A partir desta forma de perceber o mundo, a CMJ traz um importante benefício psicológico, porque fornece a sensação de que a vida é previsível e controlável (Dalbert, 2001; Hafer &

Sutton, 2016; Lerner, 1980). Hafer e Sutton (2016) explicam que a CMJ protege as pessoas dos afetos negativos associados às preocupações com o futuro, bem como as defende das consequências psicológicas adversas de resultados negativos e não merecidos em seu passado e presente. Eventos adversos que ocorrem a uma pessoa que não fez por onde recebê-los (ou seja, injustos) são, portanto, ameaçadores.

Uma situação é ameaçadora à visão de mundo justo quando coisas ruins acontecem a pessoas boas, ou quando coisas boas acontecem a pessoas ruins (Lerner, 1980). Em tal situação, os indivíduos são motivados a resolver a incongruência ameaçadora reestruturando a situação a fim de percebê-la como justa e legítima (Correia et al., 2018). Ou seja, as pessoas tentam reinterpretar situações injustas de forma a encontrar justiça para o ocorrido. Para tanto, fazem uso, em geral, de meios defensivos. Se possível, restauram a justiça na realidade, como, por exemplo, compensando as vítimas de alguma forma (i.e., justiça restaurativa) e punindo os culpados (justiça retributiva). No entanto, se a injustiça parece não haver como ser resolvida na realidade, as pessoas restaurarão a justiça psicologicamente, reavaliando a situação de acordo com sua crença em um mundo justo, em um processo chamado de assimilação da injustiça (Dalbert & Donat, 2015; Otto et al., 2009). Isso pode ser feito, por exemplo, por meio da vitimização secundária, a qual corresponde à espécie de dano adicional que uma vítima sofre causado pela aceitação social da violência de que ela foi vítima, sendo vitimizada duplamente (Tavares et al., 2022). Exemplos dessa vitimização ocorrem na minimização do sofrimento, evitação, desvalorização ou culpabilização da vítima (Correia, 2003). Nesses casos, a percepção da situação é ajustada, de modo que o destino do indivíduo parece mais merecido e, portanto, justo.

Por meio da vitimização secundária, as vítimas são consideradas responsáveis por sua própria situação (Lerner, 1980). Uma série de estudos já demonstrou que quanto mais forte a CMJ, maior a probabilidade de as pessoas fazerem uso da estratégia de vitimização

secundária (Hafer & Bègue, 2005). Especificamente, a situação é percebida como mais ameaçadora e a vítima passa a ser mais vitimizada secundariamente quando ela é, de fato, inocente e quando seu sofrimento é persistente (Correia et al., 2007; Correia & Vala, 2003). Nestas situações, mais forte será a necessidade de encontrar justiça para o ocorrido porque ainda mais ameaçadora se torna a situação injusta.

Existem evidências da ocorrência de vitimização secundária em muitos tipos diferentes de situações, como em relação a vítimas de bullying (Correia et al., 2010), mães vítimas de violência de gênero (Fleckinger, 2020) e mulheres sobreviventes de estupro (Carroll, 2021). A vitimização secundária, provavelmente, também ocorre em situações de vítimas de prisões injustas, uma realidade em muitos (ou todos) sistemas penais do mundo (Faison & Smalarz, 2021). Um sinal disto é que ser preso injustamente por um crime que não cometeu estigmatiza o indivíduo e, para a sociedade, estas pessoas são terminantemente vistas como ex-presidiárias mesmo quando a prisão é reconhecida como errônea e quando elas são postas em liberdade (Clow et al., 2012). Por exemplo, Thompson e seus colegas (2011) verificaram que pessoas que haviam sido presas injustamente eram vistas como menos bem-humoradas, calorosas, inteligentes e confiantes do que uma pessoa que nunca foi presa. De modo semelhante, Clow e Leach (2015) descobriram que pessoas presas injustamente eram avaliadas da mesma forma que pessoas que realmente haviam cometido crimes, em termos de cordialidade, simpatia, respeitabilidade, agressividade e confiabilidade, entre outras características. Segundo Westervelt e Cook (2010), as pessoas que foram presas injustamente costumam ouvir de familiares, amigos, membros da comunidade e agentes estatais que devem ter sido culpados de alguma coisa para terem ido presas, ou então que são responsáveis por suas prisões porque não lutaram por sua defesa e prova de inocência mais fervorosamente.

Muitas vezes, a “revitimização” das pessoas presas injustamente é promovida diretamente por agentes do estado. Por exemplo, estas pessoas passam a estar mais sujeitas à vigilância policial após sua libertação e, com isto, temem tentativas dos agentes de atraí-las para atividades que possam levá-las de volta à prisão (Westervelt & Cook, 2010). Segundo Westervelt e Cook (2010), os agentes estatais neutralizam a nocividade de suas políticas e ações negando a real inocência dos indivíduos, com frequência até muito depois de suas absolvições e libertação da prisão. As consequências de falhas institucionais e erros judiciais como estes são amplas: saúde precarizada (na prisão, podem passar a sofrer de problemas como desnutrição, asma, atrofia muscular, distúrbios digestivos, hepatite, etc.), relacionamentos familiares sufocados, sentimentos de amargura e raiva, habilidades profissionais defasadas e dificuldade de conseguir um emprego devido ao estigma de presidiário (Westervelt & Cook, 2010). Com isto, as autoridades estatais envolvidas também influenciam diretamente a vitimização secundária das pessoas injustamente presas quando não reconhecem publicamente a inocência real delas, não assumem a responsabilidade por sua própria má conduta e abusos, não pedem desculpas públicas e não prestam assistência significativa para a sua reintegração na sociedade.

Enxergar uma pessoa que foi presa injustamente e que é inocente como culpada em algum grau traz consequências fundamentais. Se as pessoas percebem a condenação injusta de alguém como decorrente de negligência ou má conduta de policiais, promotores ou outras autoridades, elas podem culpar menos aqueles que foram presos injustamente e estar mais dispostas a auxiliá-los (Kukucka & Evelo, 2019). Por outro lado, se persistem estigmatizando e culpabilizando essas pessoas, em algum grau, serão menos dispostas a ajudá-las. É possível que o façam como forma de restaurar a CMJ. Isso porque pode ser que acreditem que aquela pessoa deve ter feito algo para ter levantado a suspeita da polícia e do Judiciário, ou que são, de fato, criminosas que driblaram o sistema (Clow & Leach, 2015; Westervelt & Cook,

2008). Dito de outra forma, se o mundo é justo e o sistema é justo, o erro só pode ser realmente da pessoa que foi presa. É desta maneira que a vitimização legitima a injustiça.

De fato, a despeito de suas funções psicológicas, é possível que a CMJ também tenha como função a legitimação dos sistemas sociais existentes, na medida em que leva as pessoas a verem os sistemas como justos ou merecidos, mesmo aqueles que trabalham contra os interesses das pessoas (Hafer & Sutton, 2016). Por exemplo, Furnham (1991) demonstrou que, em uma sociedade desigual na qual a maioria das pessoas acredita que o mundo é um lugar justo, as desigualdades econômicas e sociais são consideradas justas e se entende que os pobres têm menos recursos porque realmente merecem menos. Acreditamos que esse fenômeno de legitimação da injustiça ocorrerá não apenas devido à crença no mundo justo das pessoas, mas também da relação delas com as instituições, precisamente do seu nível de confiança institucional, já que se tratam de vítimas de procedimentos indevidos ou errados de instituições.

Confiança Institucional e Legitimação de Decisões Institucionais

A confiança nas instituições se refere à fé ou apoio que as pessoas têm em relação às várias instituições. Confiar em uma instituição implica crer que essa entidade é competente, cumpre suas obrigações e age de forma responsável. Dito de outra forma, a instituição é confiável quando observa as regras e regulamentos, funciona bem e atende ao interesse geral (Morselli et al., 2012), conforme os termos e objetivos para os quais foram criadas (Miller & Listhaug, 1999). Conseguir a confiança da sociedade é uma das maneiras pelas quais as instituições obtêm legitimidade, e, por isso, é particularmente crucial em governos democráticos, já que eles não devem fazer uso da coerção na mesma medida que outros regimes para serem legitimados (Catterberg & Moreno, 2006). Consequentemente, a confiança é também uma forma de apoio político.

Um efeito fundamental da aquisição de legitimidade é que as decisões tomadas pelas instituições passam a ser vistas como válidas, pois se acredita que aquela decisão ou regra tem o direito de ser obedecida, já que quem a tomou, ou a forma como foi tomada, é legítima (Tyler, 2006). Por exemplo, em geral, a polícia é bastante legitimada socialmente e é protegida por uma cultura da sociedade que tende a ver a atividade criminosa através de lentes que concordam com a polícia. Os oficiais da justiça criminal operam principalmente por meio de uma presunção de culpa (em vez de presunção da inocência), a qual é compartilhada pelo público em geral, que acredita que a polícia só prende culpados (Fisher, 1993; Givelber, 2002). Nesse sentido, se as instituições envolvidas em condenações injustas, como a polícia e o judiciário, tiverem níveis mais elevados de legitimidade perante pessoas com forte CMJ, prevemos que isso possa fazer com que essas pessoas minimizem as injustiças cometidas pelas instituições e culpabilizem, ao menos parcialmente, a vítima pela injustiça sofrida. Assim, acreditamos que não só a CMJ como a confiança institucional estão implicadas no processo de vitimização secundária de uma vítima de injustiças cometidas pelas instituições de uma sociedade.

Abordar esse tipo de efeito da confiança tem sido menos comum do que focar nos prejuízos políticos e sociais que a ausência de confiança pode trazer para uma sociedade. No entanto, se, por um lado, a falta de confiança pode ser um problema para a estabilidade democrática, por outro lado, confiar demasiadamente nos elementos de um sistema, como suas instituições, pode gerar consequências negativas. Cichocka et al. (2018) verificaram que níveis muito altos de confiança no sistema sociopolítico levavam à apatia política, porque as pessoas que confiavam demais no sistema posto não sentiam necessidade de mudanças sociais. Neste sentido, acreditamos que confiar nas instituições pode trazer outros resultados danosos, como a legitimação das injustiças que essas instituições cometem, através da vitimização secundária da vítima inocente, assim como a CMJ o faz. Não é à toa que tem sido

verificado que a CMJ também está positivamente correlacionada com a confiança nas instituições (Correia & Vala, 2004; Zhang & Zhang, 2015). Logo, quanto mais se apoia a crença de que o mundo é um lugar justo, mais se confia nas instituições sociais. Se a CMJ implica mais confiança e mais confiança está relacionada com maior aceitação das injustiças, então é provável que essa confiança funcione como mediadora da relação entre CMJ e a aceitação das injustiças. No entanto, é possível que este fenômeno não seja universal, tendo em vista que confiar nas instituições pode ter expressões diferentes dependendo da cultura que tratamos.

Testar a confiança como mediadora em uma relação com a CMJ tem sido algo muito pouco explorado. Encontramos este modelo em Zhang e Zhang (2015), que verificaram que a confiança institucional é mediadora da relação entre a CMJ e a satisfação com a vida. Neste sentido, buscando compreender a legitimação de injustiças institucionais como prisões injustas, acreditamos que a CMJ e a confiança institucional possam explicar, ao menos em parte, este fenômeno. Entendemos que a CMJ seja um antecedente causal da vitimização secundária porque a vitimização ajuda a justificar o destino como merecido. Ademais, consideramos que a vitimização secundária seja o resultado de um processo de legitimação da injustiça institucional. Nos questionamos se a confiança institucional medeia a relação entre a CMJ e a vitimização secundária de uma pessoa inocente de uma injustiça institucional. Ou seja, testamos uma nova hipótese de que a CMJ prediz a vitimização secundária de vítimas de erros judiciários que levam a prisões injustas, e que isso ocorre indiretamente, por meio de uma alta confiança institucional. Além disso, também testamos se a mediação será moderada pela ameaça à CMJ, ocorrendo em uma situação ameaçadora à CMJ e não ocorrendo se a situação não mais ameaçar. Operacionalizamos a vitimização secundária enquanto culpabilização da vítima, minimização do sofrimento da vítima e evitação da vítima, conforme a escala de Magalhães e Pereira (2022). De acordo com Correia (2014), a

culpabilização ocorre quando a causa do acontecimento que provocou o sofrimento é atribuída ao comportamento da vítima, a minimização acontece quando as pessoas minimizam o sofrimento da vítima e, em casos mais extremos, até mesmo o negam, e a evitação ocorre quando as pessoas buscam evitar o contato com a vítima.

Visão geral dos estudos

Estudos anteriores têm demonstrado, consistentemente, que a CMJ está associada positivamente à vitimização secundária (para uma revisão, ver Hafer & Bègue, 2005). Apesar disso, não temos conhecimento de estudos que analisem o impacto da CMJ na vitimização secundária de pessoas presas injustamente, levando em conta, conjuntamente, seus diversos elementos. Da mesma forma, embora haja estudos que tenham verificado a existência de uma correlação positiva entre CMJ e confiança institucional, e que testaram a confiança nas instituições como mediadora em uma relação entre outras variáveis, inclusive com a CMJ (Zhang & Zhang, 2015), desconhecemos, até o presente, a existência de estudos que testem a confiança institucional como mediadora da relação entre CMJ e vitimização secundária. Para contribuir para superar essa lacuna, realizamos um programa de pesquisa visando estender o escopo das relações da CMJ com a vitimização secundária e confiança institucional de maneira a analisar o papel que estas variáveis podem ter na legitimação de decisões judiciais injustas no Brasil e fora do Brasil, precisamente de prisões injustas. Para tanto, conduzimos três estudos experimentais no qual apresentamos aos respondentes da pesquisa um cenário em que tinham de reagir a uma situação de prisão injusta e decisões do Judiciário de prolongar ou não o sofrimento da vítima dessa injustiça.

Estudo 1

No Estudo 1, testamos se uma maior CMJ prediz a vitimização secundária de pessoas presas injustamente e se a confiança institucional medeia a relação, isto é, se a CMJ prediz a

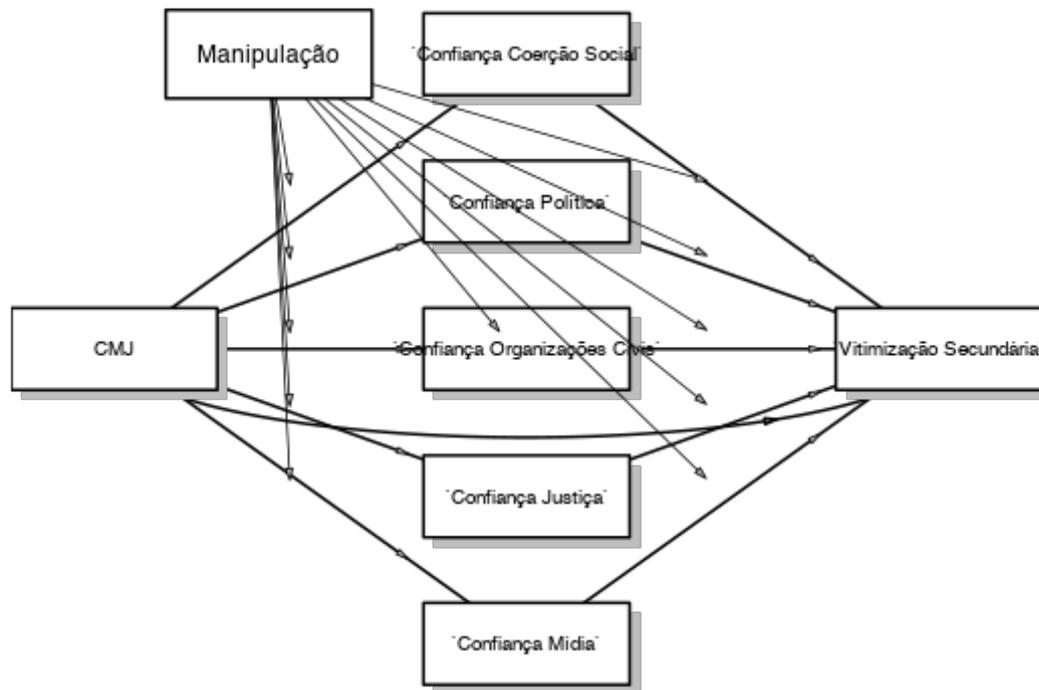
vitimização secundária por meio da confiança institucional. Buscamos verificar também se a manipulação da ameaça modera essa mediação, de tal maneira que a mediação ocorra de modos diferentes a depender de a situação ser de ameaça ou não. Assim, desenvolvemos situações experimentais que representavam uma ameaça ou uma não-ameaça à CMJ.

Apresentamos aos participantes uma suposta notícia veiculada em um jornal de grande circulação nacional, baseada em uma notícia que relatava o caso de um homem que estava cumprindo pena injustamente por ter sido condenado por um assassinato que, na verdade, não cometeu. Uma vez que a ameaça à CMJ ocorre quando coisas ruins acontecem a pessoas boas, e que a vitimização secundária parece ser maior diante de sofrimentos persistentes, a notícia informava aos participantes que o homem, descrito como uma boa pessoa, ainda estava encarcerado mesmo após ter esclarecido sua inocência, sendo esta, portanto, a condição ameaçadora. Em outra condição, a notícia referia que o homem tinha sido libertado após ter comprovado a sua inocência, o que não era mais uma ameaça para a CMJ porque o sofrimento cessara.

Hipotetizamos que a CMJ prediz positivamente a vitimização secundária de pessoas presas injustamente (H1) e que a confiança nas instituições medeia a relação entre CMJ e vitimização secundária (H2). Por fim, também hipotetizamos que esta mediação é moderada pela ameaça à CMJ, de maneira que ocorrerá quando os participantes forem expostos a uma condição ameaçadora para a CMJ, mas não quando forem expostos a uma condição não-ameaçadora (H3) (Figura 1).

Figura 1.

Modelo de mediação da confiança institucional na relação entre a CMJ e a vitimização secundária moderada pela manipulação da ameaça.



Método

Participantes

Neste estudo, participaram 150 brasileiros recrutados nas redes sociais (62,8% mulheres) com idades entre 18 e 73 anos ($M = 36,2$, $DP = 13,6$). Essa amostra tem poder = 0.80 para detectar um tamanho de $f = 0.23$ ou maior com $p < 0.05$.

Desenho Experimental e Procedimentos

O estudo experimental teve um design de dois grupos (condição ameaçadora vs. condição não-ameaçadora). Em nosso modelo, a CMJ foi a variável independente, a

vitimização secundária foi a variável dependente e a confiança institucional foi a variável mediadora. Convidamos os participantes nas redes sociais para participarem do estudo, o qual se deu de forma on-line, a partir de um questionário hospedado na plataforma Qualtrics. A participação foi voluntária, consolidada após o preenchimento do consentimento informado no início da pesquisa. A plataforma automaticamente randomizava a alocação dos participantes em uma de duas condições: condição de ameaça à CMJ e condição de não-ameaça à CMJ.

Manipulação

Manipulamos a ameaça à CMJ pedindo aos participantes que lessem um artigo supostamente publicado em um importante jornal do país baseado em uma notícia verdadeira. O artigo relatava a história de uma decisão da Justiça do Distrito Federal que havia condenado um homem à prisão por um homicídio, a uma pena de reclusão de mais de 20 anos. Na condição de controle, os participantes leram este texto:

Isaías Gomes, 40 anos, é uma pessoa genuinamente boa segundo todas as pessoas que lhe conhecem. Ele acredita na dignidade inerente e no valor de todos os seres humanos. As suas ações são guiadas pelo espírito de curiosidade, entusiasmo, amor, bondade, trabalho em equipe, perdão e gratidão. Os últimos acontecimentos em sua vida refletem bem a boa pessoa que é. Ele foi condenado a mais de 24 anos de prisão por causa de um assassinato que nunca aconteceu. Sobre o dia que chegou à penitenciária da Papuda-DF, onde cumpriu pena, declara: "Eu me senti chegando no inferno. Se existe inferno, ali é um".

Isaías foi acusado de sequestrar, extorquir e matar José Carlos dos Santos, 42 anos. Em 8 de fevereiro de 2016, um corpo reconhecido como de José Carlos foi encontrado carbonizado e com sinais de tiros. Um mês depois, Isaías foi chamado à Delegacia de Homicídios, no Departamento de Polícia Especializada, para depor. Dois anos mais tarde, após processo judicial o qual lhe assegurou direito pleno à ampla defesa, a análises das provas materiais (exames de DNA, balísticas) e testemunhais, Isaías foi condenado e preso pela morte de José Carlos.

Em novembro de 2019, contudo, um novo fato trouxe novos contornos ao caso. Surgiram evidências de que o cadáver encontrado não era o de José Carlos. A polícia então retomou as investigações e descobriu que o suposto morto ainda estava vivo, pois havia sido preso em São Paulo cinco meses depois do tal assassinato. "Eu tinha quase certeza que ele estava vivo porque eu não matei o cara", diz Isaías. Está evidenciado, portanto, que Isaías é inocente e estava, há mais de dois anos, pagando por um crime que nunca existiu.

Na tarde de ontem, desembargadores do Tribunal de Justiça se debruçaram sobre o processo e, diante de forte evidência de ausência do crime, decidiram colocar Isaías em liberdade. "Ocorreu um erro judicial lastimável", afirmou um dos desembargadores responsáveis pelo julgamento do caso. Agora em liberdade, Isaías afirma que só quer aproveitar a vida ao lado da família e recuperar o tempo perdido. A situação de Isaías nos lembra que o destino sempre reserva um belo arco-íris depois da tempestade.

Na condição de ameaça à CMJ, os participantes receberam o mesmo artigo básico, mas, nesse, a vítima permanecia na prisão. Especificamente, o artigo descrevia:

“(…) Na tarde de ontem, desembargadores do Tribunal de Justiça se debruçaram sobre o processo e, mesmo diante da presença da prova de vida de José Carlos, ainda têm dúvidas sobre a situação. ‘Poderá ter ocorrido um erro judicial lastimável’, afirmou um dos desembargadores responsáveis pelo julgamento do caso. Nunca houve o homicídio, porém Isaías continua preso até a conclusão final do devido processo legal, o qual poderá durar mais de 10 anos para uma decisão definitiva. Sobre o tempo que está passando na prisão, afirma que ‘Não tem como reverter, vai ficar pra sempre. Um pedaço da minha vida está sendo jogado fora’. A situação de Isaías nos lembra que não temos controle sobre nosso destino, que sempre reserva um ‘belo coice para depois da queda’”.

Isto é, não só algo ruim já havia acontecido, mas continuava a acontecer a uma pessoa boa (condição ameaçadora). Ao final do questionário, colocamos um *manipulation check* que consistia em uma pergunta sobre qual notícia o participante havia lido.

Medidas

Escala de Crença Geral em um Mundo Justo. A medida de CMJ utilizada foi a escala de Dalbert et. al (1987), em sua versão validada para o contexto brasileiro por Pimentel et al. (2010). A escala continha 6 itens (p.ex. “Estou convencido de que, em longo prazo, as pessoas serão recompensadas pelas injustiças”; $\alpha = 0,79$). As respostas dos participantes podiam variar de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente). Neste caso, não usamos a medida de ditados populares utilizada anteriormente nos outros artigos porque o presente conjunto de estudos envolve um estudo intercultural que necessitaria de uma medida de CMJ já validada para esse contexto.

Confiança institucional. Apresentamos uma lista de vinte e seis instituições políticas e sociais de interesse para o estudo (como o Poder Judiciário, Polícia, Congresso Nacional e Exército). Os participantes indicaram seu grau de confiança, em uma escala de 1 (nenhuma confiança) a 4 (muita confiança) para cada um dos itens. Fizemos uma análise fatorial dos componentes principais, que resultou na extração de cinco fatores, a que chamamos de Coerção Social ($\alpha = 0,88$), Política ($\alpha = 0,85$), Justiça ($\alpha = 0,82$), Mídia ($\alpha = 0,73$) e Organizações Cívicas ($\alpha = 0,84$). Ampliamos esta escala em relação aos estudos anteriores

porque passamos a tratar de prisões injustas e, assim, julgamos necessário incluir mais instituições de Justiça na lista.

Escala de vitimização secundária. Utilizamos uma escala desenvolvida por Tavares et al. (2022) que mede três formas de vitimização secundária. As respostas dos participantes variaram de 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente), com boa consistência interna: Culpabilização da vítima ($\alpha = 0,84$); Sofrimento da vítima ($\alpha = 0,91$) e Evitação da vítima ($\alpha = 0,82$).

Análise de dados

Neste e nos estudos subsequentes, conduzimos uma série de análises de mediação moderada no *software* Jamovi. Nas análises, hipotetizamos a CMJ como a variável independente, cada dimensão da confiança institucional como mediadora e cada dimensão da vitimização secundária como as variáveis dependentes. Além disso, também incluímos a manipulação da ameaça como moderadora da mediação (Figura 1) para verificar se os efeitos ocorreriam tanto na condição experimental como de controle.

Resultados

Culpabilização da vítima

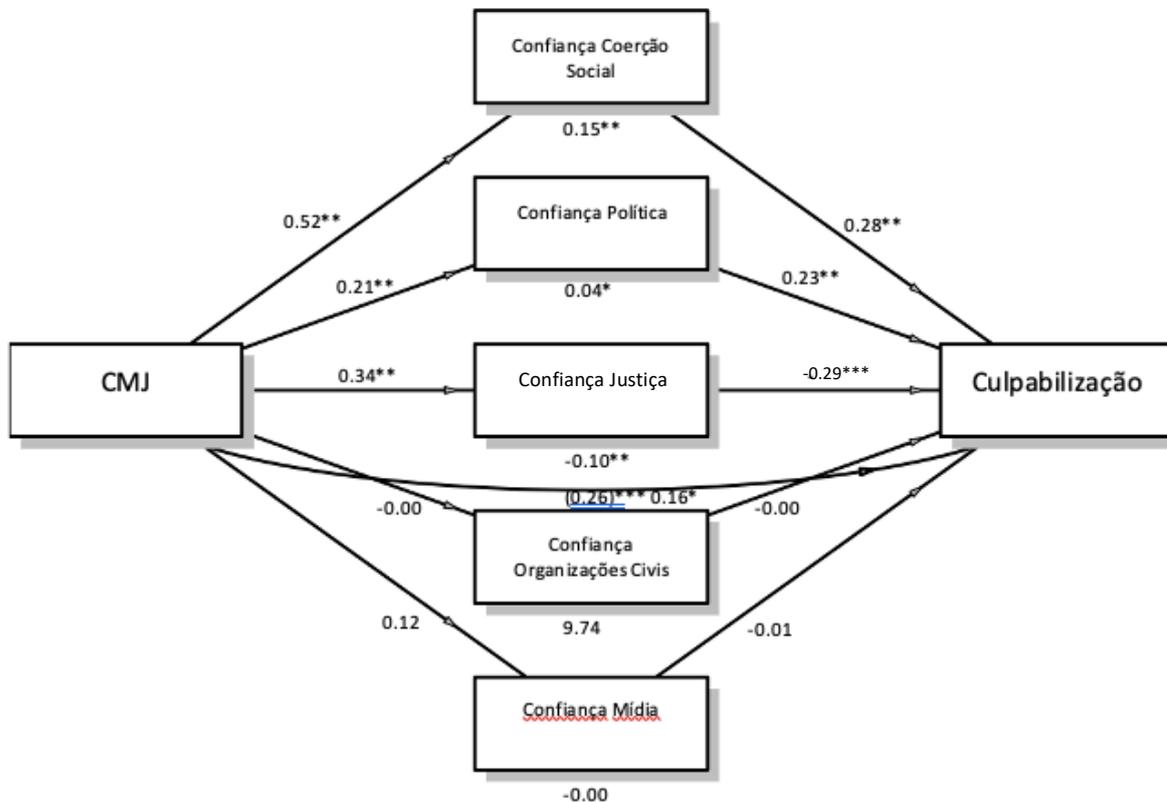
O fator culpabilização da vítima teve como objetivo avaliar o quanto as pessoas percebiam que a vítima tinha culpa por seu próprio infortúnio. Encontramos, inicialmente, uma interação entre os níveis de CMJ dos participantes e a manipulação da ameaça na predição da culpabilização da vítima ($b = 0,279$; $SE = 0,109$; $p = 0,012$). A decomposição dessa interação revelou que, para indivíduos com alta CMJ (+1DP), a manipulação da ameaça influenciou na culpabilização da vítima, de forma que as pessoas com alta CMJ, na condição de ameaça, culpabilizaram mais a vítima ($M = 1,62$; $SE = 0,08$) do que o fizeram na condição de não-ameaça ($M = 1,31$; $SE = 0,07$), $b = 0,31$; $SE = 0,11$, $p = 0,007$. Já para os indivíduos com baixa CMJ(-1DP), não houve diferença significativa no nível de culpabilização entre as

condições de ameaça e não-ameaça ($M = 1,32$; $SE = 0,07$ vs. $M = 1,22$; $SE = 0,08$; $b = -0,09$; $SE = 0,11$, $p = 0,399$).

No que se refere ao nosso modelo de mediação, obtivemos um efeito total significativo ($b = 0,26$; $SE = 0,07$; $p < 0,001$) e um efeito direto também significativo ($b = 0,16$; $SE = 0,08$; $p = 0,046$) da CMJ sobre a culpabilização da vítima (Figura 2), o que significa que a CMJ predisse a culpabilização da vítima, e quanto maior a CMJ, maior foi essa culpabilização. Mais importante para a nossa proposta, encontramos efeitos indiretos significativos da CMJ na culpabilização da vítima por meio da confiança nas instituições de Coerção Social ($b = 0,15$; $SE = 0,04$; $p < 0,001$), da Política ($b = 0,04$; $SE = 0,02$; $p = 0,039$) e da Justiça ($b = -0,10$; $SE = 0,03$; $p = 0,003$). Esses resultados indicam que, diante da situação ameaçadora que é a vítima permanecer presa, a CMJ se associou positivamente ao nível de confiança nestes grupos de instituições, e o nível de confiança em instituições de coerção social e instituições políticas se associou positivamente com uma maior culpabilização da vítima por seu infortúnio, mas a confiança em instituições da justiça se associou negativamente com essa culpabilização. Assim, confiar mais nas instituições da Justiça implicou menor culpabilização da vítima. Vale salientar que, uma vez que os efeitos direto e total foram significativos, a mediação foi parcial. Logo, na condição de ameaça, a CMJ levou à culpabilização tanto diretamente como indiretamente por meio da confiança institucional.

Figura 2.

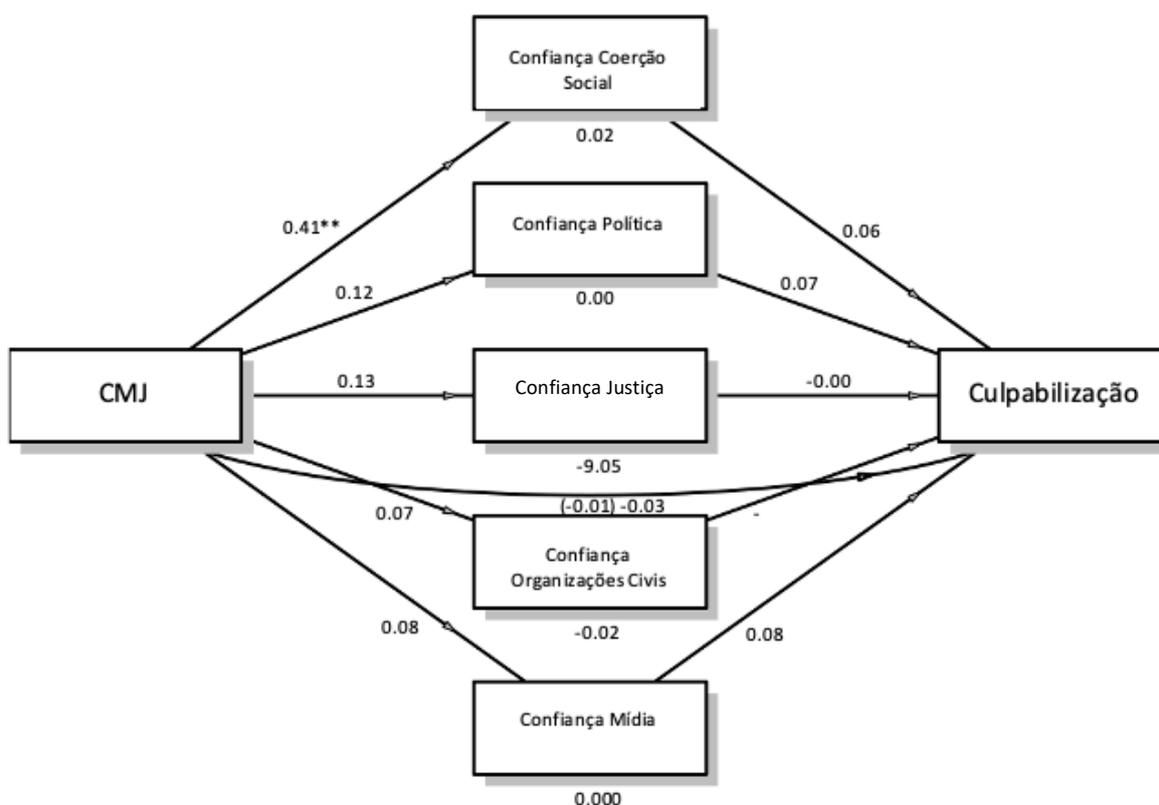
Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima na condição de ameaça.



Na condição de não-ameaça (Figura 3), por outro lado, tanto o efeito total da CMJ na culpabilização da vítima ($b=-0,01$; $SE=0,07$; $p = 0,845$) como o efeito direto ($b = -0,03$; $SE = 0,07$; $p = 0,616$) foram não significativos. Portanto, em nosso modelo, no cenário em que a CMJ não continuou a ser ameaçada pela injustiça, porque o sofrimento já havia cessado, diferenças individuais na CMJ não se associaram à culpabilização da vítima diretamente. Além disso, a confiança institucional não mediou a relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima na condição de não-ameaça, qualquer que fosse a instituição inserida no modelo. Assim, confiar mais nessas instituições não mediou a relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima. Com isto, vemos que a manipulação da ameaça moderou a mediação, uma vez que a mediação da confiança institucional só ocorreu quando a CMJ foi ameaçada.

Figura 3.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima na condição de não-ameaça.



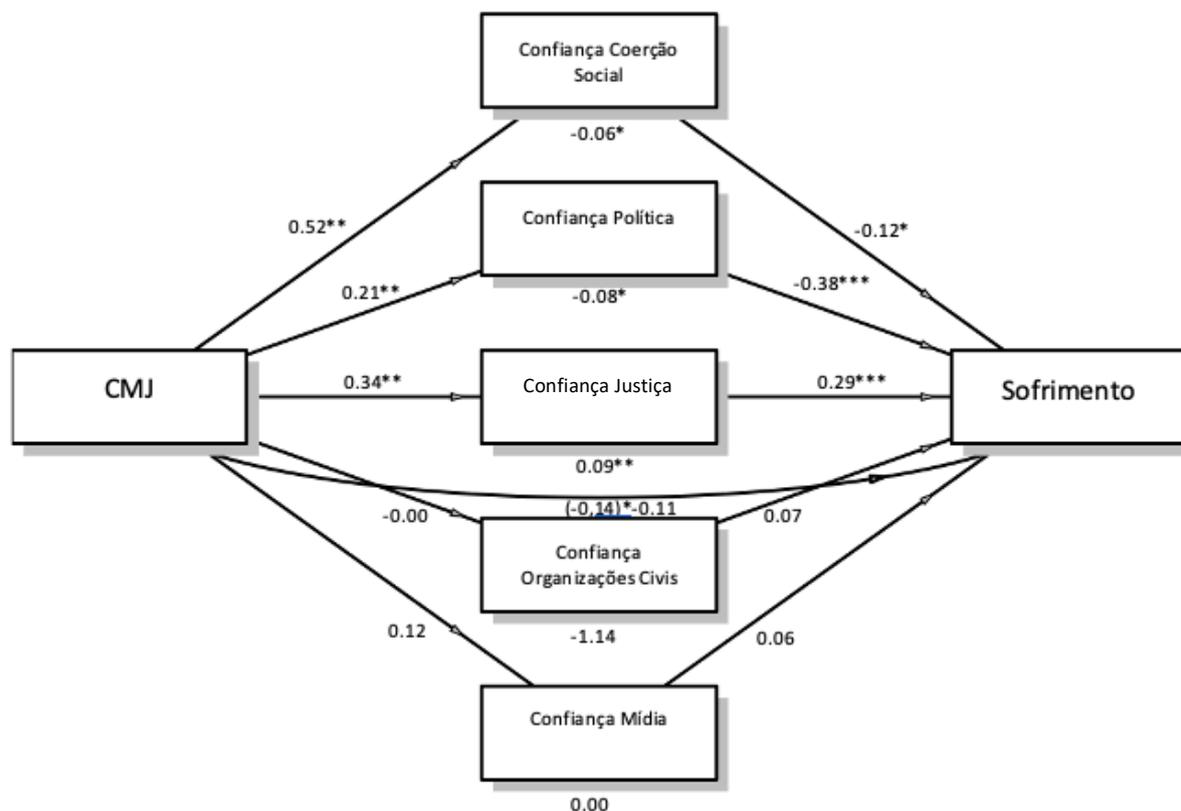
Sofrimento da vítima

Esta dimensão, em vez de mensurar a minimização do sofrimento, foi medida de forma invertida, por isso a trataremos também como reconhecimento ou percepção do sofrimento. Os níveis de CMJ dos participantes (alto ou baixo) não interagiram significativamente com a manipulação da ameaça na predição da percepção do sofrimento da vítima ($b = 0,01$; $SE = 0,11$; $p = 0,911$). Isso significa que a percepção do sofrimento nas condições de ameaça e não-ameaça não diferiu para as pessoas com CMJ baixa e alta. Na condição de ameaça, o efeito direto da CMJ sobre a percepção do sofrimento da vítima

também não foi significativo ($b = -0,11$; $SE = 0,08$; $p = 0,165$), mas o efeito total foi marginalmente significativo ($b = -0,14$; $SE = 0,07$; $p = 0,059$). Portanto, a CMJ predisse a percepção do sofrimento da vítima, e descobrimos que isso se deu, de fato, por meio da confiança. Confiar em instituições políticas ($b = -0,08$; $SE = 0,03$; $p = 0,011$) e judiciais ($b = 0,09$; $SE = 0,06$; $p = <0,001$) mediou a relação entre a CMJ e a percepção do sofrimento da vítima. Houve também uma mediação marginalmente significativa da confiança nas instituições de coerção social ($b = -0,06$; $SE = 0,03$; $p = 0,069$) nesta relação. Como podemos visualizar na Figura 4, quanto mais forte foi a CMJ, maior foi o nível de confiança nas instituições coercitivas, políticas e judiciais. Quanto mais confiança se tinha nas instituições coercitivas e políticas, menos se percebia sofrimento para a vítima, isto é, mais se minimizava o seu sofrimento. Do contrário, quanto mais confiança se tinha nas instituições judiciais, mais se percebia sofrimento para a vítima, ou seja, menos se minimizava o sofrimento. Neste caso, a mediação foi completa, na medida em que a CMJ não afetou a percepção de sofrimento de forma direta, apenas indiretamente através do nível de confiança.

Figura 4.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a percepção do sofrimento da vítima na condição de ameaça.

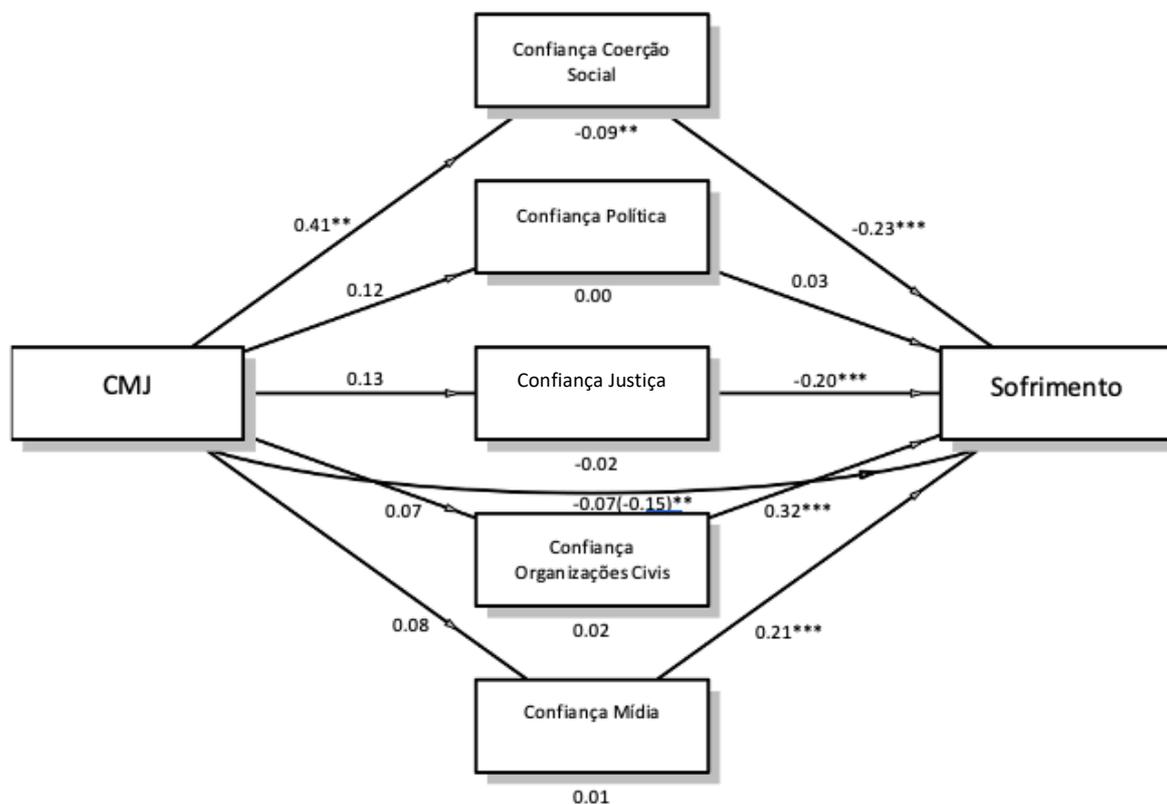


Na condição de não-ameaça, a CMJ não previu diretamente o sofrimento da vítima ($b = -0,07$; $SE = 0,07$; $p = 0,303$), mas o efeito total, por outro lado, foi significativo ($b = -0,16$; $SE = 0,08$; $p = 0,045$), o que significa que o aumento da CMJ se associou a uma maior percepção de que a vítima estava sofrendo. Isto ocorreu por meio da confiança institucional. A única confiança institucional que mediou a relação entre a CMJ e a percepção do sofrimento da vítima foi a confiança na Coerção Social ($b = -0,09$; $SE = 0,03$; $p < 0,01$), mas foi negativamente. Portanto, diante de uma situação não mais ameaçadora em que a vítima inocente foi liberada da prisão, a CMJ mais forte se associou a uma maior confiança nas instituições de coerção social, que se associou a uma menor percepção do sofrimento da

vítima, assim como na condição de ameaça. Tratou-se de uma mediação completa, pois não houve efeito direto significativo. Dito de outra forma, a única maneira pela qual a CMJ predissera a minimização do sofrimento da vítima quando ela já estava solta foi através de uma alta confiança na coerção social. Desta forma, a manipulação da ameaça moderou a mediação da confiança política e judicial, uma vez que a confiança nestas instituições mediou a relação entre a CMJ e a percepção do sofrimento apenas na condição de ameaça. Não houve moderação, no entanto, no que diz respeito à mediação da Coerção Social, a qual ocorreu nos dois cenários.

Figura 5.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e o sofrimento da vítima na condição de não-ameaça.

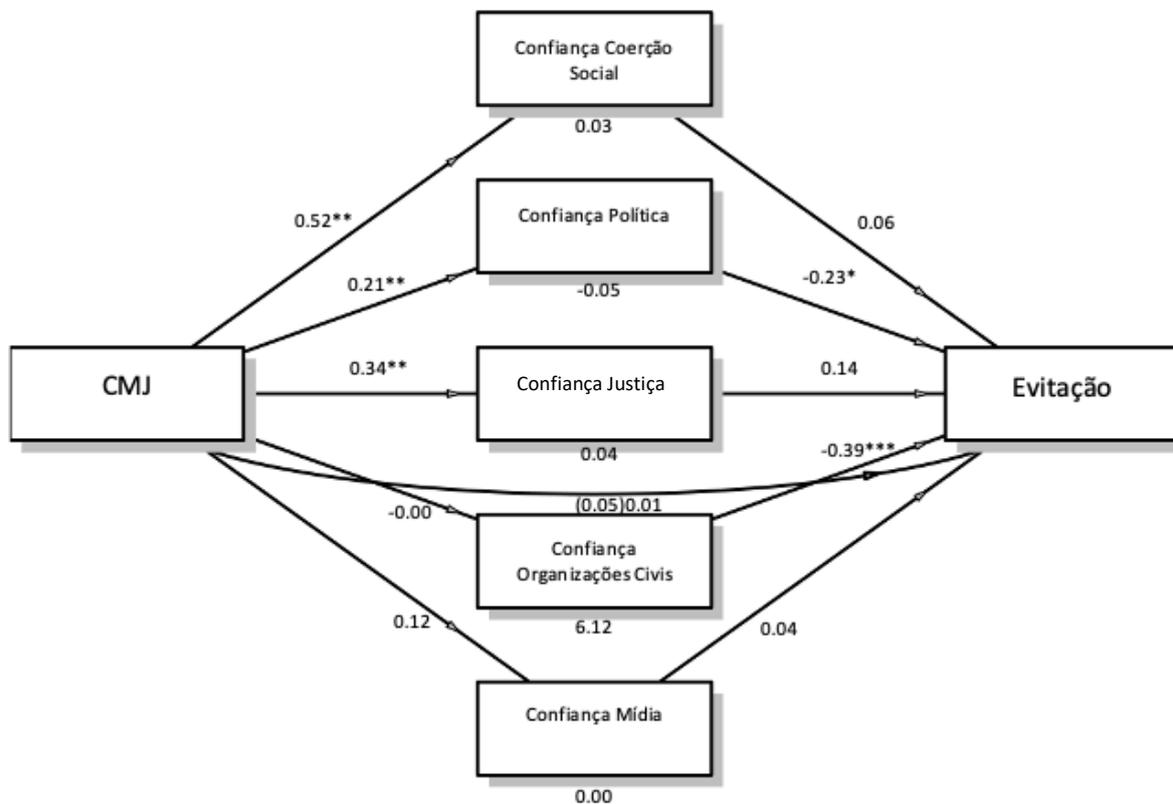


Evitação da vítima

A evitação da vítima foi também medida inversamente, isto é, mediu o quanto as pessoas pretendiam ajudar ou estar perto da vítima. No que diz respeito a tal dimensão, não encontramos interação significativa entre a manipulação da ameaça e a predição da evitação pela CMJ. Dito de outra maneira, o desejo de evitar a vítima não diferiu para as pessoas com CMJ alta ou baixa nas condições de ameaça e não-ameaça. Além disso, na condição de ameaça (Figura 6), o efeito direto da CMJ sobre a evitação da vítima não foi significativo ($b = 0,01$; $SE = 0,12$; $p = 0,870$), assim como também não foi significativo o efeito total ($b = 0,05$; $SE = 0,10$; $p = 0,588$). Do mesmo modo, a confiança institucional não mediou significativamente a relação entre a CMJ e a evitação da vítima, em nenhuma de suas dimensões. Isso quer dizer que uma CMJ mais forte não predisse um maior desejo de evitar a vítima nem diretamente e nem indiretamente mediante um maior nível de confiança nas instituições.

Figura 6.

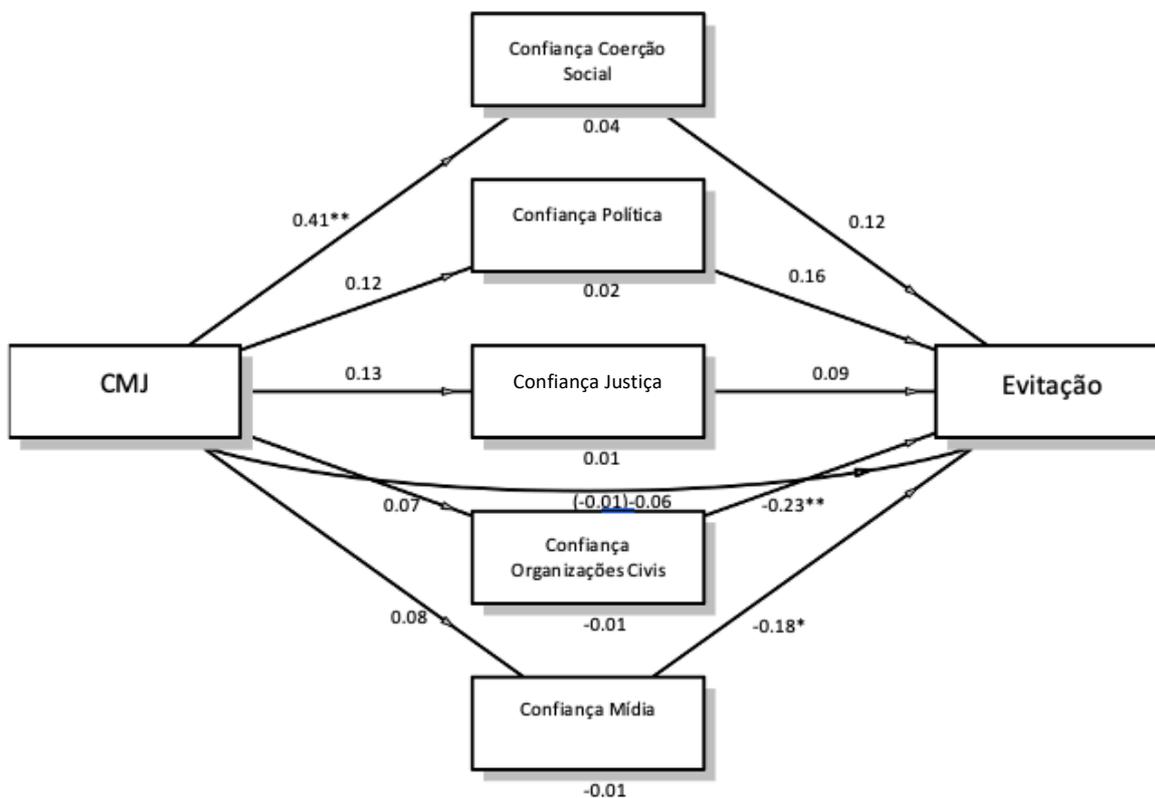
Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a evitação da vítima na condição de ameaça.



Na condição de não-ameaça, da mesma forma, a CMJ não predisse diretamente a evitação da vítima de forma significativa ($b = -0,06$; $SE = 0,11$; $p = 0,567$). O efeito total da CMJ sobre a evitação da vítima também não foi significativo ($b = -0,01$; $SE = 0,11$; $p = 0,908$). Assim como na condição de ameaça, nesta situação em que a vítima inocente foi posta em liberdade, a confiança institucional, qualquer que fosse a instituição, não mediou a predição da evitação da vítima pela CMJ (Figura 7).

Figura 7.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a evitação da vítima na condição de não-ameaça.



Discussão

No Estudo 1, testamos as hipóteses de que a CMJ se relaciona com a vitimização secundária de uma pessoa presa injustamente e que a relação seria mediada pelo nível de confiança institucional dos participantes do estudo. Além disso, esta relação seria moderada pela ameaça à CMJ. De fato, nossas hipóteses foram parcialmente confirmadas. A primeira hipótese foi corroborada, uma vez que a CMJ predisse a culpabilização e a percepção de sofrimento da vítima. A confiança institucional mediou a relação entre CMJ e culpabilização e percepção do sofrimento da vítima, demonstrando a segunda hipótese. Esta mediação foi moderada pela ameaça à CMJ na culpabilização e percepção do sofrimento. Na culpabilização, houve mediação da confiança nas instituições coercitivas, políticas e judiciais

somente na condição de ameaça. Já no caso da percepção do sofrimento, houve moderação na mediação da confiança política e na Justiça, que também ocorreu somente na condição de ameaça. Os resultados apoiam, assim, a terceira hipótese.

Neste sentido, o estudo evidenciou que maior CMJ se associou a maior vitimização secundária, e, com frequência, confiar em certas instituições contribuiu para esta associação. Em outras palavras, confiar em maior grau em determinadas instituições pode ser um caminho para levar à predição da vitimização secundária motivada pela CMJ. Contudo, isso não ocorreu sempre, mas somente quando a vítima ainda estava sendo injustiçada. O efeito mediador da confiança nas instituições na relação entre a CMJ e a vitimização secundária ocorreu apenas nesta condição de ameaça, fazendo com que a vítima inocente fosse mais culpabilizada ou tivesse mais seu sofrimento minimizado por um erro que não cometeu. Isto reforça que o sofrimento que ainda persiste é mais ameaçador para a CMJ (Correia & Vala, 2003) e sugere que confiar nessas instituições pode ter um papel legitimador das injustiças que cometem, uma vez que, quando a vítima não estava mais sofrendo por uma injustiça da instituição, a confiança institucional não mediou a relação entre a CMJ e a vitimização secundária da vítima inocente. Isto é, não se associou com a culpabilização ou minimização do sofrimento. Acreditamos que isso ocorra de maneira a justificar os atos injustos da instituição, preservando o sistema e o estado das coisas, uma vez que confiar nas instituições tem esse efeito de legitimá-las.

Embora as hipóteses tenham sido confirmadas, o papel exercido pela confiança na Justiça nos intrigou. Devido a esse resultado, decidimos aplicar o estudo com uma amostra maior. Sendo um efeito que ocorreu devido ao poder da amostra, ele não deverá ocorrer em uma amostra maior.

Estudo 2

No Estudo 1, testamos se uma maior CMJ se relacionaria com uma maior vitimização secundária de pessoas presas injustamente e se a confiança institucional mediaria essa relação. Buscamos também verificar se a manipulação da ameaça à CMJ moderaria essa mediação. Para replicar e aprofundar a análise dos efeitos que encontramos no Estudo 1, nós decidimos replicá-lo usando uma amostra maior. Aumentamos o tamanho da amostra para refutar hipóteses alternativas de que a ausência de alguns efeitos poderia ter decorrido do baixo poder de teste. Ademais, buscamos verificar se o efeito adverso da confiança na justiça era um falso positivo, e realizamos pequenos ajustes no texto utilizado no cenário. Novamente, hipotetizamos que a CMJ prediz positivamente a vitimização secundária de pessoas condenadas injustamente (H1) e que a confiança nas instituições medeia a relação entre a CMJ e a vitimização secundária (H2). Por fim, também hipotetizamos que essa mediação é moderada pela ameaça à CMJ, de modo que ocorrerá quando os participantes forem expostos a uma condição ameaçadora a esta crença, mas não quando forem expostos a uma condição que não é ameaçadora (H3).

Método

Participantes

Neste estudo, participaram 539 pessoas (472 mulheres e 65 homens), também recrutadas nas redes sociais, com idades entre 18 e 72 anos ($M=30.3$; $DP=8.7$). A amostra tem poder de 0.80 para detectar um tamanho de efeito $f = 0.13$ ou maior com $p < 0.05$.

Desenho Experimental e Procedimentos

O estudo experimental teve o mesmo desenho unifatorial entre participantes (condição ameaçadora vs. condição não-ameaçadora) e os mesmos procedimentos.

Manipulação

Manipulamos a ameaça à CMJ foi manipulada da mesma maneira que no Estudo 1.

Medidas

Escala de Crença Geral em um Mundo Justo. Para medir a Crença no Mundo Justo, utilizamos a mesma escala do estudo anterior. A consistência interna da medida foi elevada, com $\alpha = 0,80$.

Confiança institucional. Medimos a confiança institucional por meio da mesma escala do Estudo 1. Os cinco fatores da escala tiveram índices de consistência interna satisfatórios: Coerção social ($\alpha = 0,82$), Política ($\alpha = 0,84$), Organizações Cívicas ($\alpha = 0,77$), Justiça ($\alpha = 0,79$) e Mídia ($\alpha = 0,70$).

Escala de Vitimização Secundária. Utilizamos a mesma escala do Estudo 1 para medir a vitimização secundária. No presente estudo, a consistência interna de cada fator foi a seguinte: culpabilização da vítima ($\alpha = 0,84$), sofrimento da vítima ($\alpha = 0,73$) e evitação da vítima ($\alpha = 0,80$).

Resultados

Culpabilização da vítima

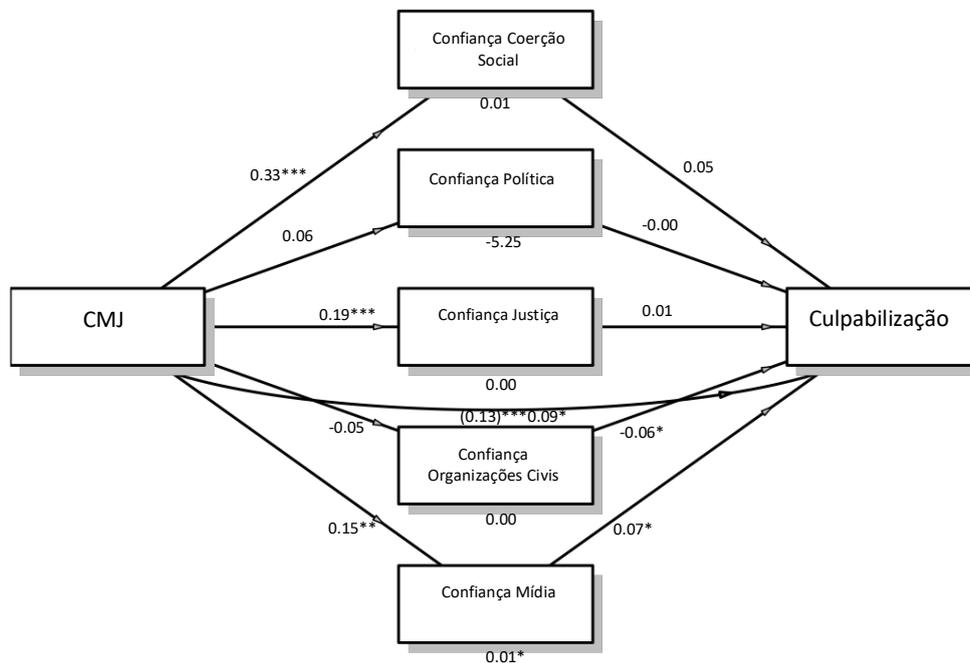
O nível de CMJ dos participantes não interagiu com a manipulação da ameaça na predição da culpabilização da vítima de forma significativa ($b = -0.010$; $SE = 0.044$; $p = 0.821$). Isto quer dizer que indivíduos com alta CMJ culpabilizaram a vítima no mesmo grau nas condições de ameaça ($M = 1.29$; $SE = 0.03$) e de não-ameaça ($M = 1.35$; $SE = 0.03$), $b = -0.05$, $SE = 0.04$, $p = 0.275$. O mesmo ocorreu aos indivíduos com baixa CMJ, os quais culpabilizaram a vítima de modo equivalente nas condições de ameaça ($M = 1.09$; $SE = 0.03$) e de não-ameaça ($M = 1.12$; $SE = 0.03$), $b = -0.03$, $SE = 0.04$, $p = 0.442$.

A análise dos efeitos mediados indicou um efeito total significativo da CMJ sobre a culpabilização na condição de ameaça à CMJ ($b = 0,13$; $SE = 0,03$; $p < 0,001$) (Figura 8). Isto quer dizer que quanto mais forte a CMJ, mais os participantes culpabilizaram a vítima. Mais importante, a CMJ também se associou à culpabilização da vítima indiretamente, pois

encontramos um efeito indireto marginalmente significativo da CMJ na culpabilização da vítima por meio da confiança nas instituições de Mídia ($b = 0,012$; $SE = 0,00$; $p = 0,06$). Em outras palavras, quanto mais forte era a CMJ, mais os participantes indicaram ter confiança na Mídia, e quanto mais forte essa confiança, maior a culpabilização da vítima. Essa mediação foi parcial, pois a CMJ se associou à culpabilização da vítima também diretamente ($b = 0,09$; $SE = 0,03$; $p = 0,01$), sem intermédio da confiança institucional.

Figura 8.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima na condição de ameaça.



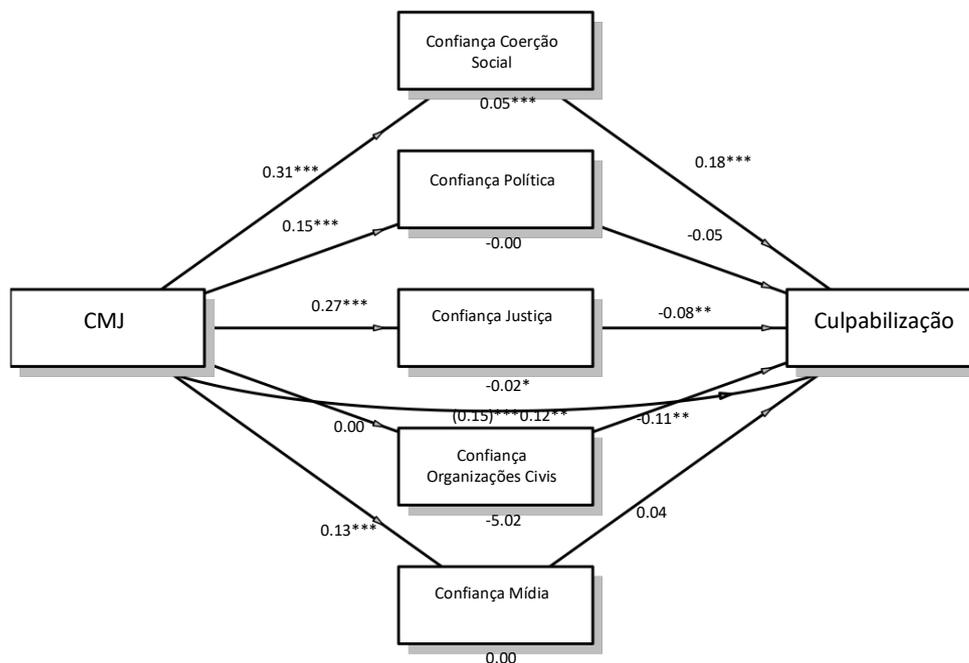
No que diz respeito à condição de não-ameaça, verificamos que tanto os efeitos diretos ($b = 0,12$; $SE = 0,03$; $p < 0,001$) quanto os efeitos totais ($b = 0,15$; $SE = 0,03$; $p <$

0,001) da CMJ na culpabilização da vítima foram também significativos. Assim, mesmo quando a vítima tinha sido liberta, quanto mais forte a CMJ, mais os participantes a culpabilizaram. Isto significa que a manipulação da ameaça não influenciou na predição da culpabilização pela CMJ. Em relação às mediações, os resultados indicaram um efeito indireto significativo da CMJ na culpabilização da vítima por meio da confiança na Coerção Social ($b = 0,05$; $SE = 0,013$; $p < 0,001$) e nas instituições de Justiça ($b = -0,02$; $SE = 0,00$; $p = 0,014$). Enquanto a mediação das instituições de Coerção Social foi positiva, a mediação das instituições judiciais foi negativa. Isto quer dizer que uma maior CMJ se associou a uma maior confiança nas instituições coercitivas, o que se relacionou a uma maior culpabilização da vítima. Um processo diferente ocorreu com a confiança na Justiça, pois quanto maior a CMJ, maior a confiança na Justiça, mas a maior confiança na Justiça predisse menos culpabilização para a vítima. A mediação foi parcial, pois a CMJ também predisse a culpabilização na condição de não-ameaça diretamente, independentemente da confiança institucional.

Neste contexto, as mediações exercidas pela confiança na Mídia, na Coerção Social e na Justiça na relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima foram moderadas pela manipulação da ameaça, pois ocorreram apenas em um ou outro cenário. No entanto, o padrão de moderação que esperávamos era o de que a mediação só ocorresse na condição de ameaça (H3) e não na de não-ameaça. Apenas a mediação da confiança na Mídia ocorreu só na condição de ameaça, e as demais, na condição de não-ameaça.

Figura 9.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima na condição de não-ameaça.



Sofrimento da vítima

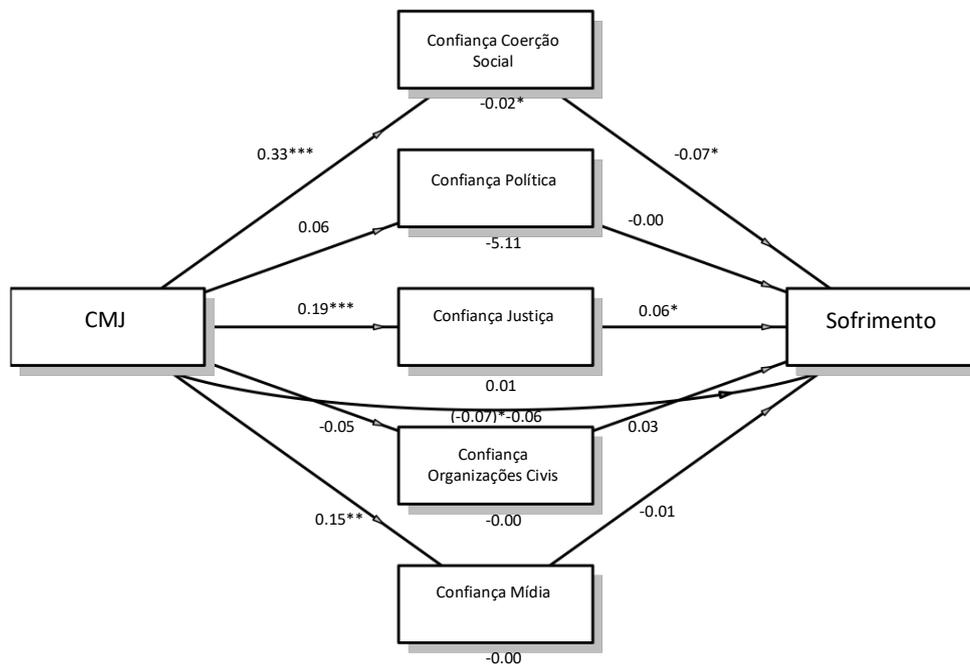
Investigamos, em seguida, a predição do reconhecimento de sofrimento da vítima pelo nível de CMJ do participante. Essa predição não interagiu com a manipulação da ameaça de modo significativo ($b = 0.03$; $SE = 0.04$; $p = 0.478$). De fato, os participantes com alta CMJ diferiram na consideração do nível de sofrimento para a vítima, de forma que consideraram maior sofrimento na condição de ameaça ($M = 3.72$; $SE = 0.03$) do que na condição de não-ameaça ($M = 3.57$; $SE = 0.03$), $b = 0.15$; $SE = 0.04$; $p = 0.001$. O mesmo ocorreu aos participantes com baixa CMJ, os quais perceberam maior nível de sofrimento

para a vítima na condição de ameaça ($M = 3.85$; $SE = 0.03$) do que na condição de não-ameaça ($M = 3.74$; $SE = 0.03$), $b = 0.10$; $SE = 0.04$; $p = 0.023$.

Voltando-se para a mediação, na condição de ameaça (Figura 10), o efeito direto da CMJ não foi significativo ($b = -0,06$; $SE = 0,03$; $p = 0,101$), mas o efeito total foi significativo ($b = -0,07$; $SE = 0,03$; $p = 0,024$). Neste sentido, de fato, a CMJ predispe a percepção do sofrimento (negativamente): quanto maior a CMJ, menos se percebe sofrimento para a vítima, ou seja, mais se minimiza o seu sofrimento. Encontramos um efeito indireto significativo da confiança na Coerção Social ($b = -0.02$; $SE = 0.01$; $p = 0.039$) e marginalmente na Justiça ($b = 0,01$; $SE = 0,00$; $p = 0,066$). Assim, ter níveis mais elevados de CMJ se associou a níveis mais elevados de confiança nas instituições judiciais, o que, por sua vez, se associou a uma maior percepção do sofrimento da vítima. Já níveis mais elevados de confiança nas instituições coercitivas se associaram a menor percepção do sofrimento da vítima. Como o efeito direto não foi significativo e os efeitos indiretos o foram, isso significa que a mediação foi completa, e a CMJ foi capaz de levar a uma maior percepção do sofrimento apenas por meio da confiança institucional. Quer dizer, sem a confiança, a CMJ não influenciou a percepção do sofrimento.

Figura 10.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e o sofrimento da vítima na condição de ameaça.



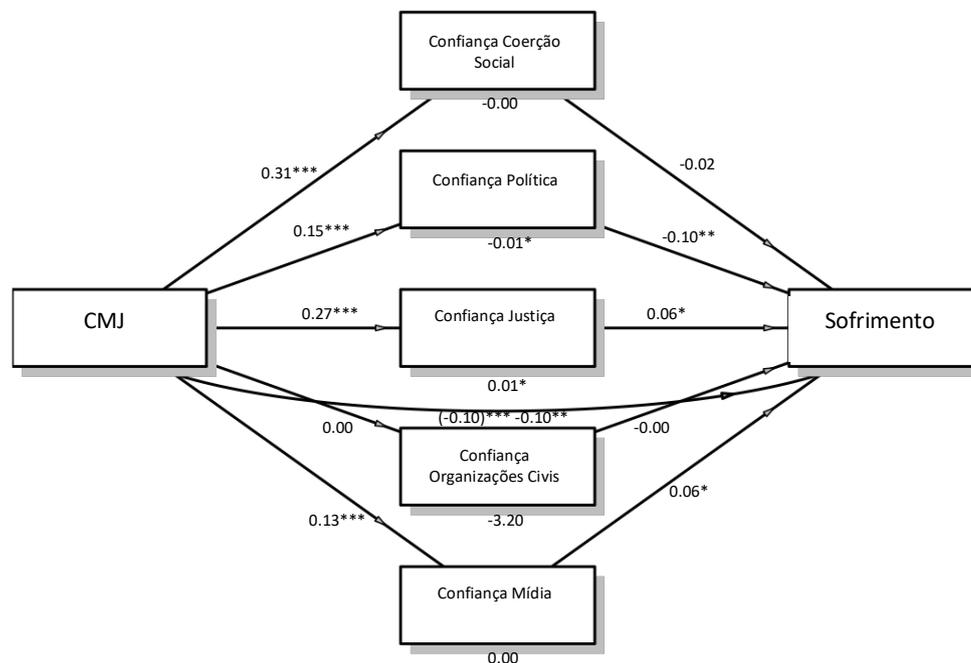
Na condição de não-ameaça, tanto o efeito direto ($b = -0,10$; $SE = 0,03$; $p = 0,001$) quanto o efeito total ($b = -0,10$; $SE = 0,02$; $p < 0,001$) foram significativos (Figura 11). Logo, no cenário em que a vítima era solta, a maior CMJ predisse menor percepção do sofrimento da vítima, já que o efeito foi negativo. Também encontramos um efeito indireto da confiança nas instituições políticas ($b = -0,01$; $SE = 0,00$; $p = 0,019$) na relação de predição da CMJ sobre a percepção do sofrimento, bem como da confiança na Justiça ($b = 0,01$; $SE = 0,00$; $p = 0,045$). Assim, quanto mais forte era a CMJ, maior era a confiança nas instituições políticas, mas quanto maior a confiança nas instituições políticas, menor era a percepção do sofrimento da vítima. Ao contrário, quanto maior a CMJ, maior a confiança na Justiça, e quanto maior a

confiança na Justiça, maior a percepção do sofrimento da vítima. Tratou-se de uma mediação parcial, na medida em que a CMJ também afetou a percepção do sofrimento diretamente e sem mediações.

Diante do exposto, vemos que a manipulação da ameaça também moderou a mediação da confiança no caso da percepção do sofrimento da vítima, pois a confiança nas instituições de coerção social só mediou a relação entre a CMJ e o sofrimento na condição de ameaça, confirmando a nossa hipótese (H3). Além disso, a confiança nas instituições políticas somente o fez na condição de não-ameaça, o que não era esperado. A confiança na Justiça, por sua vez, mediou nas duas condições, o que significa que essa relação de mediação não foi moderada pela manipulação da ameaça.

Figura 11.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e o sofrimento da vítima na condição de não-ameaça.



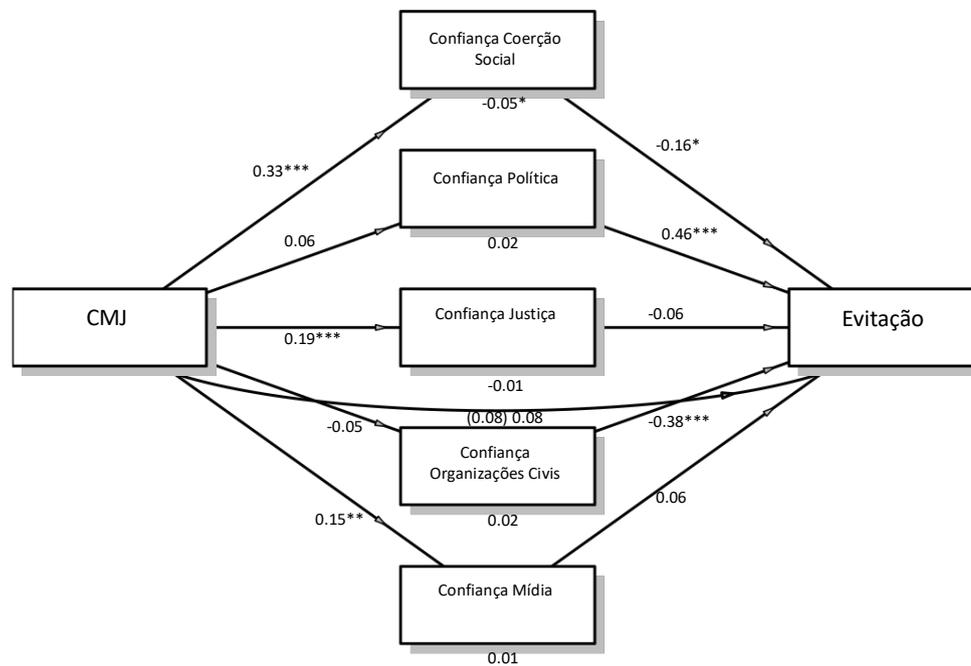
Evitação da vítima

Assim como na culpabilização e sofrimento, a interação entre a CMJ e a manipulação da ameaça foi não significativa quando analisamos a evitação da vítima, medida aqui inversamente ($b = 0.05$; $SE = 0.07$; $p = 0.429$). Isto significa que as pessoas com alta CMJ expressaram o desejo de proximidade com a vítima no mesmo grau na condição de ameaça ($M = 2.34$; $SE = 0.05$) e de não-ameaça ($M = 2.29$; $SE = 0.05$), $b = 0.04$; $SE = 0.07$; $p = 0.533$. Da mesma maneira, as pessoas com baixa CMJ não diferiram na expressão do desejo de proximidade com a vítima na condição de ameaça ($M = 2.11$; $SE = 0.05$) e de não-ameaça ($M = 2.15$; $SE = 0.05$), $b = -0.03$; $SE = 0.07$; $p = 0.616$.

A CMJ não previu diretamente a evitação da vítima na condição de ameaça ($b = 0,08$; $SE = 0,06$; $p = 0,171$), e o efeito total da CMJ na evitação da vítima também não foi significativo ($b = 0,08$; $SE = 0,06$; $p = 0,179$) (Figura 12). No entanto, a CMJ previu a evitação da vítima indiretamente por meio da confiança nas instituições de Coerção Social ($b = -0,05$; $SE = 0,02$; $p = 0,015$). Essa mediação foi negativa, significando que quanto mais a pessoa acreditava em um mundo justo, mais confiava nas instituições de Coerção Social, e quanto maior era essa confiança, menos queria estar perto ou ajudar a vítima da prisão injusta. A mediação foi completa, tendo em vista que o efeito direto não foi significativo. Logo, a CMJ só foi capaz de prever a evitação por meio da confiança na coerção social.

Figura 12.

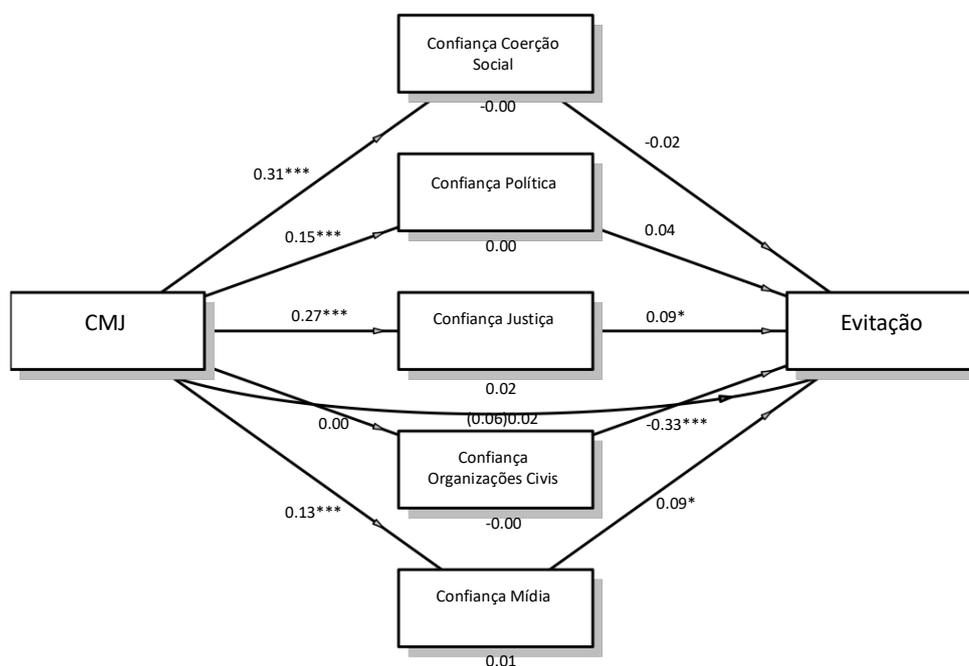
Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a evitação da vítima na condição de ameaça.



Na condição de não-ameaça, a CMJ não previu a evitação da vítima nem diretamente ($b = 0,02$; $SE = 0,05$; $p = 0,648$), nem indiretamente por meio de qualquer tipo de confiança institucional. O efeito total também não foi significativo ($b = 0,06$; $SE = 0,05$; $p = 0,242$). Assim, a CMJ não se associou à evitação da vítima quando ela já havia sido libertada da prisão, e confiar nas instituições também não foi uma ponte para isso. Há, portanto, uma moderação da manipulação da ameaça, pois a confiança nas instituições coercitivas mediou a relação entre a CMJ e a aproximação somente na condição ameaçadora, quando a vítima era mantida presa.

Figura 13.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a evitação da vítima na condição de não-ameaça.



Discussão

No Estudo 2, verificamos que a CMJ se relacionou positivamente com a vitimização secundária em suas formas de culpabilização e percepção do sofrimento da vítima da prisão injusta, confirmando a nossa primeira hipótese. Além disso, verificamos que a confiança institucional mediou esta relação, mas não todos os tipos de confiança e nem as mesmas do estudo anterior. A confiança na Mídia mediou a relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima na condição de ameaça e a confiança na Coerção Social e na Justiça mediou esta relação na condição de não-ameaça. A confiança nas instituições coercitivas e de Justiça mediou a relação entre a CMJ e a percepção de sofrimento da vítima na condição de ameaça,

e a confiança nas instituições políticas e de Justiça assim o fizeram na condição de não-ameaça. Finalmente, a confiança nas instituições coercitivas também mediou a relação entre a CMJ e a aproximação com a vítima. Estes dados corroboram, assim, a nossa segunda hipótese. A nossa terceira hipótese também foi confirmada em alguns casos, na medida em que a manipulação da ameaça moderou a mediação da Mídia no caso da culpabilização, e da Coerção Social no caso da percepção de sofrimento e evitação/aproximação com a vítima, que ocorreu tão somente na condição de ameaça.

Neste segundo estudo, nós replicamos o primeiro estudo e, como visto, obtivemos alguns resultados diferentes. Destacamos que, na dimensão da culpabilização, as análises apontaram para um papel mais expressivo da confiança na Coerção Social na condição de não-ameaça do que na condição de ameaça. Nesta mediação, as pessoas culpabilizaram mais a vítima quando ela já havia sido libertada da prisão. Especulamos que isso possa ter ocorrido porque as pessoas deste estudo podem ter acreditado que a vítima da prisão injusta não era tão inocente assim, e que não deveria ter sido solta, tendo alguma culpa pelo que ocorreu. Neste caso, é como se soltar a vítima fosse a situação realmente ameaçadora, em vez de a condição em que ela continua presa tê-lo sido. Isto porque quando as instituições coercitivas, como a polícia, são confiadas e, conseqüentemente, legitimadas e creditadas, as pessoas costumam concordar com suas ações (Fisher, 1993; Givelber, 2002; Tyler, 2006). Logo, se a pessoa foi presa, a polícia não deve ter errado. É possível também que os resultados distintos sejam devidos a diferença no perfil da mostra, visto que quase 90% da amostra obtida era de mulheres. Apesar disso, confirmamos o papel diferenciado da confiança nas instituições de Justiça obtido no Estudo 1.

Embora erros judiciais ocorram em todos os sistemas de justiça do mundo, há países cujos sistemas são menos corruptos e usam recursos mais eficientemente para o que propõem, resultando, em tese, em menos erros. Além disso, as formas como as pessoas tratam e são

tratadas pelas instituições varia entre os diversos países. Assim, nos questionamos se a legitimação da injustiça institucional observada também ocorreria nestes casos. Decidimos desenvolver o mesmo estudo no Reino Unido, na Inglaterra, para investigar o fenómeno.

Estudo 3

No Estudo 3, nós replicamos o estudo no Reino Unido com o objetivo de verificar se os fenómenos encontrados também ocorrem em outros contextos culturais e políticos. Assim como nos anteriores, tínhamos a hipótese de que a CMJ prediz positivamente a vitimização secundária de pessoas condenadas injustamente (H1) e que a confiança nas instituições medeia a relação entre a CMJ e a vitimização secundária (H2). Também hipotetizamos que essa mediação é moderada pela ameaça à CMJ, de modo que ocorrerá quando os participantes forem expostos a uma condição ameaçadora a esta crença, mas não quando forem expostos a uma condição que não é ameaçadora (H3). Diferentemente dos estudos anteriores, contudo, testamos duas formas de ameaça à CMJ: a decisão final de manter a vítima presa ou solta (a mesma dos outros estudos), e o carácter da vítima sendo bom ou mau, sendo esta a nova manipulação.

Método

Participantes

No terceiro estudo, participaram 252 estudantes universitários (80,6% mulheres) recrutados pelo Esquema de Participação em Pesquisa (*Research Participation Scheme*) da Universidade de Kent, na Inglaterra, com idades entre 18 e 55 anos ($M = 19,94$, $DP = 0,24$). A amostra teve poder de teste = 0.80 para detectar um tamanho de $f = 0.18$ ou maior com $p < 0.05$.

Desenho Experimental e Procedimentos

Neste estudo, seguimos os mesmos procedimentos gerais dos demais. Contudo, diferentemente dos anteriores, decidimos acrescentar uma nova condição ao desenho experimental. Além da manipulação do desfecho com a decisão de soltar ou manter a vítima presa, adicionamos uma condição em que manipulamos a informação sobre se a vítima era uma boa ou má pessoa. Assim, os participantes foram alocados aleatoriamente em uma de quatro condições num desenho fatorial do tipo 2(Ameaça à CMJ: Condição ameaçadora vs. não ameaçadora) x 2(Caráter da vítima: boa pessoa vs. má pessoa).

A CMJ continuou sendo a variável independente, a vitimização secundária continuou sendo a variável dependente e a confiança institucional, a variável mediadora. As manipulações da ameaça foram moderadoras da mediação. Os participantes foram convidados a participar do estudo por meio da plataforma *online* RPS (*Research Participation Scheme*) interna à Universidade de Kent, que disponibiliza pesquisas para que os alunos as respondam em troca de créditos curriculares. O questionário foi hospedado na plataforma Qualtrics e a participação foi voluntária, iniciada após o preenchimento do consentimento informado no início da pesquisa. O Qualtrics automaticamente randomizava a alocação dos participantes em uma dentre as quatro condições.

Manipulações

Do mesmo modo que nos estudos anteriores, pedimos aos participantes que lessem um artigo que havia sido supostamente publicado em um importante jornal do país. Para manter a similaridade com os outros estudos, optamos por usar um artigo baseado em uma notícia que de fato foi publicada num jornal e que se assemelhasse ao caso usado nos estudos anteriores. A notícia relatava o caso de um rapaz condenado a 12 anos de prisão por um assassinato. Ele já havia cumprido sete anos quando as autoridades descobriram falhas nos procedimentos de investigação policial que acabavam o inocentando. Para manipularmos a

informação sobre o bom vs. mau caráter da vítima, informamos aos participantes se tratar de uma boa pessoa (vs. má pessoa) que tinha sido condenada injustamente com base no que informavam os registros policiais prévios. Para manipularmos a ameaça à CMJ, informamos o desfecho do caso: na condição de ameaça, a vítima continuava presa mesmo sendo inocente, enquanto na condição de não ameaça ela havia sido libertada. Assim, na condição de ameaça à CMJ em que a vítima era descrita como uma boa pessoa, os participantes leram o seguinte texto:

Damien Thomas, de Hoxton, em Londres, foi condenado em 2014, aos 18 anos, pelo assassinato em 2013 de Louis Isaacs, um chef de 21 anos. O chef havia socorrido um amigo que estava sendo atacado por um jovem devido a um insulto trivial. O amigo escapou, mas o chef foi morto com uma facada na cabeça. Thomas foi condenado por assassinato por causa de uma declaração de uma testemunha o identificando na cena do assassinato. O processo de condenação estabelecia que Thomas é uma pessoa de bom caráter que não tinha antecedentes policiais e, anteriormente, se voluntariou como treinador infantil de esportes e em centros de pessoas sem-teto. Mesmo assim, foi condenado à prisão perpétua com uma recomendação de 12 anos de prisão.

A testemunha era uma jovem que mudou de depoimento várias vezes. Thomas alegou que estava jogando futebol com um amigo na época e não havia provas forenses para ligá-lo à cena.

As autoridades descobriram recentemente que a Polícia Metropolitana não realizou análises de localização do telefone de Thomas. Quando esses registros de localização de telefone foram examinados pela primeira vez, mostraram que ele não estava na cena do crime. Apresentada essa evidência, a Corte de Apelação anulou sua condenação e Thomas pôde deixar a prisão após sete anos. Ele diz que agora espera aproveitar a vida com sua família e recuperar o tempo perdido.

Já na condição de ameaça em que a vítima era descrita como má pessoa, o texto dizia: “O processo de condenação estabelecia que Thomas é uma pessoa de mau caráter que tinha antecedentes policiais e, anteriormente, já tinha roubado de equipes esportivas infantis e centros de pessoas sem-teto.” Por outro lado, quando recebiam o desfecho em que ele continuava preso a despeito da descoberta da injustiça, o texto trazia: “Apesar das provas, a sua condenação não foi anulada pela Corte de Apelação. A alegação da Corte decidiu que precisavam de provas mais fortes para anular a condenação por assassinato.” Assim, não só algo ruim já havia acontecido como continuava a acontecer a uma pessoa (que era boa ou má). Incluímos também um *manipulation check* ao fim do questionário, o qual perguntava sobre qual notícia havia sido lida.

Medidas

Escala de Crença Geral em um Mundo Justo. A medida de CMJ utilizada foi a escala de Dalbert et. al (1987). A escala continha 6 itens (p.ex. “Estou convencido de que, em longo prazo, as pessoas serão recompensadas pelas injustiças”; $\alpha = 0,77$). As respostas dos participantes podiam variar de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente).

Confiança institucional. Apresentamos uma lista de vinte e uma instituições políticas e sociais de interesse para o estudo e próprias do contexto inglês (como Monarquia, Casa dos Comuns e Casa dos Lordes), fazendo as adaptações necessárias. Algumas instituições foram as mesmas dos estudos anteriores e outras foram adaptadas para refletir a sociedade britânica. Os participantes indicaram seu grau de confiança usando uma escala variando de 1 (nenhuma confiança) a 4 (muita confiança), em cada uma das instituições.

Escala de vitimização secundária. Utilizamos a escala desenvolvida por Tavares et al. (2022) que mede três formas de vitimização secundária. As respostas dos participantes variaram de 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente), com boa consistência interna: Culpabilização da vítima ($\alpha = 0,90$); Sofrimento da vítima ($\alpha = 0,69$) e Evitação da vítima ($\alpha = 0,82$).

Análise de dados

Iniciamos com uma Análise dos Componentes Principais (ACP), feita no software SPSS, da lista das 21 instituições para as quais os participantes indicaram a sua concordância. Já as análises de mediação-moderada foram feitas no *software* Jamovi. Tal como nos outros estudos, hipotetizamos a CMJ como a variável independente, cada dimensão da confiança institucional como mediadora e cada dimensão da vitimização secundária como as variáveis dependentes. Além disso, também incluímos as manipulações da ameaça como moderadoras

da mediação (Figura 1) para verificar se os efeitos ocorreriam tanto nas condições em que a vítima era descrita como boa e má e em que era solta ou mantida presa.

Resultados

Análise fatorial exploratória

Realizamos uma análise dos componentes principais (ACP) da escala de confiança nas instituições, com rotação Oblimin. A análise indicou um valor de KMO=0,92 e teste de esfericidade de Bartlett significativo [$X^2(210)=3816,125$; $p<0,001$]. Por meio do critério de Kaiser (1960), retivemos cinco fatores com valores próprios acima de 1.00. A estrutura final explicou 66,53% da variância total dos itens. A ACP indicou a presença de quatro fatores (Tabela 1). Tal como nos estudos anteriores, o primeiro fator nomeamos de Justiça, o segundo fator de Mídia, o terceiro fator de Organizações Cívicas, o quarto fator de Coerção Social e o quinto fator de Políticas.

Tabela 1. Análise fatorial exploratória da escala de confiança institucional do estudo 3

	Fatores				
	1	2	3	4	5
Ministério Público da Coroa	.813				
Tribunal de Magistrados	.800				
Suprema Corte	.759				
Tribunal Superior	.758				
Polícia	.682				
ONGs de Direitos Humanos	.623				
Mídias digitais		.842			
Televisão e rádio		.638			
Jornais e revistas		.531			
Movimentos sociais			.775		
Sindicatos			.770		
Organizações estudantis			.755		
Igreja				.715	
Exército				.708	
Polícia Militar				.561	
Partidos políticos					.588
Câmara dos Comuns					.560
Gabinete					.539
Grandes Corporações					.522
Monarquia					.518
Câmara dos Lordes					.483

Estimamos os coeficientes alfa de Cronbach de cada fator para analisar as consistências internas. Os cinco fatores obtiveram índices satisfatórios: Justiça ($\alpha=0,89$), Mídia ($\alpha=0,68$), Organizações Cívicas ($\alpha=0,74$), Coerção Social ($\alpha=0,67$) e Políticas ($\alpha=0,86$).

Culpabilização da vítima

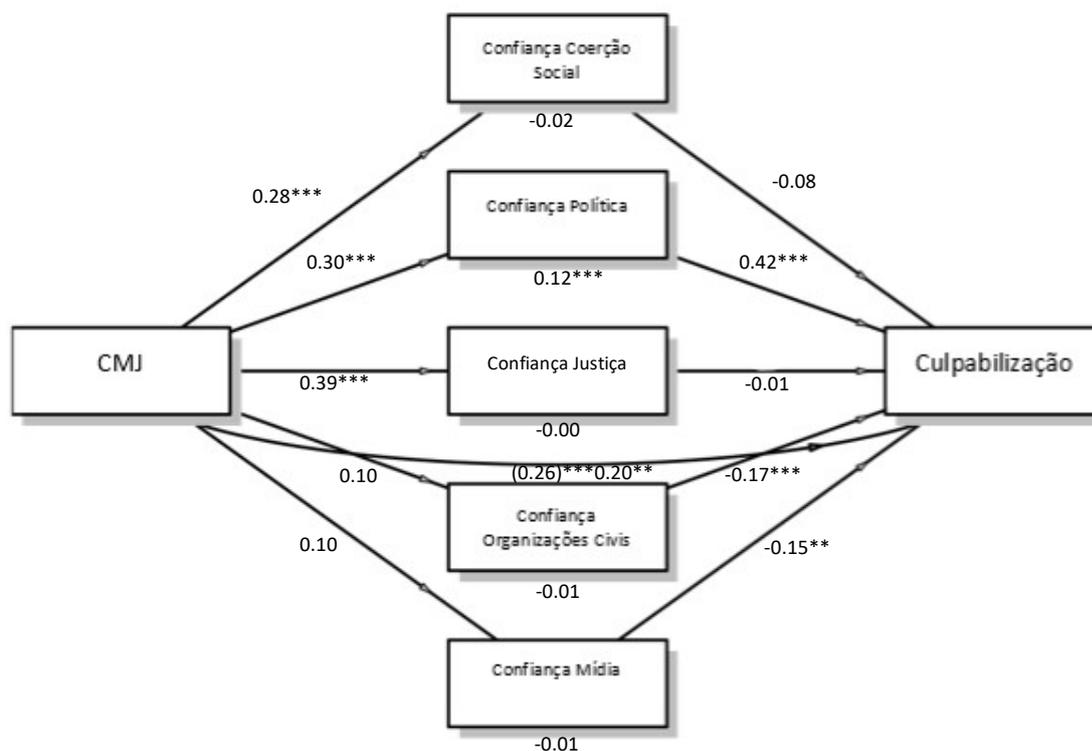
Fizemos uma análise preliminar para investigar o efeito das manipulações e dos níveis de CMJ dos participantes na vitimização secundária. Verificamos que houve interação significativa somente da CMJ com a manipulação da ameaça à CMJ (decisão judicial de soltar ou manter a vítima da injustiça na prisão): $b = -0.2309$; $SE = 0.0822$; $p = 0.005$. A interação da CMJ com a manipulação do caráter da vítima não foi significativa ($b = -0.2309$; $SE = 0.0833$; $p = 0.607$). Assim, obtivemos que os participantes com alta CMJ culpabilizaram mais a vítima quando ela era mantida na prisão ($M = 1.75$; $SE = 0.07$) do que quando ela era solta ($M = 1.34$; $SE = 0.06$), $b = .38$; $SE = 0.09$; $p < .001$. Quer dizer, acreditar em maior grau que o mundo é justo está associado a culpabilizar mais a vítima que continuava presa. Por outro lado, os participantes com baixa CMJ culpabilizaram quase no mesmo grau o sujeito quando permanecia preso ($M = 1.31$; $SE = 0.06$) ou era solto ($M = 1.29$; $SE = 0.06$), $b = .03$; $SE = .09$; $p = .70$.

Uma vez que encontramos interação significativa somente da CMJ com a decisão judicial, as mediações foram todas calculadas com moderação somente desta ameaça à CMJ. Neste caso, obtivemos um efeito direto ($b = 0.20$; $SE = 0.06$; $p = 0.002$) e um efeito total ($b = 0.26$; $SE = 0.06$; $p < 0.001$) significativos da CMJ sobre a culpabilização da vítima na condição em que a vítima era mantida presa (ou seja, na condição de ameaça) (Figura 14). Isto significa que a CMJ predisse a culpabilização da vítima, de maneira que quanto maior a CMJ, maior a culpabilização. No entanto, verificamos que, na condição de ameaça à CMJ, houve também mediação significativa da confiança nas instituições políticas na relação entre CMJ e culpabilização da vítima ($b = 0.12$; $SE = 0.03$; $p < 0.001$). Dito de outro modo, ter

maior CMJ se associou a maior confiança nas instituições políticas, e ter maior confiança nestas instituições se associou a maior culpabilização da vítima. Esta mediação foi parcial, tendo em vista que os efeitos diretos e totais foram igualmente significativos.

Figura 14.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima na condição de ameaça.

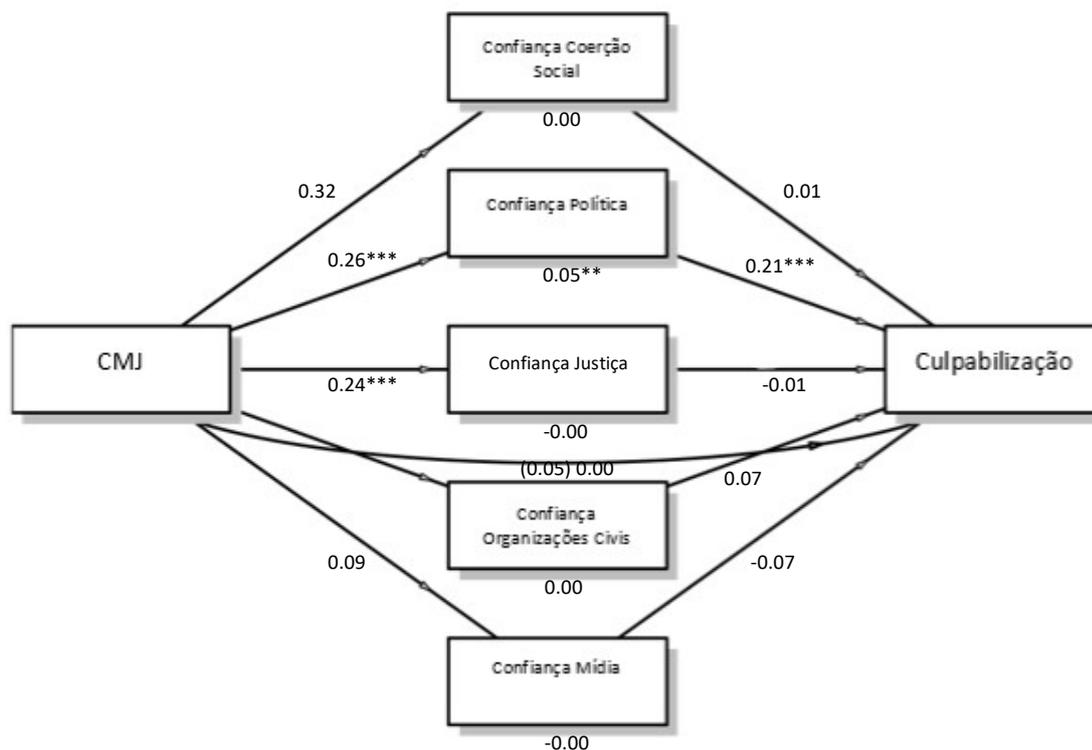


Na condição de não-ameaça (Figura 15), em que a vítima era solta da prisão, também encontramos mediação significativa da confiança nas instituições políticas ($b = 0.05$; $SE = 0.02$; $p = 0.005$). Neste caso, os efeitos diretos ($b = 0.00$; $SE = 0.06$; $p = 0.945$) e totais ($b = 0.05$; $SE = 0.05$; $p = 0.310$) foram não significativos, o que indica que a confiança institucional foi o único caminho que levou de uma maior CMJ a uma maior culpabilização da vítima inocente. Com isto, concluímos que manipular a ameaça não moderou a mediação

da confiança nas instituições na relação entre CMJ e culpabilização da vítima, já que a mediação ocorreu em ambas as condições. No entanto, na análise de mediação moderada, nós encontramos uma interação significativa entre CMJ e a ameaça à CMJ na predição da culpabilização ($b = 0.24$; $SE = 0.11$; $p = 0.037$).

Figura 15.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a culpabilização da vítima na condição de não-ameaça.



Sofrimento da vítima

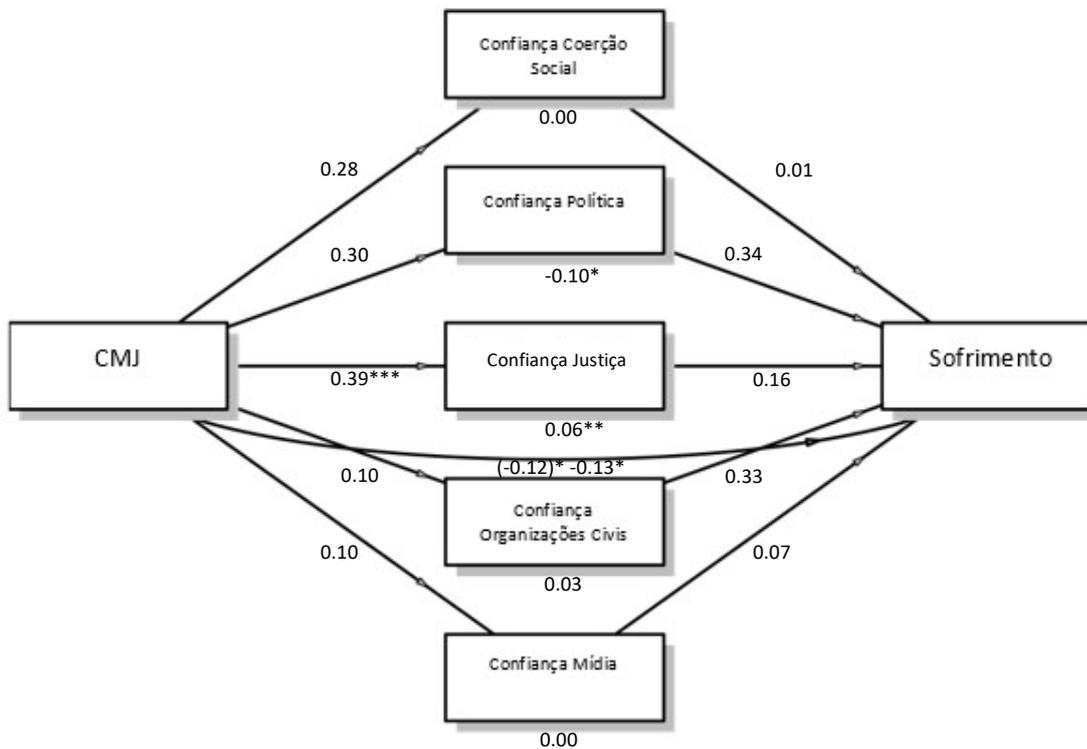
Os níveis de CMJ dos participantes (alto ou baixo) não interagiram de maneira significativa com a manipulação da ameaça do desfecho do caso na predição do reconhecimento do sofrimento da vítima ($b = 0.04$; $SE = 0.08$; $p = 0.582$). Quer dizer, os participantes com alta CMJ perceberam que a vítima sofria aproximadamente no mesmo grau

na condição ameaçadora ($M = 3.33$; $SE = 0.07$) e na condição não-ameaçadora ($M = 3.46$; $SE = 0.06$), $b = 0.12$; $SE = 0.10$; $p = 0.24$. Do mesmo modo ocorreu aos participantes com baixa CMJ: reconheceram o mesmo nível de sofrimento para a vítima na condição ameaçadora ($M = 3.54$; $SE = 0.06$) e não-ameaçadora ($M = 3.59$; $SE = 0.07$), $b = 0.06$; $SE = 0.10$; $p = .51$. Portanto, tivessem os participantes CMJ alta ou baixa, o grau com que consideravam que a vítima estava a sofrer foi o mesmo nas condições de ameaça e não-ameaça.

No que diz respeito ao nosso modelo mediacional, descobrimos que, na condição de ameaça, confiar nas instituições judiciais ($b = 0.06$; $SE = 0.02$; $p = 0.006$) e políticas ($b = -0.10$; $SE = 0.02$; $p < 0.001$) mediou a relação entre a CMJ e o reconhecimento do sofrimento da vítima (Figura 16). Assim, maior nível de CMJ se associou a maior confiança nas instituições judiciais, e maior confiança nas instituições judiciais se associou a maior percepção de sofrimento da vítima. Por outro lado, maior nível de CMJ se associou a maior nível de confiança nas instituições políticas, mas maior nível de confiança nas instituições políticas se associou a menor percepção de sofrimento da vítima (ou seja, maior minimização do sofrimento). Os efeitos direto ($b = -0.13$; $SE = 0.06$; $p = 0.036$) e total ($b = -0.12$; $SE = 0.06$; $p = 0.037$) foram também significativos.

Figura 16.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a percepção de sofrimento da vítima na condição de ameaça.

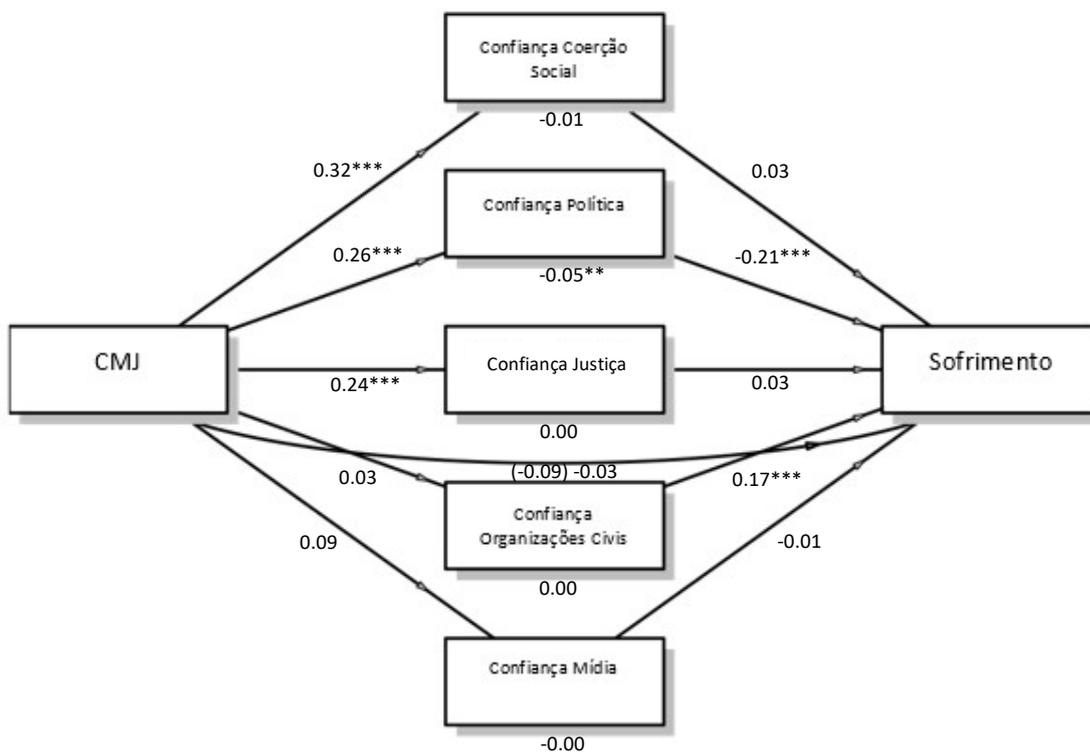


Na condição de não-ameaça (Figura 16), também encontramos uma mediação significativa da confiança nas instituições políticas na relação entre CMJ e percepção de sofrimento da vítima ($b = -0.05$; $SE = 0.02$; $p = 0.005$). Assim como na condição de ameaça, maior CMJ se associou a maior confiança nas instituições políticas, e maior confiança nestas instituições se associou a menor percepção de sofrimento para a vítima. Já os efeitos diretos ($b = -0.03$; $SE = 0.05$; $p = 0.503$) e total ($b = -0.09$; $SE = 0.05$; $p = 0.088$) não foram significativos. Assim, na condição em que a vítima inocente da prisão injusta era solta, maior CMJ levou a maior minimização do sofrimento apenas quando as pessoas confiavam em maior grau nas instituições políticas.

O fato de a mediação da confiança nas instituições judiciais ter acontecido somente na condição ameaçadora nos leva à conclusão de que esta relação de mediação foi moderada pela ameaça à CMJ, uma vez que só ocorreu quando a vítima era mantida presa. Já na análise de mediação moderada, não encontramos nenhuma interação significativa.

Figura 17.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a percepção de sofrimento da vítima na condição de não-ameaça.



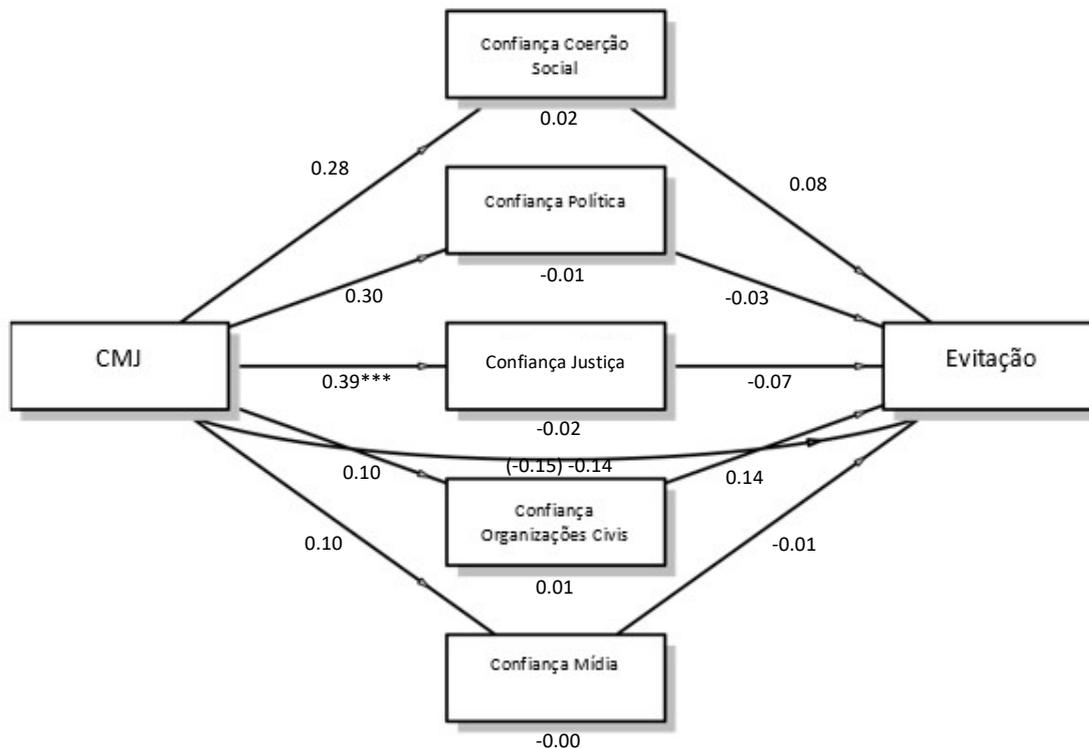
Evitação da vítima

Na dimensão de evitação da vítima, verificamos que o nível de CMJ do participante interagiu significativamente com a manipulação da decisão na predição da evitação ($b = 0.32$; $SE = 0.11$; $p = 0.004$), mas não com a manipulação do caráter ($b = -0.02$; $SE = 0.11$; $p = 0.842$), o que quer dizer que, fosse a CMJ do participante mais alta ou mais baixa, ele evitaria a vítima com intensidades diferentes no cenário ameaçador e não-ameaçador. Esta variável foi medida inversamente, de maneira que avaliava o grau de desejo de assistência e aproximação com a vítima. Assim, os participantes com CMJ mais alta expressaram menor desejo de proximidade com a vítima quando ela era mantida presa ($M = 2.35$; $SE = 0.09$) do que quando era solta ($M = 2.62$; $SE = 0.08$), $b = -.27$; $SE = .13$; $p = .04$. Logo, a situação de injustiça que persistia levou a uma maior evitação da pessoa inocente. O oposto ocorreu no caso das pessoas com baixa CMJ, que expressaram maior desejo de aproximação com a vítima na condição em que ela continuava presa ($M = 2.60$; $SE = 0.08$) do que quando já era solta ($M = 2.34$; $SE = 0.09$), $b = .26$; $SE = .12$; $p = .04$.

Voltando-nos para as mediações, não obtivemos mediações significativas da confiança institucional na relação entre a CMJ e a evitação da vítima na condição de ameaça (Figura 18). Os efeitos direto e total também não foram significativos nesta condição. Assim, a CMJ não se associou à evitação da vítima injustamente presa nem de modo direto e nem se utilizando da confiança nas instituições para tanto.

Figura 18.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a evitação da vítima na condição de ameaça.

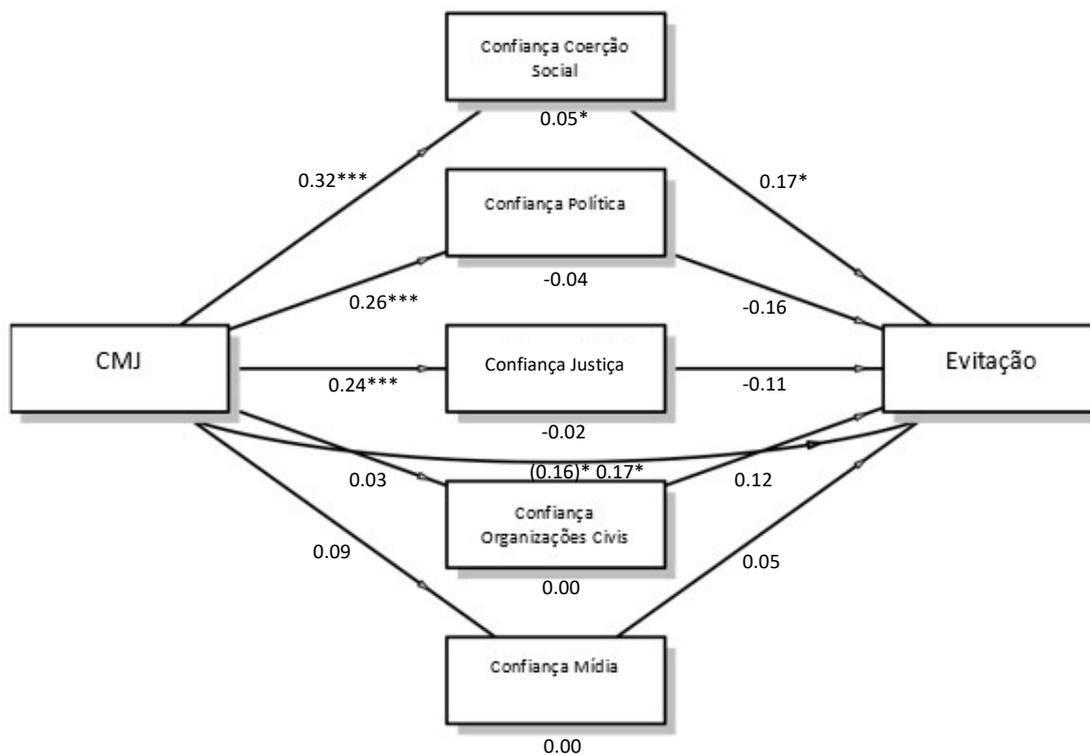


Já na condição não ameaçadora, encontramos uma mediação significativa da confiança nas instituições de Coerção Social ($b = 0.05$; $SE = 0.02$; $p = 0.026$). Isto quer dizer que maior CMJ se associou a maior confiança nas instituições coercitivas, e maior confiança nestas instituições se associou a maior proximidade com a vítima, quer dizer, menor evitação. Os efeitos direto ($b = 0.17$; $SE = 0.08$; $p = 0.035$) e total ($b = 0.16$; $SE = 0.07$; $p = 0.024$) foram também significativos. Levando em conta que a mediação ocorreu apenas na condição de não-ameaça, podemos dizer que a manipulação moderou a nossa relação de mediação, embora não no sentido que esperávamos, pois a confiança nas instituições de coerção social foi uma ponte que levou da CMJ à evitação somente na condição em que a vítima já era solta.

De fato, encontramos uma interação significativa entre a CMJ e a manipulação da decisão explicando a evitação da vítima ($b = 0.32$; $SE = 0.12$; $p = 0.009$).

Figura 19.

Efeito mediador da confiança institucional na relação entre a CMJ e a evitação da vítima na condição de não-ameaça.



Discussão

Neste estudo, buscamos testar as nossas hipóteses em outro contexto cultural. A síntese dos resultados confirma H1, pois a CMJ se associou à vitimização secundária, precisamente em suas formas de culpabilização e percepção de sofrimento da vítima. Confirmamos, também, H2, pois verificamos que a confiança nas instituições políticas mediou a relação entre a CMJ e a culpabilização, e entre a CMJ e a percepção de sofrimento

da vítima. Ainda, a confiança nas instituições de Justiça mediou a relação entre a CMJ e a percepção de sofrimento e a confiança nas instituições de Coerção Social mediou a relação entre a CMJ e a evitação da vítima. Já a H3 foi confirmada em parte, na medida em que a mediação foi moderada pela ameaça somente no caso da confiança na Justiça; e no caso da confiança na Coerção Social no sentido diferente do esperado. A manipulação da informação sobre o caráter da vítima não moderou a relação de forma significativa.

A síntese dos resultados nos mostra um efeito expressivo da confiança nas instituições políticas neste estudo. Confiar nestas instituições foi um caminho para levar à vitimização secundária (culpabilização e minimização do sofrimento da vítima) tanto nos cenários em que o erro judicial já tinha sido reparado como quando ainda persistia.

A confiança na Justiça também teve um papel importante, mas confiar mais nas instituições de justiça teve o efeito inverso no processo quando o que estava em questão era a minimização do sofrimento da vítima tal como nos estudos anteriores. Neste caso, maior CMJ se associou a maior confiança nas instituições de justiça, mas maior confiança nestas instituições se associou a menor minimização do sofrimento da vítima. Logo, confiar nas instituições de justiça não parece ter provocado dissonância cognitiva capaz de fazer os participantes deslegitimarem o sofrimento da vítima destas instituições, como ocorre em outros casos. Quer dizer, a confiança na Justiça foi um meio para diminuir a vitimização secundária nos cenários de ameaça à CMJ.

Quando a questão é a evitação da vítima, voltamos a encontrar o efeito da mediação. Isto ocorreu no caso em que as pessoas com alta CMJ confiavam nas instituições de Coerção Social no cenário em que a vítima era solta. Neste cenário, as pessoas com alta CMJ e maior confiança nas instituições coercitivas parecem ter sido suscitadas a uma menor necessidade de evitar contato ou negar ajuda para a vítima. Ou seja, estiveram mais confortáveis em serem próximos nesta condição da vítima nesta condição em que ela já era solta. Isto faz

sentido se lembrarmos do que afirmam Correia e Vala (2003), de que o cenário de persistência do sofrimento é mais ameaçador à CMJ. De forma análoga, neste caso, podemos entender que o cenário em que o sofrimento já havia cessado foi significativamente menos ameaçador, na medida em que suscitou menor evitação.

Discussão Geral

Confiar nas instituições é um elemento muito importante para a estabilidade e legitimidade de um sistema democrático. Por isso, confiar pouco é problemático para a estabilidade do sistema posto, mas confiar demais também pode ter consequências prejudiciais. Neste estudo, nós investigamos um efeito prático disto: a legitimação de injustiças institucionais.

O conjunto dos estudos nos mostrou um padrão heterogêneo de mediações, mas mostrou que sempre houve mediação, confirmando a nossa principal hipótese. Apesar da variação nos padrões de mediação, de uma forma geral, confiar nas instituições de Coerção Social e/ou Políticas foi um meio para se incidir em maior vitimização secundária em todos os estudos, ainda que, em cada um, fenômenos singulares tenham ocorrido. Por exemplo, na condição de ameaça, o segundo estudo mostrou que a confiança na Coerção Social e nas instituições Políticas mediou a relação entre CMJ e sofrimento da vítima, mas no terceiro estudo só a confiança nas instituições Políticas mediou esta relação. O único padrão consistente de resultados, que se repetiu em todos os três estudos, foi o papel da confiança nas instituições de Justiça na relação entre a CMJ e a vitimização secundária da vítima inocente da prisão injusta.

A confiança nas instituições de Justiça mediou a relação entre a CMJ e o reconhecimento do sofrimento da vítima na condição de ameaça em todos os estudos e de forma inversa às outras mediações. Enquanto confiar nas outras instituições levou a CMJ a se associar a maior minimização do sofrimento da vítima inocentemente presa, ou seja, a uma

maior legitimação desta injustiça, confiar nas instituições de Justiça foi uma forma pela qual pessoas com maior CMJ deslegitimaram a injustiça ocorrida. Assim, diante do sofrimento persistente de uma vítima inocente, confiar em maior grau na Justiça foi uma maneira de fazer com que uma maior CMJ deslegitimasse a injustiça, sendo, portanto, uma forma de reconhecer a injustiça. Deste modo, a situação em que uma maior CMJ se associa a uma menor minimização do sofrimento da vítima (ou maior reconhecimento do sofrimento) só ocorre se for mediante alta confiança nas instituições de Justiça. Isto é, sem a confiança no Judiciário, a alta CMJ sozinha é capaz de predizer maior minimização do sofrimento, mas, à medida que a pessoa passa também a confiar mais nas instituições judiciais, passa então a minimizar menos o sofrimento da vítima. Quer dizer, nesta situação, confiar mais na Justiça teve um efeito positivo ao estar associado à menor vitimização secundária.

É possível que, neste caso, a confiança institucional não tenha sido um caminho para os indivíduos com CMJ mais forte legitimarem a instituição, e sim para, em algum nível, reconhecerem que ela estava errada. Segundo Kukucka e Evelo (2019), as pessoas que atribuem a condenação injusta de alguém à negligência ou má conduta de autoridades podem culpar menos os presos injustamente e estarem mais dispostas a auxiliá-los. Nesse sentido, uma possível explicação para o fenômeno que encontramos pode ser que as pessoas tenham considerado as instituições judiciais realmente culpadas pelo erro e, mesmo confiando nelas, culpabilizaram menos a vítima ao reconhecer a má conduta. Por outro lado, confiar nas instituições coercitivas e políticas não teve esse efeito, uma vez que isto se relacionou a uma maior vitimização. Por este raciocínio, para estas pessoas, reconhecer que a vítima não é culpada seria reconhecer que as instituições foram negligentes e agiram mal. Isto, conseqüentemente, ameaça a CMJ (e o próprio sistema). Dito de outra maneira, a dissonância cognitiva causada pela tensão de confiar em instituições que cometeram uma injustiça

(coerção social e políticas) levou à vitimização secundária. No caso das instituições de Justiça, a dissonância não teve esse papel.

Vale salientar que o papel da confiança na Coerção Social foi mais expressivo nos estudos no Brasil do que no estudo britânico. No Brasil, confiar na Coerção Social foi uma ponte que levou da CMJ à vitimização secundária nos dois estudos, fosse na condição de ameaça, na condição de não-ameaça ou em ambas. Além disso, a mediação da Coerção Social foi moderada pela manipulação da ameaça à CMJ e ocorreu apenas quando o sujeito estava preso, tanto no Estudo 1 (na culpabilização) quanto no Estudo 2 (na minimização do sofrimento e na evitação). Já no Reino Unido, a confiança na Coerção Social não mediou a relação, e as instituições políticas foram as que tiveram papel mais expressivo, porque foi a confiança nelas que legitimou a injustiça. Por isso, concluímos que, talvez, a confiança em instituições coercitivas como Polícia, Exército e Igreja seja mais capaz de levar a maior vitimização secundária e, conseqüentemente, a maior legitimação de injustiças no Brasil. Já no Reino Unido, confiar nas instituições políticas talvez seja o que está mais ligado à motivação e resistência para preservar o status quo.

Estes resultados apontam para o papel muitas vezes nocivo da confiança em alguns tipos de instituições: o papel de levar a uma maior culpabilização, evitação e minimização do sofrimento da vítima de uma prisão injusta. A confiança nas instituições coercitivas associou-se à minimização do sofrimento, inclusive, como único meio para tanto. Talvez, se os participantes com mais CMJ não confiassem nas instituições de Coerção Social e políticas, a própria CMJ nem estivesse associada à minimização do sofrimento da vítima. A confiança nestas instituições pode ter facilitado essa associação. Especulamos que isto possa ter acontecido porque o público tende a acreditar nas ações de autoridades policiais e em suas razões de agir em situações envolvendo atos violentos (Fisher, 1993; Givelber, 2002; Tyler, 2006). Nestes casos, as pessoas entendem que, se a polícia agiu desta maneira, é porque deve

ter tido um motivo plausível para tanto e a pessoa deve ser culpada de alguma forma, seja porque de fato seria responsável em algum grau pelo acontecido, seja porque não teria buscado sua defesa com tanto afinho.

Embora esperado que a mediação só fosse ocorrer nas situações em que colocamos em saliência a ameaça à CMJ, o fato de ter ocorrido apenas no cenário não-ameaçador em alguns casos, a princípio, nos intrigou. Mas isto pode nos sinalizar que, para algumas pessoas, este tenha sido o cenário verdadeiramente ameaçador (quando a vítima era solta). Talvez, para essas pessoas, a própria inocência da vítima tenha sido questionada e elas não tenham se convencido da inocência. Logo, a soltura da prisão era ameaçadora *per se*. Não é à toa que isso ocorreu mais com a Coerção Social, o que pode ser assim porque as ações da Coerção Social tendem a ser legitimadas, como mencionado anteriormente.

Apesar dos importantes achados, este artigo não está isento de limitações. Em primeiro lugar, deve-se investigar adicionalmente se as pessoas acreditam ser a instituição culpada ou não no caso, para apoiar as nossas suposições sobre o papel da confiança na Justiça. No mesmo sentido, também deve-se averiguar em que medida as pessoas acreditam que a vítima era de fato inocente, de forma a melhor verificar se as nossas especulações seriam confirmadas na situação em que as mediações levaram a maior vitimização secundária somente nos casos em que a vítima era solta.

Embora haja limitações, o artigo traz também relevantes contribuições teóricas para área. Primeiro, contribui para superar a lacuna de estudos sobre vitimização secundária de pessoas vítimas de prisões injustas. Segundo, contribuiu para superar a lacuna da relação entre a Crença no Mundo Justo, a confiança nas instituições e a vitimização secundária. Em terceiro lugar, acreditamos que este estudo contribua para suprir a própria escassez de estudos de confiança nas instituições no âmbito da Psicologia Social.

No geral, apresentamos evidências de que confiar muito nas instituições, em alguns casos, pode ser danoso, mas, em outros casos, pode ser benéfico. Isto depende da instituição em que se confia. Confiar em algumas instituições, como as de Coerção Social, associou-se a uma maior vitimização secundária de uma vítima inocente, mas confiar em outras, as de Justiça, levou a uma menor vitimização secundária. Com isto, a pesquisa tem uma implicação prática importante na medida em que mostra que é preciso conscientizar as pessoas de que o apoio e endosso a certas instituições não pode ser tal que consiga entorpecê-las diante de injustiças, e que, por outro lado, talvez a confiança na Justiça possa ser mais encorajada.

Referências

- Campbell, K., & Denov, M. (2004). The Burden of Innocence: Coping with a Wrongful Imprisonment. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 46(2), 139–164. <https://doi.org/10.3138/cjccj.46.2.139>
- Carroll, C. P. (2021). The ‘lottery’ of rape reporting: Secondary victimization and Swedish criminal justice professionals. *Nordic Journal of Criminology*, 22(1), 22–41. <https://doi.org/10.1080/2578983X.2021.1900516>
- Catterberg, G., & Moreno, A. (2006). The Individual Bases of Political Trust: Trends in New and Established Democracies. *International Journal of Public Opinion Research*, 18(1), 31–48. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edh081>
- Cichocka, A., Górska, P., Jost, J. T., Sutton, R. M., & Bilewicz, M. (2018). What inverted u can do for your country: A curvilinear relationship between confidence in the social system and political engagement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 115(5), 883–902. <https://doi.org/10.1037/pspp0000168>
- Clow, K. A., Leach, A.-M., & Ricciardelli, R. (2012). Conviction of the innocent: Lessons from psychological research. In B. L. Cutler (Ed.), *Conviction of the innocent: Lessons from psychological research*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/13085-000>
- Clow, K. A., & Leach, A. M. (2015). Stigma and wrongful conviction: all exonerees are not perceived equal. *Psychology, Crime and Law*, 21(2), 172–185. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2014.951645>
- Correia, I., Alves, H. V., Almeida, A. T. de, & Garcia, D. (2010). Norms regarding secondary victimization of bullying victims: Do they differ according to the victim’s categorization? *Scandinavian Journal of Psychology*, 51(2), 164–170.

<https://doi.org/10.1111/j.1467-9450.2009.00732.x>

Correia, I. F. (2003). *Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: Crença no mundo justo, inocência da vítima e vitimização secundária*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Correia, I. F. (2014). A teoria da crença no mundo justo e a vitimização secundária: estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos. *Psicologia, 14*(2), 251–283.

<https://doi.org/10.17575/rpsicol.v14i2.514>

Correia, I., Pereira, C. R., & Vala, J. (2018). Under Victimization by an Outgroup: Belief in a Just World, National Identification, and Ingroup Blame. *Frontiers in Psychology, 9*.

<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01160>

Correia, I., & Vala, J. (2003). Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento. *Análise Psicológica, 34*–352.

Correia, I., & Vala, J. (2004). Belief in a just world, subjective well-being and trust of young adults. In H. Sallay & C. Dalbert (Eds.), *The Justice Motive in Adolescence and Young Adulthood: Origins and Consequences* (pp. 1–271). Routledge.

<https://doi.org/10.4324/9780203575802>

Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2007). Victim's innocence, social categorization, and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology, 43*(1), 31–38. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2005.12.010>

Dalbert, C. (2001). *The justice motive as a personal resource: Dealing with challenges and critical life events*. Plenum.

Dalbert, C., & Donat, M. (2015). Belief in a Just World. In C. Dalbert & M. Donat (Eds.),

International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences (2nd ed., Vol. 2, pp. 487–492). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.24043-9>

Dalbert, C., Montada, L., & Schmitt, M. (1987). Glaube an eine gerechte Welt als Motiv: Validierungskorrelate zweier Skalen [The belief in a just world as a motive: Validity correlates of two scales]. *Psychologische Beiträge*. <https://doi.org/10.1007/BF01937162>

Faison, A. L., & Smalarz, L. (2021). PERCEPTIONS OF EXONEREES: A REVIEW OF THE PSYCHOLOGICAL SCIENCE. *Albany Law Review*, 83(3), 1021–1058.

Fisher, S. (1993). "Just the Facts, Ma'am: Lying and the Omission of Exculpatory Evidence in Police Reports. *New England Law Review*, 28, 1–62.
https://scholarship.law.bu.edu/faculty_scholarship/906

Fleckinger, A. (2020). The Dynamics of Secondary Victimization: When Social Workers Blame Mothers. *Research on Social Work Practice*, 30(5), 515–523.
<https://doi.org/10.1177/1049731519898525>

Furnham, A. (1991). Just World Beliefs in Twelve Societies. *The Journal of Social Psychology*, 133(3), 317–329.

Givelber, D. (2002). The adversary system and historical accuracy: Can we do better? In S. Westervelt & J. Humphrey (Eds.), *Wrongly convicted: Perspectives on failed justice* (pp. 253–268). Newark: Rutgers University Press.

Hafer, C. L. (2000). Do innocent victims threaten the belief in a just world? Evidence from a modified Stroop task. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(2), 165–173.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.79.2.165>

Hafer, C. L., & Bègue, L. (2005). Experimental Research on Just-World Theory: Problems, Developments, and Future Challenges. *Psychological Bulletin*, 131(1), 128–167.

<https://doi.org/10.1037/0033-2909.131.1.128>

Hafer, C. L., & Sutton, R. (2016). Belief in a Just World. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of Social Justice Theory and Research* (pp. 1–504). Springer New York.

<https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>

Heaven, P. C. L., & Connors, J. (1988). Personality, gender, and “just world” beliefs.

Australian Journal of Psychology, 40(3), 261–266.

<https://doi.org/10.1080/00049538808260047>

Kaiser, H. F. (1960). The Application of Electronic Computers to Factor Analysis.

Educational and Psychological Measurement, 20(1), 141–151.

<https://doi.org/10.1177/001316446002000116>

Kauzlarich, D., Matthews, R. A., & Miller, W. J. (2001). Toward a Victimology of State Crime. *Critical Criminology*, 10, 173–194.

Kukucka, J., & Evelo, A. J. (2019). Stigma against false confessors impacts post-exoneration financial compensation. *Behavioral Sciences and the Law*, 37(4), 372–387.

<https://doi.org/10.1002/bsl.2403>

Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion*. Springer.

https://doi.org/10.1007/978-1-4899-0448-5_2

Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). Observer’s reaction to the “innocent victim”:

Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4(2), 203–210.

<https://doi.org/10.1037/h0023562>

Miller, A., & Listhaug, O. (1999). Political performance and institutional trust. In P. Norris (Ed.), *Critical citizens: Global support for democratic government* (pp. 204–216).

Oxford University Press.

- Morselli, D., Spini, D., & Devos, T. (2012). Human values and trust in institutions across countries: A multilevel test of Schwartz's hypothesis of structural equivalence. *Survey Research Methods*, 6(1), 49–60. <https://doi.org/10.18148/srm/2012.v6i1.5090>
- Otto, K., Glaser, D., & Dalbert, C. (2009). Mental Health, Occupational Trust, and Quality of Working Life: Does Belief in a Just World Matter? *Journal of Applied Social Psychology*, 39(6), 1288–1315. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2009.00482.x>
- Pimentel, C. E., Gouveia, V., Diniz, P. K., Saenz, D. P., Santos, A. M. V., & Vieira, I. S. (2010). Evidências de validade de construto e precisão da escala geral do mundo justo. *Boletim de Psicologia*, 60(133), 167–180.
- Tavares, S. M., Pimentel, C. E., Paiva, T. T., & Pereira, C. R. (2022). Development and Validation of the Secondary Victimization Scale. *Psychological Reports*, 0(0), 003329412210926. <https://doi.org/10.1177/00332941221092652>
- Thompson, A. M., Molina, O. R., & Levett, L. M. (2011). After exoneration: An investigation of stigma and wrongfully convicted persons. *Albany Law School*, 75(3). <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein>
- Thompson, J. E., & Baumgartner, F. R. (2018). *An American Epidemic: Crimes of Wrongful Liberty*. Injustice Watch. <https://www.injusticewatch.org/commentary/2018/an-american-epidemic-crimes-of-wrongful-liberty/>
- Tyler, T. R. (2006). Psychological Perspectives on Legitimacy and Legitimation. *Annual Review of Psychology*, 57(1), 375–400. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.57.102904.190038>
- Weigand, H. (2009). Rebuilding a life: The wrongfully convicted and exonerated. *Public Interst Law Journal*, 18, 427–437. <https://www.bu.edu/pilj/files/2015/09/18->

2WeigandSymposium.pdf

Westervelt, S. D., & Cook, K. J. (2008). Coping With Innocence After Death Row. *Contexts*, 7(4), 32–37. <https://doi.org/10.1525/ctx.2008.7.4.32>

Westervelt, S. D., & Cook, K. J. (2010). Framing innocents: the wrongly convicted as victims of state harm. *Crime, Law and Social Change*, 53(3), 259–275. <https://doi.org/10.1007/s10611-009-9231-z>

Zalman, M., Larson, M. J., & Smith, B. (2012). Citizens' Attitudes Toward Wrongful Convictions. *Criminal Justice Review*, 37(1), 51–69. <https://doi.org/10.1177/0734016811428374>

Zhang, Z., & Zhang, J. (2015). Belief in a just world mediates the relationship between institutional trust and life satisfaction among the elderly in China. *Personality and Individual Differences*, 83, 164–169. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.04.015>

Discussão Geral da Tese

Todos os dias, muitas pessoas são presas de forma equivocada ao redor do mundo após serem condenadas por crimes que, na verdade, nunca cometeram (Faison & Smalarz, 2021; Kauzlarich et al., 2001). Mesmo quando a injustiça é descoberta e as pessoas são postas em liberdade, a sociedade não lida bem com elas. São vítimas de um sistema de Justiça que falhou e, como consequência, ficam estigmatizadas como ex-presidiárias, são discriminadas e, com frequência, não conseguem se reintegrar à sociedade (Clow et al., 2012). Mesmo apresentada com as evidências, parte da sociedade tenderá a enxergar estas pessoas como se elas fossem realmente culpadas pelo que lhes aconteceu, mesmo sendo inocentes. Quer dizer, entendem que talvez não tenham lutado o suficiente para provar sua liberdade, que talvez tenham mesmo feito alguma coisa por merecer a prisão. Esta é a ideia fundamental subjacente ao conceito de vitimização secundária.

Na presente tese, questionamos em que medida este comportamento de vitimização secundária da pessoa inocentemente presa decorreria da Crença no Mundo Justo e a necessidade de manter essa crença. Para proteger a visão de que o mundo é um lugar justo onde nós merecemos o que recebemos na vida, e, conseqüentemente, proteger também a nossa própria integridade psicológica, as pessoas culpabilizam, evitam ou minimizam o sofrimento de uma vítima de injustiça, frequentemente percebendo-a como culpada e socialmente indesejável (Correia, 2003). Nós, então, questionamos se o fenômeno de revitimizar uma pessoa injustamente presa decorreria da CMJ das pessoas. No entanto, sendo as vítimas das prisões injustas objeto de uma injustiça cometida por instituições importantes e centrais de nossa sociedade, perguntamos se o fenômeno decorreria também da confiança nas instituições, pois prevemos que a confiança institucional teria uma função importante na legitimação das próprias instituições e de suas ações.

Para responder ao nosso problema de pesquisa, propusemos a tese de que a CMJ prediz a vitimização secundária de vítimas de prisões injustas e que a confiança das pessoas nas instituições medeia este processo. Acreditávamos, também, que o fenômeno ocorreria apenas em situação em que a injustiça não havia ainda sido cessada, pois assim estaríamos numa situação de ameaça à CMJ. Nós desenvolvemos a tese ao longo de três artigos que descreveram os resultados que obtivemos em cinco estudos.

No primeiro artigo, focamos um dos aspectos dessa relação. Investigamos o nível de confiança nas instituições e a relação deste com o perfil socioeconômico dos participantes e exploramos se os níveis de confiança variaram de um ano para outro. Este estudo foi importante, primeiramente, porque nos revelou como as pessoas organizam as diversas instituições sociais apresentadas, e nós descobrimos mais tarde que isso é feito de modo muito semelhante também em outro contexto cultural onde a democracia está melhor consolidada, com os mesmos grupos institucionais identificados já nos nossos primeiros estudos. Além disso, descobrimos um baixo nível geral de confiança nas instituições, sobretudo nas instituições políticas, e diferenças claras no perfil das pessoas que confiavam nos diferentes grupos de instituições. Verificamos também que, de um ano para outro, mudando o contexto sociopolítico (mudança no perfil da presidência), houve modificação no nível de confiança institucional. As instituições de Coerção Social ganharam confiança após a chegada do presidente Jair Bolsonaro ao poder, um dado que faz bastante sentido na medida em que este presidente tem uma ligação muito próxima com estas instituições e estas são um dos principais pilares de seu governo.

Conhecer o nível de confiança e suas variações foi importante, mas, para mostrar evidência empírica para a tese que propomos, precisávamos dar um passo a mais: analisar a relação entre a confiança institucional e a CMJ. No segundo artigo, mostramos que a CMJ está positivamente correlacionada com, e prediz significativamente, a confiança institucional.

Além disso, vimos que a CMJ interagiu com a renda e o posicionamento político dos participantes. Com isto, a CMJ predisse a confiança nas instituições em geral, nas instituições de Coerção Social e de Estado somente nos participantes que se posicionaram mais à esquerda do espectro político. A CMJ predisse a confiança nas instituições em geral e no Estado também apenas quando as pessoas tinham rendas mais baixas, e predisse negativamente a confiança nas instituições da sociedade civil quando as pessoas tinham rendas mais altas. Assim, de modo bastante interessante, verificamos que a CMJ predisse a confiança institucional naquelas pessoas que tradicionalmente têm menor confiança institucional, isto é, as pessoas pobres e as de esquerda. Isto nos lançou um alerta, já levantado pela literatura da área (e.g. Laurin et al., 2011), de que a CMJ poderia ter um papel de justificação ou legitimação do sistema.

Uma vez evidenciado que a CMJ tem relação com a confiança nas instituições e uma indicação de que esta relação poderia ter um papel ideológico, nós queríamos entender qual o efeito disso nas reações das pessoas a uma situação de injustiça. Queríamos investigar o que a CMJ e a confiança institucional, juntas, poderiam fazer em uma situação em que ambas fossem postas à prova, como num cenário de injustiça cometida por uma instituição. Neste sentido, partimos para a inclusão da nossa terceira variável, a vitimização secundária, de maneira a responder mais diretamente ao problema de pesquisa formulado nesta tese. Assim, no terceiro artigo, testamos a hipótese de que a CMJ prediz a vitimização secundária de vítimas de prisões injustas e que isso iria ocorrer por meio da confiança nas instituições. Fizemos isto em três estudos e obtivemos resultados consistentes com a nossa previsão na maioria das situações. Embora com um padrão diferente em todos os estudos, descobrimos que, de fato, a confiança nas instituições está associada à legitimação da injustiça cometida contra uma pessoa inocente. Isto variou: no Estudo 1, esse efeito ocorreu mais com quem confiava em um tipo de instituição e em relação a determinado tipo de vitimização do que no

Estudo 2 ou no Estudo 3, mas foi consistente e persistente o fato de que a mediação sempre ocorreu, até mesmo em cenários não-ameaçadores. Confiar nas instituições ajuda a revitimizar uma vítima – ajuda a legitimar uma injustiça. Ajuda não apenas a legitimar o erro, como prevíamos, mas, em alguns casos, até a deslegitimar a reparação deste erro, de certa maneira, na medida em que a vitimização secundária fruto da CMJ e da confiança institucional ocorreu também quando a vítima já estava solta.

A síntese desses resultados mostra um padrão consistente com o que tem apontado a literatura (Clow et al., 2012; Westervelt & Cook, 2010). Isto é, vítimas de prisões injustas, mesmo já tendo sido soltas, sofrem muito e são estigmatizadas por terem ido para a prisão. As vítimas soltas ainda nos ameaçam. Como referem Clow e Leach (2015) e Westervelt e Cook (2008), pode ser que a vítima seja entendida como terminantemente culpada simplesmente por já ter sido presa e isto pode estar relacionado com a legitimação das decisões institucionais. É possível que a vitimização secundária de uma vítima inocente, mesmo após ter sido libertada da prisão, seja uma expressão deste fenômeno. Nós não previmos que isto fosse ocorrer, mas, em talvez um caso mais extremo de manutenção da crença no mundo justo, é possível que, às vezes, a pessoa que foi vítima de uma injustiça e teve o erro revertido, quando solta, ameace ainda mais a CMJ porque isto revela que as decisões institucionais podem ser falhas. Reconhecer que a vítima não era nada culpada seria reconhecer que as instituições erraram. Como as pessoas são motivadas a proteger e a manter sua visão de mundo justo, e de instituições justas, ajustam a sua percepção da realidade de tal maneira que, em certas situações, parece ser psicologicamente mais fácil perceber uma vítima como culpada em vez de admitir a falibilidade das instituições. Logo, o cenário de soltura pode ser também ameaçador caso se acredite que a pessoa é mesmo culpada. É possível que a crença na culpa da vítima tenha perseverado a despeito da evidência em contrário.

Essa interpretação encontra ressonância nos achados de Ross e Anderson (1982), que descobriram que as nossas crenças podem “criar vida própria” e serem resistentes à mudança de tal maneira que sobrevivem ao descrédito das evidências que as originaram. Sua pesquisa revela que é difícil extinguir uma falsidade depois que a pessoa encontra uma fundamentação para ela. Esta perseverança da crença tem consequências sociais muito impactantes. Por exemplo, Lewandowsky e seus colegas (2005) mostraram que os estadunidenses que tinham aceitado informações falsas que a mídia havia divulgado sobre a Guerra do Iraque de 2003, as quais se encaixavam com suas suposições prévias sobre a guerra, tenderam a reter a crença e acreditar nas informações mesmo quando elas foram reconhecidas como falsas e retratadas. O que observamos neste estudo pode também ser um fenômeno de perseverança da crença solidificada de que uma pessoa presa é necessariamente culpada de alguma coisa, não importa o que digam as evidências em contrário. Sendo este o caso, a soltura é também ameaçadora porque a pessoa foi solidamente entendida como culpada.

Isto quer dizer que, fosse o cenário ameaçador ou não, a mediação realmente ocorreu em nossos estudos. Descobrimos, em geral, que a confiança sobretudo em instituições políticas e coercitivas estava associada à maior vitimização secundária das vítimas inocentes de injustiças cometidas pelas instituições. Confiar em instituições de Justiça, por outro lado, foi um caminho para a não vitimização. Isto pode significar que confiar na justiça não está ligado à manutenção do *status quo*, ao menos quando se coloca em saliência um caso particular de injustiça, enquanto confiar na Coerção Social e nas instituições políticas, sim. A confiança na Coerção Social e na Política legitimou a injustiça. A confiança na justiça a deslegitimou. Com isto, concluímos que a confiança em algumas instituições ajudou a legitimar a injustiça, e a confiança em outras instituições, em vez de apenas não influenciar no julgamento da injustiça, teve um papel ativo de ajudar a deslegitimá-la. O papel de confiar na Justiça neste caso foi, assim, benéfico. Este resultado é importante quando o colocamos

em perspectiva e analisamos o dado de que uma das principais razões que levam uma mulher vítima de violência doméstica a não denunciar o agressor é a falta de confiança no Judiciário e nas leis (APAMAGIS/IPESPE, 2021), evidenciando um efeito negativo de não se confiar na justiça. Aqui, trouxemos uma possibilidade benéfica do que acontece quando se confia.

Também foi interessante o achado de que, nos estudos realizados no Brasil, o papel da confiança nas instituições coercitivas parece ter se sobressaído mais do que no estudo na Inglaterra. No Brasil, confiar na Coerção Social parece estar mais ligado a uma reorganização da percepção sobre a realidade num sentido que parece contribuir para diminuir a dissonância cognitiva causada pela injustiça e manter a visão de mundo justo e, na Inglaterra, parece que confiar em instituições políticas exerceu mais este papel. Dito de outra maneira, confiar em maior grau em instituições coercitivas no Brasil teve maior efeito legitimador. Na Inglaterra, confiar nas instituições políticas é que assim o foi. Este resultado é preocupante porque a Coerção Social é um dos grupos de instituições mais confiados em nosso país. Não apenas é forte, como pode ter estado crescendo, como indicou o Estudo 1. Assim, encontramos evidências de que as consequências dessa confiança podem ser mais devastadoras.

Implicações Teóricas

Como um todo, esta tese possui diversas contribuições teóricas para o estudo da confiança institucional, da CMJ e da vitimização secundária. A começar, este trabalho amplia o estudo da confiança institucional dentro da Psicologia Social, mais especificamente no campo das percepções de justiça. Ademais, Dalbert (2001) e Otto et al. (2009) afirmam que uma das funções da CMJ é dotar os indivíduos de confiança. No entanto, com exceção do estudo de Zhang e Zhang (2015), desconhecemos estudos que tenham demonstrado que a confiança nas instituições também pode ser decorrente da CMJ. Os nossos estudos contribuem, assim, para superar esta lacuna ao verificar que a confiança institucional é predita pela CMJ dos participantes. Também demonstramos o papel ideológico da CMJ,

quando revelamos que ela prediz a confiança institucional em pessoas que normalmente não confiam nas instituições e que ela legitima injustiças institucionais ao rechaçar vítimas inocentes destas instituições. Assim, esta tese contribui para o avanço teórico dos próprios estudos sobre a vitimização secundária de pessoas presas injustamente na medida em que evidencia que nossa CMJ pode ser um antecedente causal para tanto. Mostramos, ainda, que a confiança institucional pode estar implicada na já solidamente demonstrada relação entre CMJ e vitimização secundária.

A tese possui, certamente, também implicações práticas: é preciso promover confiança nas instituições de nossa sociedade de modo a proteger a estabilidade do regime de governo democrático. No entanto, é preciso que se estimule o desenvolvimento de uma visão crítica perante estas instituições, pois confiar demais pode bloquear a percepção de necessidade de mudança (Cichocka et al., 2018) e/ou legitimar injustiças por elas cometidas.

Limitações e Direções Futuras

Apesar das importantes contribuições, esta tese possui algumas limitações. Em primeiro lugar, destacamos o fato de que as amostras, mesmo quando foram da população geral e mesmo fora do país, tinham um perfil mais ou menos específico: amostras de pessoas jovens, majoritariamente femininas e de pessoas com posicionamento autodeclarado como mais à esquerda no espectro político. Desta maneira, o tamanho e a representatividade das amostras não permitiram que testássemos nossas hipóteses em indivíduos mais diversos em termos de idade, gênero e até mesmo de classe social.

Outra fraqueza desta tese diz respeito ao fato de que os dois primeiros artigos relataram estudos correlacionais e, no caso do primeiro, não-longitudinal. O desenho correlacional do segundo estudo limita as conclusões que podem ser feitas sobre as relações causais entre crença no mundo justo e confiança institucional. Já o primeiro estudo, por ser não-longitudinal, impediu que os mesmos participantes tenham sido selecionados para

compor a amostra nos dois períodos estudados, o que inviabiliza a conclusão de que os diferentes momentos políticos é que realmente levaram à mudança no nível de confiança institucional para certos grupos. Por isso, estudos futuros devem ser capazes de fazer uso do método longitudinal para acompanhar o nível de confiança institucional nos mesmos participantes. Além disso, estudos experimentais permitirão tecer conclusões mais sólidas sobre as relações entre confiança institucional e crença no mundo justo.

Da mesma maneira que testamos como algumas inserções sociais, a saber, posicionamento político e classe social, moderam a relação entre CMJ e confiança institucional, é importante, em pesquisas futuras, incluir outras variáveis moderadoras neste modelo, como o autoritarismo de direita e orientação para a dominância social. E, assim como identificamos que a relação entre CMJ e confiança institucional é moderada pelo posicionamento político e classe social, consideramos importante que estudos futuros incluam estas variáveis no modelo que propomos nesta tese, ou seja, o modelo de que a confiança nas instituições é uma mediadora na relação entre a CMJ e a legitimação de injustiças. Deste modo, consegue-se descobrir quando e para quem isto funciona. Também especulamos que valores podem ser parte importante de nossas explicações, sobretudo a partir do momento em que comparamos culturas. Por isso, é interessante incluir alguma mensuração de valores humanos como moderadora deste modelo explicativo de vitimização secundária de pessoas injustamente presas.

Apesar dessas limitações, a nossa tese conseguiu lançar alguma luz sobre o fato de que muita confiança institucional pode ser prejudicial em nível societal. No entanto, não ficou claro precisamente em que medida, ou em que nível, confiar nas instituições é funcional ou disfuncional. Pensamos que a relação, possivelmente, seja não linear, e sim curvilínea. Quer dizer, é importante especificar se haveria e qual seria o ponto ótimo de confiança em que ela é positiva para a legitimidade e estabilidade democrática do sistema, e a partir de que

ponto se torna ruim, levando à legitimação de injustiças, uma vez que esta é a conclusão maior deste trabalho.

Conclusões

Considerando o quadro geral, a tese nos mostrou que uma pessoa injustamente presa pode ser sujeita a um processo de vitimização secundária além do que já sofreu com a injustiça original, passando a ser percebida como culpabilizada, ser evitada nas relações interpessoais ou ter seu sofrimento minimizado, especialmente quando ainda está sofrendo a injustiça. Mostramos que isso ocorre em decorrência da CMJ das pessoas, em um fenômeno que pode estar relacionado com uma percepção distorcida da realidade que ajuda a manter a crença no mundo justo como modo de reduzir a dissonância provocada pela informação de que uma pessoa inocente está pagando por um crime que sabidamente não cometeu. Este processo não é apenas motivacional, mas ideológico: como a injustiça foi cometida por instituições públicas, isto é, pelo sistema, as pessoas parecem mais facilmente agirem para defender o sistema e culpabilizar a vítima.

Desde o início do desenho desta tese, buscamos construir uma narrativa de forma a colocar em evidência que havia um papel ideológico subjacente à relação entre confiança institucional e crença no mundo justo. No primeiro artigo, mostramos que a confiança nas instituições flutua com os momentos políticos, possivelmente de forma a legitimar quem está no poder. No segundo artigo, mostramos que a relação entre confiança institucional e crença no mundo justo poderia ter a função de justificação e legitimação do sistema quando surge para fazer grupos desfavorecidos socialmente confiarem. Fechamos a tese com estudos mostrando que, de fato, a relação entre a CMJ e a confiança institucional pode ter caráter ideológico quando legitima o sistema ao revitimizar pessoas vítimas de erros destas instituições. Como mostraram Cichocka et al. (2018), a funcionalidade da confiança no

sistema pode ser um verdadeiro “U invertido”: pode ser benéfica até o ponto em que começa a ser prejudicial.

Referências

- APAMAGIS/IPESPE. (2021). *JUSBarômetroSP*. https://apamagis.com.br/wp-content/uploads/2022/08/RELATÓRIO-JUSBarômetroSP-Violência-contra-a-Mulher-21-Set-2021_-FINAL.pdf
- Cichočka, A., Górska, P., Jost, J. T., Sutton, R. M., & Bilewicz, M. (2018). What inverted u can do for your country: A curvilinear relationship between confidence in the social system and political engagement. *Journal of Personality and Social Psychology, 115*(5), 883–902. <https://doi.org/10.1037/pspp0000168>
- Clow, K. A., Leach, A.-M., & Ricciardelli, R. (2012). Conviction of the innocent: Lessons from psychological research. In B. L. Cutler (Ed.), *Conviction of the innocent: Lessons from psychological research*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/13085-000>
- Clow, K. A., & Leach, A. M. (2015). Stigma and wrongful conviction: all exonerees are not perceived equal. *Psychology, Crime and Law, 21*(2), 172–185. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2014.951645>
- Faison, A. L., & Smalarz, L. (2021). PERCEPTIONS OF EXONEREES: A REVIEW OF THE PSYCHOLOGICAL SCIENCE. *Albany Law Review, 83*(3), 1021–1058.
- Kauzlarich, D., Matthews, R. A., & Miller, W. J. (2001). Toward a Victimology of State Crime. *Critical Criminology, 10*, 173–194.
- Laurin, K., Fitzsimons, G. M., & Kay, A. C. (2011). Social disadvantage and the self-regulatory function of justice beliefs. *Journal of Personality and Social Psychology, 100*(1), 149–171. <https://doi.org/10.1037/a0021343>
- Ross, L., & Anderson, C. A. (1982). Shortcomings in the attribution process: On the origins and maintenance of erroneous social assessments. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky (Eds.), *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases*. New York:

Cambridge University Press.

Westervelt, S. D., & Cook, K. J. (2008). Coping With Innocence After Death Row. *Contexts*, 7(4), 32–37. <https://doi.org/10.1525/ctx.2008.7.4.32>

Westervelt, S. D., & Cook, K. J. (2010). Framing innocents: the wrongly convicted as victims of state harm. *Crime, Law and Social Change*, 53(3), 259–275. <https://doi.org/10.1007/s10611-009-9231-z>

ANEXOS



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Pós-graduação em Psicologia Social
Grupo de Pesquisa em Comportamento Político



Caros estudantes,

O Grupo de Estudo em Comportamento Político da UFPB está realizando uma pesquisa sobre percepção social, isto é, sobre como você percebe os eventos que ocorrem na sociedade e na vida das pessoas. Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo a algumas perguntas. Sua participação é voluntária, não é necessário se identificar e você poderá desistir a qualquer momento.

1. Qual é seu grau de confiança em cada uma das instituições a seguir?

Instituições	Nenhuma Confiança	Pouca Confiança	Moderada Confiança	Muita Confiança
Poder Executivo	1	2	3	4
Poder Legislativo	1	2	3	4
Poder Judiciário	1	2	3	4
Polícia Federal	1	2	3	4
Polícia Militar	1	2	3	4
Forças Armadas	1	2	3	4
Empresariado	1	2	3	4
Mídia Televisiva e Rádio	1	2	3	4
Jornais e Revistas	1	2	3	4
Mídia Digital	1	2	3	4
ONGs de Direitos Humanos	1	2	3	4
Sindicatos	1	2	3	4
Grêmios e Movimentos Estudantis	1	2	3	4

2. Em que medida você concorda com os ditados populares a seguir?

	Discordo muito	Discordo	Indeciso	Concordo	Concordo muito
Quem com ferro fere, com ferro será ferido	1	2	3	4	5
Quem semeia ventos, colhe tempestade	1	2	3	4	5
Depois da tormenta, vem bonança	1	2	3	4	5
A justiça da vida tarda, mas não falha	1	2	3	4	5
Quem boa cama fizer nela se deitará	1	2	3	4	5
Recebe-se o frio conforme o cobertor	1	2	3	4	5
Quem espera sempre alcança	1	2	3	4	5
O mundo é um lugar justo	1	2	3	4	5

Questionário sociodemográfico

Qual é a sua orientação política?

- Extrema esquerda
 Esquerda
 Centro
 Direita
 Extrema direita

Qual é a sua religião?

Espírita (); Evangélica (); Afro-brasileira (); Católica (); Sem Religião (); Outra ()

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Curso _____

Período: _____

Renda familiar mensal:

- Menos de 1 salário mínimo 1 salário mínimo 1 – 3 salários mínimos
 3 – 5 salários mínimos 5 – 10 salários mínimos 10 – 15 salários mínimos
 Mais de 15 salários mínimos

Muito obrigada pela sua contribuição!

Questionário Artigo 3 – Estudo 1

Default Question Block

Caro(a) participante,

Estamos realizando uma pesquisa sobre percepção social, isto é, sobre como você percebe os eventos que ocorrem na sociedade e na vida das pessoas. Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo a algumas perguntas. Sua participação é voluntária, não é necessário se identificar e você poderá desistir a qualquer momento.

Antes de começar, precisamos do seu consentimento em participar da pesquisa. Caso concorde, por favor, clique em "sim" na pergunta abaixo e, em seguida, clique na seta no canto direito da tela para iniciar.

Pedimos que, por favor, responda a todas as perguntas da forma mais sincera possível. Ressaltamos que não existem respostas certas ou erradas, são somente a sua opinião.

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Aceita participar da pesquisa?

Sim

Não

Escalas CMJ e CI

Primeira Parte

1. Por favor, indique o quanto você concorda com cada um destes ditados populares:

	1. Discordo muito	2. Discordo	3. Indeciso	4. Concordo	5. Concordo muito
1. Quem com ferro fere, com ferro será ferido.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Quem semeia ventos, colhe tempestade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Depois da tormenta, vem a bonança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	1. Discordo muito	2. Discordo	3. Indeciso	4. Concordo	5. Concordo muito
4. A justiça da vida tarda, mas não falha.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Quem boa cama fizer, nela se deitará.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Recebe-se o frio conforme o cobertor.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Quem espera sempre alcança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Aqui se faz, aqui se paga.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Cada um colhe o que planta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2. Agora, indique o quanto você concorda com cada uma destas afirmações:

	1. Discordo totalmente	2. Discordo muito	3. Discordo	4. Concordo	5. Concordo muito	6. Concordo totalmente
1. Penso que o mundo é basicamente um lugar justo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Acredito que, em geral, as pessoas adquirem o que elas realmente merecem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Tenho certeza de que a justiça sempre prevalece sobre a injustiça.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Estou convencido de que, em longo prazo, as pessoas serão recompensadas pelas injustiças.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Eu estou certo de que as injustiças em todas as áreas da vida (p.ex.: profissional, familiar, política) são exceções à regra.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Eu penso que as pessoas tentam ser justas quando tomam decisões importantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. O quanto você confia em cada uma das instituições a seguir?

	1. Nenhuma confiança	2. Pouca confiança	3. Moderada confiança	4. Muita confiança
Tribunais de Justiça	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associações de moradores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grêmios e Movimentos estudantis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder Legislativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Polícia Militar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Polícia Federal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governo federal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornais e revistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Partidos políticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Empresariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Forças Armadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Câmara dos deputados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Movimentos sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder Executivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ONGs de Direitos Humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redes de televisão e rádio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder Judiciário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sindicatos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governo municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Polícia Civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governo estadual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Igrejas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mídias digitais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Senado Federal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ministério Público				

Condição Controle

Segunda Parte

Vamos apresentar uma notícia publicada na página de um jornal de grande circulação. Pedimos que leia a notícia com atenção.

Homem é solto após dois anos de prisão por assassinato que não ocorreu



09/06/2020 - 09h45 - Atualizado em 09/06/2020 - 20h00

Polícia descobriu que suposto morto foi preso cinco meses após o assassinato.

Isaías Gomes, 40 anos, é uma pessoa genuinamente boa segundo todas as pessoas que lhe conhecem. Ele acredita na dignidade inerente e no valor de todos os seres humanos. As suas ações são guiadas pelo espírito de curiosidade, entusiasmo, amor, bondade, trabalho em equipe, perdão e gratidão. Os últimos acontecimentos em sua vida refletem bem a boa pessoa que é. Ele foi condenado a mais de 24 anos de prisão por causa de um assassinato que nunca aconteceu. Sobre o dia que chegou à penitenciária da Papuda-DF, onde cumpriu pena, declara: "Eu me senti chegando no inferno. Se existe inferno, ali é um".

Isaías foi acusado de sequestrar, extorquir e matar José Carlos dos Santos, 42 anos. Em 8 de fevereiro de 2016, um corpo reconhecido como de José Carlos foi encontrado carbonizado e com sinais de tiros. Um mês depois, Isaías foi chamado à Delegacia de Homicídios, no Departamento de Polícia Especializada para depor. Dois anos mais tarde, após processo judicial o qual lhe assegurou direito pleno à ampla defesa, a análises das provas materiais (exames de DNA, balísticas) e testemunhais, Isaías foi condenado e preso pela morte de José Carlos.

Em novembro de 2019, contudo, um novo fato trouxe novos contornos ao caso. Surgiram evidências de que o cadáver encontrado não era o de José Carlos. A polícia então retomou as investigações e descobriu que o suposto morto ainda estava vivo, pois havia sido preso em São Paulo cinco meses depois do tal assassinato. "Eu tinha quase certeza que ele estava vivo porque eu não matei o cara", diz Isaías. Está evidenciado, portanto, que Isaías é inocente e estava, há mais de dois anos, pagando por um crime que nunca existiu.

Na tarde de ontem, desembargadores do Tribunal de Justiça se debruçaram sobre o processo e, diante da presença da prova de vida de José Carlos, não tiveram dúvidas sobre a situação. "Ocorreu um erro judicial lastimável", afirmou um dos desembargadores responsáveis pelo julgamento do caso. Nunca houve o homicídio e Isaías foi posto em liberdade. Agora, afirma que só quer aproveitar a vida ao lado da família e recuperar o tempo perdido. A situação de Isaías nos lembra que o destino sempre reserva um belo arco-íris depois da tempestade.

1. Por favor, indique o quanto você concorda com cada uma destas afirmações e questões sobre o caso da notícia apresentada:

	1. Discordo muito	2. Discordo	3. Concordo	4. Concordo muito
1. Isaías fez por merecer o que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Isaías é o principal responsável pelo que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Isaías tem uma parcela de culpa pelo que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Se fosse possível, gostaria de ir à polícia depor a favor de Isaías.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Gostaria de acompanhar Isaías nas audiências judiciais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Gostaria de conhecer pessoalmente Isaías.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Isaías tem sofrido muito com as consequências dessa situação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. A situação de Isaías é muito dolorosa para ele.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Isaías está se aproveitando da situação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Condição 2

Segunda Parte

Vamos apresentar uma notícia publicada na página de um jornal de grande circulação. Pedimos que leia a notícia com atenção.

Homem permanece preso por assassinato que não ocorreu



09/06/2020 - 09h45 - Atualizado em 09/06/2020 - 20h00

Polícia descobriu que suposto morto foi preso cinco meses após o assassinato.

Isaías Gomes, 40 anos, é uma pessoa genuinamente boa segundo todas as pessoas que lhe conhecem. Ele acredita na dignidade inerente e no valor de todos os seres humanos. As suas ações são guiadas pelo espírito de curiosidade, entusiasmo, amor, bondade, trabalho em equipe, perdão e gratidão. Porém, os últimos acontecimentos em sua vida não refletem a boa pessoa que é. Ele está preso há mais de dois anos em Brasília por ter sido condenado a mais de 24 anos de prisão por causa de um assassinato que nunca aconteceu. Sobre sua chegada à penitenciária da Papuda-DF, onde cumpriu pena, declarou: "Eu me senti chegando no inferno. Se existe inferno, aqui é um".

Isaías foi acusado de sequestrar, extorquir e matar José Carlos dos Santos, 42 anos. Em 8 de fevereiro de 2016, um corpo reconhecido como de José Carlos foi encontrado carbonizado e com sinais de tiros. Um mês depois, Isaías foi chamado à Delegacia de Homicídios, no Departamento de Polícia Especializada, para depor. Dois anos mais tarde, após processo judicial o qual lhe assegurou o direito pleno à ampla defesa, a análises das provas materiais (exames de DNA, balísticas) e testemunhais, Isaías foi condenado e preso pela morte de José Carlos.

Em novembro de 2019, contudo, um novo fato trouxe novos contornos ao caso. Surgiram evidências de que o cadáver encontrado não era o de José Carlos. A polícia então retomou as investigações e descobriu que o suposto morto ainda estava vivo, pois havia sido preso em São Paulo cinco meses depois do tal assassinato. "Eu tinha quase certeza que ele estava vivo porque eu não matei o cara", diz Isaías. Está evidenciado, portanto, que Isaías é inocente e está, há mais de dois anos, pagando por um crime que nunca existiu.

Na tarde de ontem, desembargadores do Tribunal de Justiça se debruçaram sobre o processo e, mesmo diante da presença da prova de vida de José Carlos, ainda têm dúvidas sobre a situação. "Poderá ter ocorrido um erro judicial lastimável", afirmou um dos desembargadores responsáveis pelo julgamento do caso. Nunca houve o homicídio, porém Isaías continua preso até a conclusão final do devido processo legal, o qual poderá durar mais de 10 anos para uma decisão definitiva. Sobre o tempo que está passando na prisão, afirma que "Não tem como reverter, vai ficar pra sempre. Um pedaço da minha vida está sendo jogado fora". A situação de Isaías nos lembra que não temos controle sobre nosso destino, que sempre reserva um "belo coice para depois da queda".

1. Por favor, indique o quanto você concorda com cada uma destas afirmações e questões sobre o caso da notícia apresentada:

	1. Discordo muito	2. Discordo	3. Concordo	4. Concordo muito
1. Isaías fez por merecer o que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Isaías é o principal responsável pelo que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Isaías tem uma parcela de culpa pelo que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Se fosse possível, gostaria de ir à polícia depor a favor de Isaías.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Gostaria de acompanhar Isaías nas audiências judiciais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Gostaria de dar abrigo a Isaías até que a situação fosse resolvida.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Isaías tem sofrido muito com as consequências dessa situação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. A situação de Isaías é muito dolorosa para ele.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Isaías está se aproveitando da situação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Geral

Para finalizar, precisamos saber um pouco sobre você.

1. Qual é a sua idade? (Digite apenas os números)

2. De que gênero você é?

- Feminino
- Masculino
- Outro

3. Até que grau você estudou?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

4. Qual é a renda mensal de sua família?

- Até mil reais
- Até dois mil reais
- Até três mil reais
- Até quatro mil reais
- Até cinco mil reais
- Até seis mil reais
- Até sete mil reais
- Até oito mil reais

- Até nove mil reais
- Até dez mil reais
- Acima de dez mil reais

5. Qual é a sua orientação política?

Extrema
esquerda

Esquerda

Centro Direita

Extrema direita

6. Qual é a sua religião?

- Espírita
- Evangélica
- Afro-brasileira
- Católica
- Outra
- Não tenho religião

7. Qual é o seu grau de religiosidade?

	Nada religioso (a)	Pouco religioso (a)	Moderadamente religioso (a)	Muito religioso (a)
Grau de religiosidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. De que estado você é?

- Acre (AC)
- Alagoas (AL)
- Amapá (AP)

Amazonas (AM)

Bahia (BA)

- Ceará (CE)
- Distrito Federal (DF)
- Espírito Santo (ES)
- Goiás (GO)
- Maranhão (MA)
- Mato Grosso (MT)
- Mato Grosso do Sul (MS)
- Minas Gerais (MG)
- Pará (PA)
- Paraíba (PB)
- Paraná (PR)
- Pernambuco (PE)
- Piauí (PI)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Rio Grande do Norte (RN)
- Rio Grande do Sul (RS)
- Rondônia (RO)
- Roraima (RR)
- Santa Catarina (SC)
- São Paulo (SP)
- Sergipe (SE)
- Tocantins (TO)

9. Por fim, por favor, indique qual foi a notícia que você leu:

- Homem preso por assassinato é solto depois de vítima aparecer viva
- Homem preso por assassinato continua preso mesmo depois de vítima aparecer viva

Você participou de um experimento social e a notícia que você leu era, na verdade, fictícia. Sua contribuição para a nossa pesquisa foi fundamental.

Caso tenha alguma dúvida, por favor, pode enviá-la para este email:
pesquisapercepcaosocial@gmail.com

Muito obrigado por responder a pesquisa.

Questionário Artigo 3 – Estudo 2

Default Question Block

Caro(a) participante,

Estamos realizando uma pesquisa sobre percepção social, isto é, sobre como você percebe os eventos que ocorrem na sociedade e na vida das pessoas. Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo a algumas perguntas. Sua participação é voluntária, não é necessário se identificar e você poderá desistir a qualquer momento.

Antes de começar, precisamos do seu consentimento em participar da pesquisa. Caso concorde, por favor, clique em "sim" na pergunta abaixo e, em seguida, clique na seta no canto direito da tela para iniciar.

Pedimos que, por favor, responda a todas as perguntas da forma mais sincera possível. Ressaltamos que não existem respostas certas ou erradas, são somente a sua opinião.

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Aceita participar da pesquisa?

Sim

Não

Escalas CMJ e CI

Primeira Parte

1. Por favor, indique o quanto você concorda com cada um destes ditados populares:

	1. Discordo muito	2. Discordo	3. Indeciso	4. Concordo	5. Concordo muito
1. Quem com ferro fere, com ferro será ferido.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Quem semeia ventos, colhe tempestade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Depois da tormenta, vem a bonança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	1. Discordo muito	2. Discordo	3. Indeciso	4. Concordo	5. Concordo muito
4. A justiça da vida tarda, mas não falha.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Quem boa cama fizer, nela se deitará.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Recebe-se o frio conforme o cobertor.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Quem espera sempre alcança.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Aqui se faz, aqui se paga.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Cada um colhe o que planta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

seguir?

2. Agora, indique o quanto você concorda com cada uma destas afirmações:

	1. Discordo totalmente	2. Discordo muito	3. Discordo	4. Concordo	5. Concordo muito	6. Concordo totalmente
1. Penso que o mundo é basicamente um lugar justo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Acredito que, em geral, as pessoas adquirem o que elas realmente merecem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Tenho certeza de que a justiça sempre prevalece sobre a injustiça.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Estou convencido de que, em longo prazo, as pessoas serão recompensadas pelas injustiças.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Eu estou certo de que as injustiças em todas as áreas da vida (p.ex.: profissional, familiar, política) são exceções à regra.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Eu penso que as pessoas tentam ser justas quando tomam decisões importantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. O quanto você confia em cada uma das instituições a

	1. Nenhuma confiança	2. Pouca confiança	3. Moderada confiança	4. Muita confiança
Tribunais de Justiça	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associações de moradores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grêmios e Movimentos estudantis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder Legislativo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Polícia Militar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Polícia Federal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governo federal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornais e revistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Partidos políticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Empresariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Forças Armadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Câmara dos deputados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Movimentos sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder Executivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ONGs de Direitos Humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redes de televisão e rádio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poder Judiciário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sindicatos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governo municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Polícia Civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governo estadual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Igrejas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mídias digitais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Senado Federal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ministério Público	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Condição Controle

Segunda Parte

Vamos apresentar uma notícia publicada na página de um jornal de grande circulação. Pedimos que leia a notícia com atenção.

Homem é solto após dois anos de prisão por assassinato que não ocorreu



09/06/2020 - 09h45 - Atualizado em 09/06/2020 - 20h00

Polícia descobriu que suposto morto foi preso cinco meses após o assassinato.

Isaías Gomes, 40 anos, é uma pessoa genuinamente boa segundo todas as pessoas que lhe conhecem. Ele acredita na dignidade inerente e no valor de todos os seres humanos. As suas ações são guiadas pelo espírito de curiosidade, entusiasmo, amor, bondade, trabalho em equipe, perdão e gratidão. Os últimos acontecimentos em sua vida refletem bem a boa pessoa que é. Ele foi condenado a mais de 24 anos de prisão por causa de um assassinato que nunca aconteceu. Sobre o dia que chegou à penitenciária da Papuda-DF, onde cumpriu pena, declara: "Eu me senti chegando no inferno. Se existe inferno, ali é um".

Isaías foi acusado de sequestrar, extorquir e matar José Carlos dos Santos, 42 anos. Em 8 de fevereiro de 2016, um corpo reconhecido como de José Carlos foi encontrado carbonizado e com sinais de tiros. Um mês depois, Isaías foi chamado à Delegacia de Homicídios, no Departamento de Polícia Especializada para depor. Dois anos mais tarde, após processo judicial o qual lhe assegurou direito pleno à ampla defesa, a análises das provas materiais (exames de DNA, balísticas) e testemunhais, Isaías foi condenado e preso pela morte de José Carlos.

Em novembro de 2019, contudo, um novo fato trouxe novos contornos ao caso. Surgiram evidências de que o cadáver encontrado não era o de José Carlos. A polícia então retomou as investigações e descobriu que o suposto morto ainda estava vivo, pois havia sido preso em São Paulo cinco meses depois do tal assassinato. "Eu tinha quase certeza que ele estava vivo porque eu não matei o cara", diz Isaías. Está evidenciado, portanto, que Isaías é inocente e estava, há mais de dois anos, pagando por um crime que nunca existiu.

Na tarde de ontem, desembargadores do Tribunal de Justiça se debruçaram sobre o processo e, diante da presença da prova de vida de José Carlos, não tiveram dúvidas sobre a situação. "Ocorreu um erro judicial lastimável", afirmou um dos desembargadores responsáveis pelo julgamento do caso. Nunca houve o homicídio e Isaías foi posto em liberdade. Agora, afirma que só quer aproveitar a vida ao lado da família e recuperar o tempo perdido. A situação de Isaías nos lembra que o destino sempre reserva um belo arco-íris depois da tempestade.

1. Por favor, indique o quanto você concorda com cada uma destas afirmações e questões sobre o caso da notícia apresentada:

	1. Discordo muito	2. Discordo	3. Concordo	4. Concordo muito
1. Isaías fez por merecer o que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Isaías é o principal responsável pelo que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Isaías tem uma parcela de culpa pelo que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Se fosse possível, gostaria de ir à polícia depor a favor de Isaías.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Gostaria de acompanhar Isaías nas audiências judiciais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Gostaria de conhecer pessoalmente Isaías.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Isaías tem sofrido muito com as consequências dessa situação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. A situação de Isaías é muito dolorosa para ele.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Isaías está se aproveitando da situação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Condição 2

Segunda Parte

Vamos apresentar uma notícia publicada na página de um jornal de grande circulação. Pedimos que leia a notícia com atenção.

Homem permanece preso por assassinato que não ocorreu



09/06/2020 - 09h45 - Atualizado em 09/06/2020 - 20h00

Polícia descobriu que suposto morto foi preso cinco meses após o assassinato.

Isaías Gomes, 40 anos, é uma pessoa genuinamente boa segundo todas as pessoas que lhe conhecem. Ele acredita na dignidade inerente e no valor de todos os seres humanos. As suas ações são guiadas pelo espírito de curiosidade, entusiasmo, amor, bondade, trabalho em equipe, perdão e gratidão. Porém, os últimos acontecimentos em sua vida não refletem a boa pessoa que é. Ele está preso há mais de dois anos em Brasília por ter sido condenado a mais de 24 anos de prisão por causa de um assassinato que nunca aconteceu. Sobre sua chegada à penitenciária da Papuda-DF, onde cumpriu pena, declarou: "Eu me senti chegando no inferno. Se existe inferno, aqui é um".

Isaías foi acusado de sequestrar, extorquir e matar José Carlos dos Santos, 42 anos. Em 8 de fevereiro de 2016, um corpo reconhecido como de José Carlos foi encontrado carbonizado e com sinais de tiros. Um mês depois, Isaías foi chamado à Delegacia de Homicídios, no Departamento de Polícia Especializada, para depor. Dois anos mais tarde, após processo judicial o qual lhe assegurou o direito pleno à ampla defesa, a análises das provas materiais (exames de DNA, balísticas) e testemunhais, Isaías foi condenado e preso pela morte de José Carlos.

Em novembro de 2019, contudo, um novo fato trouxe novos contornos ao caso. Surgiram evidências de que o cadáver encontrado não era o de José Carlos. A polícia então retomou as investigações e descobriu que o suposto morto ainda estava vivo, pois havia sido preso em São Paulo cinco meses depois do tal assassinato. "Eu tinha quase certeza que ele estava vivo porque eu não matei o cara", diz Isaías. Está evidenciado, portanto, que Isaías é inocente e está, há mais de dois anos, pagando por um crime que nunca existiu.

Na tarde de ontem, desembargadores do Tribunal de Justiça se debruçaram sobre o processo e, mesmo diante da presença da prova de vida de José Carlos, ainda têm dúvidas sobre a situação. "Poderá ter ocorrido um erro judicial lastimável", afirmou um dos desembargadores responsáveis pelo julgamento do caso. Nunca houve o homicídio, porém Isaías continua preso até a conclusão final do devido processo legal, o qual poderá durar mais de 10 anos para uma decisão definitiva. Sobre o tempo que está passando na prisão, afirma que "Não tem como reverter, vai ficar pra sempre. Um pedaço da minha vida está sendo jogado fora". A situação de Isaías nos lembra que não temos controle sobre nosso destino, que sempre reserva um "belo coice para depois da queda".

1. Por favor, indique o quanto você concorda com cada uma destas afirmações e questões sobre o caso da notícia apresentada:

	1. Discordo muito	2. Discordo	3. Concordo	4. Concordo muito
1. Isaías fez por merecer o que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Isaías é o principal responsável pelo que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Isaías tem uma parcela de culpa pelo que lhe aconteceu.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Se fosse possível, gostaria de ir à polícia depor a favor de Isaías.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Gostaria de acompanhar Isaías nas audiências judiciais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Gostaria de dar abrigo a Isaías até que a situação fosse resolvida.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Isaías tem sofrido muito com as consequências dessa situação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. A situação de Isaías é muito dolorosa para ele.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Isaías está se aproveitando da situação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Geral

Para finalizar, precisamos saber um pouco sobre você.

1. Qual é a sua idade? (Digite apenas os números)

2. De que gênero você é?

- Feminino
- Masculino
- Outro

3. Até que grau você estudou?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

4. Qual é a renda mensal de sua família?

- Até mil reais
- Até dois mil reais
- Até três mil reais
- Até quatro mil reais
- Até cinco mil reais
- Até seis mil reais
- Até sete mil reais
- Até oito mil reais

- Até nove mil reais
- Até dez mil reais
- Acima de dez mil reais

5. Qual é a sua orientação política?

Extrema
esquerda

Esquerda

Centro Direita

Extrema direita

6. Qual é a sua religião?

- Espírita
- Evangélica
- Afro-brasileira
- Católica
- Outra
- Não tenho religião

7. Qual é o seu grau de religiosidade?

	Nada religioso (a)	Pouco religioso (a)	Moderadamente religioso (a)	Muito religioso (a)
Grau de religiosidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. De que estado você é?

- Acre (AC)
- Alagoas (AL)
- Amapá (AP)

Amazonas (AM)

Bahia (BA)

- Ceará (CE)
- Distrito Federal (DF)
- Espírito Santo (ES)
- Goiás (GO)
- Maranhão (MA)
- Mato Grosso (MT)
- Mato Grosso do Sul (MS)
- Minas Gerais (MG)
- Pará (PA)
- Paraíba (PB)
- Paraná (PR)
- Pernambuco (PE)
- Piauí (PI)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Rio Grande do Norte (RN)
- Rio Grande do Sul (RS)
- Rondônia (RO)
- Roraima (RR)
- Santa Catarina (SC)
- São Paulo (SP)
- Sergipe (SE)
- Tocantins (TO)

9. Por fim, por favor, indique qual foi a notícia que você leu:

- Homem preso por assassinato é solto depois de vítima aparecer viva
- Homem preso por assassinato continua preso mesmo depois de vítima aparecer viva

Você participou de um experimento social e a notícia que você leu era, na verdade, fictícia. Sua contribuição para a nossa pesquisa foi fundamental.

Caso tenha alguma dúvida, por favor, pode enviá-la para este email:
pesquisapercepcaosocial@gmail.com

Muito obrigado por responder a pesquisa.

Questionário Artigo 3 – Estudo 3

Start of Block: Default Question Block

Default Question Block

Dear participant,

We are running a study on trust in political and social institutions. We would like you to participate by answering some questions. There are no right or wrong answers, they should be just your opinion.

We thank you in advance for your collaboration.

Who is organising this study?

This study is organised by the School of Psychology at the University of Kent. The researcher is Tatiana Leal (tc536@kent.ac.uk).

Is the study likely to cause any discomfort or anxiety?

We expect the survey to cause no greater harm than would typically be experienced in everyday life. We will not ask you about subjects that are likely to be sensitive (e.g., negative memories, sexual preferences).

What happens if I wish to end the study early?

You are free to leave the study at any point for any reason. No negative consequences or penalties will be incurred.

Who can take part?

People who are 18 years or older.

Are my responses anonymous?

All responses are fully anonymous and your answers are strictly confidential. No details will be disclosed from which your identity could be traced back.

What happens to the information I provide?

The results serve exclusively academic purposes. Information generated from this study may be published. In this case, only broad trends will be reported. A summary of the results will be available from the researcher on request.

Contacts for further information

Tatiana Leal (tc536@kent.ac.uk) and Robbie Sutton (r.sutton@kent.ac.uk).

If you wish to withdraw your data from this study, please contact the researchers.

If you have any serious concerns about the ethical conduct of this study, please inform the Chair of the Psychology Research Ethics Panel (psychethics@kent.ac.uk) in writing, providing a detailed account of your concern.



Consent Please confirm or disconfirm the following statements:

I understand that my participation is voluntary and that I am free to withdraw at any time without giving any reason (1)

I understand that my data will be treated confidentially and any publication resulting from this work will report only data that does not identify me. My anonymised responses, however, may be shared with other researchers or made available in online data repositories (2)

I have read and understand the information provided, and I freely consent to participate in this study (3)

InfoNews We are going to present you a piece of news published in a major newspaper. Please read it carefully.

End of Block: Default Question Block

Start of Block: Condition1

Page Break

GoodpersonReleased Tue 8 Jun 2021 09.45 GMT

Man is released after seven years in prison for wrongful conviction

Damien Thomas, from Hoxton, London, was convicted in 2014, at the age of 18, for the murder of Louis Isaacs, a 21-year-old chef, in 2013. The chef had come to the aid of a friend who was being attacked by a young man over a trivial perceived insult. His friend escaped, but the chef was killed with a stab wound to the head. Thomas was convicted of murder because of a witness statement identifying him being at the scene of the murder. The sentencing process established that Thomas is a person of good character who had no prior police record and previously volunteered as a children's sports coach and in homeless centres. Even so, he was sentenced to life with the recommendation of 12 years' imprisonment.

The witness was a young girl who changed her account several times. Thomas claimed that he was playing football with a friend at the time, and there was no forensic evidence to link him to the scene.

The authorities recently discovered that the Metropolitan Police did not carry out location site analyses of Thomas' phone. When these phone location records were examined for the first time, they showed that he was not at the murder scene. Presented with this evidence, the Court of Appeal overturned his conviction and Thomas could leave prison after seven years jailed. He says he now looks forward to enjoying life with his family and making up for lost time.

Page Break

End of Block: Condition1

Start of Block: Condition2

BadpersonReleased Tue 8 Jun 2021 09.45 GMT

Man is released after seven years in prison for wrongful conviction

Damien Thomas, from Hoxton, London, was convicted in 2014, at the age of 18, for the murder of Louis Isaacs, a 21-year-old chef, in 2013. The chef had come to the aid of a friend who was being attacked by a young man over a trivial perceived insult. His friend escaped, but the chef was killed with a stab wound to the head. Thomas was convicted of murder because of a witness statement identifying him being at the scene of the murder. The sentencing process established that Thomas is a person of bad character who had a prior police record and previously stole from children's sports teams and homeless centres. Even so, he was sentenced to life with the recommendation of 12 years' imprisonment.

The witness was a young girl who changed her account several times. Thomas claimed that he was playing football with a friend at the time, and there was no forensic evidence to link him to the scene.

The authorities recently discovered that the Metropolitan Police did not carry out location site analyses of Thomas' phone. When these phone location records were examined for the first time, they showed that he was not at the murder scene. Presented with this evidence, the Court of Appeal overturned his conviction and Thomas could leave prison after seven years jailed. He says he now looks forward to enjoying life with his family and making up for lost time.

Page Break

End of Block: Condition2

Start of Block: Condition3

GoodPersonNotRelease Tue 8 Jun 2021 09.45 GMT

Man who has already served seven years is held in prison despite wrongful conviction

Damien Thomas, from Hoxton, London, was convicted in 2014, at the age of 18, for the murder of Louis Isaacs, a 21-year-old chef, in 2013. The chef had come to the aid of a friend who was being attacked by a young man over a trivial perceived insult. His friend escaped, but the chef was killed with a stab wound to the head. Thomas was convicted of murder because of a witness statement identifying him being at the scene of the murder. The sentencing process established that Thomas is a person of good character who had no prior police record and previously volunteered as a children's sports coach and in homeless centres. Even so, he was sentenced to life with the recommendation of 12 years' imprisonment.

The witness was a young girl who changed her account several times. Thomas claimed that he was playing football with a friend at the time, and there was no forensic evidence to link him to the scene.

The authorities recently discovered that the Metropolitan Police did not carry out location site analyses of Thomas' phone. When these phone location records were examined for the first time, they showed that he was not at the murder scene. Despite the evidence, his conviction has not been overturned by the Court of Appeal. The Court claim ruled that it needed stronger evidence to quash the murder conviction.

Page Break

BadPersonNotReleased

Tue 8 Jun 2021 09.45 GMT

Man who has already served seven years is held in prison despite wrongful conviction

Damien Thomas, from Hoxton, London, was convicted in 2014, at the age of 18, for the murder of Louis Isaacs, a 21-year-old chef, in 2013. The chef had come to the aid of a friend who was being attacked by a young man over a trivial perceived insult. His friend escaped, but the chef was killed with a stab wound to the head. Thomas was convicted of murder because of a witness statement identifying him being at the scene of the murder. The sentencing process established that Thomas is a person of bad character who had a prior police record and previously stole from children's sports teams and homeless centres. Even so, he was sentenced to life with the recommendation of 12 years' imprisonment.

The witness was a young girl who changed her account several times. Thomas claimed that he was playing football with a friend at the time, and there was no forensic evidence to link him to the scene.

The authorities recently discovered that the Metropolitan Police did not carry out location site analyses of Thomas' phone. When these phone location records were examined for the first time, they showed that he was not at the murder scene. Despite the evidence, his conviction has not been overturned by the Court of Appeal. The Court claim ruled that it needed stronger evidence to quash the murder conviction.

End of Block: Condition4

Start of Block: General

InstTrust 1. Can you tell us to what extent you trust the following institutions?

	No trust (1)	Little trust (2)	Moderate trust (3)	Much trust (4)
The Monarchy (49)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cabinet (1)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Magistrates' Court (29)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
High Court (50)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Supreme Court (48)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
House of Commons (27)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
House of Lords (51)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Political parties (32)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
The Crown Prosecution Service (30)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Police (33)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Military police (34)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Army (36)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Big corporations (37)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Television and radio (38)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Newspapers and magazines (39)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Social networks (40)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Human Rights
NGOs (41)



Unions (42)



Student
Organizations
(43)



Social
Movements (44)



The Church (46)



Page Break

VictimisationScale 2. Please indicate how much you agree or disagree with each of these statements and questions about the case presented:

	Strongly disagree (1)	Disagree (2)	Agree (3)	Strongly agree (4)
Damien Thomas deserved what happened to him. (19)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Damien Thomas was mainly responsible for what happened to him. (20)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Damien Thomas was partially to blame for what happened to him, (21)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Damien Thomas deserved to be convicted. (1)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Damien Thomas was mainly responsible for being convicted. (10)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Damien Thomas was partially to blame for being convicted. (11)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
If possible, I would like to go to the police to testify in favor of Damien Thomas. (12)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
I would like to accompany Damien Thomas at court hearings. (13)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
I would like to give Damien Thomas shelter until the situation is resolved. (14)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Damien Thomas
has suffered a
lot from the
consequences of
this situation.
(15)

Damien Thomas'
situation is very
painful for him.
(16)

Damien Thomas
is taking
advantage of the
situation. (17)

Page Break

BJWScale_Dalbert 3. Please indicate how much you agree or disagree with each of these statements:

I believe that, by and large, I deserve what happens to me. (12)

I am usually treated fairly. (14)

I believe that I usually get what I deserve. (15)

Overall, events in my life are just. (17)

In my life, injustice is the exception rather than the rule. (18)

I believe that most of the things that happen in my life are fair. (22)

I think that important decisions that are made concerning me are usually just. (24)

Part2
Second part

InfoDemographics Finally, we need to know a little about you.

Page Break

Age How old are you?

18 34 51 67 84 100

Age ()



Page Break

What is your gender? What is your gender?

- Woman (1)
- Man (2)
- Other (3)

Page Break



Q18 Please read the instruction very carefully and answer the following question.

Think of the ladder below as representing where people stand in the United Kingdom.

At the top of the ladder are the people who are the best off - those who have the most money, the most education and the most respected jobs.

At the bottom are the people who are the worst off - who have the least money, least education, and the least respected jobs or no job.

The higher up you are on this ladder, the closer you are to the people at the very top; the lower you are, the closer you are to the people at the very bottom.

Where would you place yourself on this ladder?

*Q. Please **click** on the rung **where you think you stand** at this time in your life, relative to other people in the United Kingdom.*

(Please select only one rung before advancing)

	Off (1)	On (2)
1 (4)		
2 (5)		
3 (6)		
4 (7)		
5 (8)		
6 (9)		
7 (10)		
8 (11)		
9 (12)		
10 (13)		



Page Break

SES_S How would you rate your own social economic status? Please answer on the scale below from working class to upper class.

	Working class (1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	Upper class (7)
I consider myself to be: (1)	<input type="radio"/>						

Page Break

PoliticalOrientation How would you describe your political orientation on this scale?

- Extremely left wing (17)
- 19 (19)
- (20)
- (21)
- (22)
- Extremely right wing (24)

Page Break

Religion What is your religion?

- Catholic (1)
- Anglican (7)
- Protestant (8)
- Other Christian (9)
- Muslim (10)
- Hindu (11)
- Other (12)
- No religion (13)

Page Break

Religiosity What is your degree of religiosity?

	Non-religious (1)	Somewhat religious (2)	Religious (3)	Very religious (4)
Degree of religiosity (1)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Page Break

ValidationCheck Now, please indicate which piece of news you read:

- Good man is released after years in prison for a crime that did not occur (1)
- Good man remains in prison after a crime that did not occur (2)
- Bad man is released after years in prison for a crime that did not occur (4)
- Bad man remains in prison after a crime that did not occur (5)

Page Break

Thank you very much for participating in this study!

This study concerns of a social experiment and the news you read was, in fact, fictional. The aim of this study was to asses if having too much trust in institutions and a strong belief in a just world (i.e., the belief that people deserve what they get and get what they deserve) is related to the legitimisation of injustices, such as wrongful convictions of innocent people.

Should you have any questions or comments about the research, or would like to be furnished with a summary of its results, please contact the researchers, Tatiana Leal (tc536@kent.ac.uk) and Robbie Sutton (r.sutton@kent.ac.uk).

Many thanks once again for your participation.

If you have any serious ethical concerns or complaints, please inform the Chair of the Psychology Research Ethics Panel (psychethics@kent.ac.uk) in writing, giving a detailed account of your issue.

End of Block: General

Parecer Comitê de Ética – Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Confiança nas instituições e percepção de justiça em tempos de crise

Pesquisador: TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20142419.8.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.667.067

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa de Tatiana Cavalcante de Albuquerque Leal, sob a orientação do Prof. Dr. Leoncio Camino Rodriguez Larrain, do PPGPSocial, com e 250 participantes que serão abordados no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba e do Centro de Ciências Jurídicas, ambos do Campus I. A coleta de dados será presencial, em contexto de sala de aula, mas cada participante responderá ao (um questionário) instrumento individualmente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo deste projeto é identificar a relação existente entre confiança institucional e as percepções de justiça.

Objetivos Secundários:

Averiguar o nível de confiança nas instituições em geral dos participantes em tempos de crise político-institucional;

Verificar a ocorrência de efeitos da confiança nas instituições para a legitimação de injustiças por elas cometidas.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Continuação do Parecer: 3.667.067

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação nesta pesquisa não traz grandes complicações; talvez, apenas, algum constrangimento que algumas pessoas sentem quando estão fornecendo informações sobre si mesmas. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa seguem as normas estabelecidas pela Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, e não oferecem risco à sua integridade física, psíquica e moral. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

Benefícios:

Ao participar desta pesquisa, você não deverá ter nenhum benefício diretamente. Contudo, espera-se que a mesma forneça dados importantes para a compreensão do tema abordado, fomentando a realização de pesquisas futuras e contribuindo para o avanço científico.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa exequível.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE, CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), A PESQUISADORA RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETER EMENDA SOLICITANDO TAL(IS) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS TAMBÉM QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS PENDÊNCIAS ELENCADAS NO PARECER ANTERIOR,

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Continuação do Parecer: 3.667.067

DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE PESQUISA, DA FORMA COMO SE APRESENTA, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1417024.pdf	15/10/2019 13:15:57		Aceito
Outros	carta_resposta_pendencias_CEP.pdf	15/10/2019 13:14:37	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_final_com_sugestoes.pdf	15/10/2019 13:01:36	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA2.pdf	15/10/2019 12:18:57	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito
Outros	INSTRUMENTOS.pdf	27/08/2019 14:41:46	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	certidao_ppgps.pdf	27/08/2019 14:40:46	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_anuencia_ccj.pdf	27/08/2019 14:39:33	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_anuencia_cchla.pdf	27/08/2019 14:39:19	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.667.067

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento.pdf	27/08/2019 14:37:56	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	27/08/2019 14:37:21	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	27/08/2019 14:30:22	TATIANA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 29 de Outubro de 2019

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Parecer Comitê de Ética – Inglaterra

Application: #7654

Type: Basic application

Status: Approved

Overview (<https://psych-ethics.kent.ac.uk/application/view/7654>) | [Feedback \(https://psych-ethics.kent.ac.uk/application/feedback/7654\)](https://psych-ethics.kent.ac.uk/application/feedback/7654)

Title: The role of institutional trust in the relationship between Belief in a Just World and secondary victimisation of wrongfully convicted people

» Collapse tabs into a single page | » Print view (<https://psych-ethics.kent.ac.uk/application/view/7654?mode=print>)

Application details

Research checklist

Study & participant details

Ethics ID: **202216476046867654**

Expiry date: 18-03-2024

Covers multiple related studies that will use the same methods:

No.

Summary

Research has identified a relationship between just world beliefs and the secondary victimisation of different kinds of victims. However, as of yet, no research has tested the relationship between these beliefs and the victimisation of wrongfully convicted people. Besides that, as far as we know, no research has investigated the role of institutional trust in the relationship between just world beliefs and secondary victimisation either. Thus, this study investigates whether there are relationships between just world beliefs, institutional trust, and the secondary victimisation of victims of wrongful convictions. Precisely, we aim to test a novel hypothesis that the belief in a just world predicts the secondary victimisation of victims of wrongful convictions, and that the institutional trust mediates this relationship. It will be an experimental study using a piece of fictitious news, with a 2x2 design, and around 250 (ideally) participants from the UK, obtained through the Research Participation Scheme (RPS) from the School of Psychology. If we do not recruit sufficient sample from RPS, we will recruit volunteers from social media and/or Prolific. It is an online Qualtrics survey, estimated to take around 15 minutes, and it can be found here: https://kentpsych.eu.qualtrics.com/jfe/form/SV_3jDMom7KkNZw6KG

Full description of study methodology and procedures

In this online survey through Qualtrics, after giving informed consent, we will ask the participants to read a piece of news, and they will be randomly allocated to one of four conditions: the news about a good man that is/is not released after the acknowledgement of his wrongful conviction or the news about a bad man that is/is not released after the acknowledgement of his wrongful conviction. The newspaper article is based on a real case and it tells the story of a man sent to prison for allegedly having murdered another man after unreliable witness identification and the absence of forensic evidence. We manipulate both the character of the victim (whether the sentencing process established that he is a person of good or bad character) and the outcome of the case (whether he is released from prison or kept imprisoned after the authorities found out he was innocent).

Next, participants will be asked to answer a Likert scale about their trust in several institutions (for example Cabinet, Supreme Court, and Police) varying from 1 to 4, a secondary victimisation scale about attitudes towards the victim (example item: "Damien Thomas was mainly responsible for being convicted") and a scale that measures the belief in a just world by Dalbert et. al (1987) (example item: "I believe that, by and large, people get what they really deserve"). The agreement with the Court's final decision on the case and questions about how many years the participant thinks the victim should have been

sentenced to and how much money he should ask the State for compensation will be assessed with one item each.

After that, we will ask demographic questions (age, gender, social class, political orientation, religion, and degree of religiosity). We will include one manipulation check so participants will have to inform which news they read. Finally, participants will be debriefed and thanked for their participation.

Researcher details

Name: Tatiana Leal Cavalcanti-De-Albuquerque-Leal (tc536)

Reason for application: Other

Status: Visiting Scholar

Co-investigators

Robbie Sutton (*Internal*)

Supervisor

Robbie Sutton

Level of technical support anticipated:

No technical support required

Submitted agreement

The researcher should have confirmed all of the following before submitting their application. Any unticked boxes should result in a rejected application.



Clear descriptions of all tasks and the procedure have been added



Full versions of all questionnaires have been added (if your study does not include questionnaires, please tick this box anyway to proceed).



Final versions of participant information, consent and debrief forms have been added.



Supporting documents have been merged where possible into single files before uploading.

Supporting application files (1)

qualtrics-survey-tatiana2.pdf (<https://psych-ethics.kent.ac.uk/application/file/17967>)

Supporting application links (open in a new tab) (1)

https://kentpsych.eu.qualtrics.com/jfe/form/SV_3jDMom7KkNZw6KKG (Qualtrics Survey)

Artigo 2 Traduzido para Publicação (Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa)

Just World, Trust in Institutions and Socioeconomic and Political Moderations

Abstract

This study examines the role of Belief in a Just World (BJW) on citizens' trust in institutions. It tests whether institutional trust is related to BJW and whether this relationship depends on specific political and socioeconomic factors. A study of 381 university students aged 18 to 64 ($M = 22.4$; $SD = 6.25$) examined their level of BJW and institutional trust. Regression and moderation analyses revealed that BJW was related to institutional trust only among left-wing and low-income individuals. We believe this is because these individuals were more likely to need an ideology justifying the system to trust institutions. This phenomenon may blunt them in their search for structural social change because the system is now seen as fair.

Keywords: belief in a just world, institutional trust, political orientation, socioeconomic status.

Just World, Trust in Institutions and Socioeconomic and Political Moderations

Brazilian political and social institutions are the subject of widespread and persistent distrust among citizens, although certain institutions are trusted more than others (Russo, 2016). The Latinobarómetro (Corporación Latinobarómetro, 2018), for example, pointed out these differences despite the generally low levels of trust: While 73% of the population in Brazil trust the Church a lot or moderately, 58% trust the armed forces and 33% trust the police, only 7% trust the government and 6% trust political parties. It was also found that 33% of the population trusted the judiciary, and only 12% trusted the National Congress. In turn, the Datafolha Institute (2019) found that 22% of respondents have great trust in large national companies and 21% in the press. In the Lima et al. (2018) study, the family was the institution most trusted, with a score above the middle of the scale used. The results thus show a tendency to distrust the institutions that legitimise a democratic regime, and persistent distrust in institutions can be a problem for the stability of modern democracy.

Democratic governments cannot resort to coercion to the same extent as other regimes and, therefore, they need society's trust to be legitimate. People do not have confidence in the political system if it cannot increase or maintain social welfare and provide a perceived good quality of governance (Catterberg & Moreno, 2006). Thus, when the institutions of this system become inefficient in the face of social demands, engage in corruption or disregard rights, they generate distrust and discredit (Dalton, 1999; Levi, 1998; Miller & Listhaug, 1999; Tyler, 1998). Moreover, in a context of significant social inequality, such as in Latin American countries, the perception that political and economic systems benefit people differently can lead disadvantaged people not to trust them (Colen, 2010). As a result, institutions lose their legitimacy. Once delegitimised, they may later be perceived as dispensable or even harmful to society, opening the way for anti-democratic and authoritarian alternatives to solve social problems. Although structural variables, such as the quality of governance, are fundamental to understanding support for a system's institutions, individual-level

variables also explain them, mainly because they are related to structural variables in one way or another. Trust in political and social institutions varies according to people's political, economic and social differences, including schooling indicators, religious beliefs, political positioning and income. Thus, some people trust institutions more than others. In the Latin American context, for example, Ribeiro (2011) found that the ideological self-positioning of Argentines and Peruvians was related to political trust. The further to the right of the political left-right spectrum and the higher the income, the more people trusted democratic political institutions (parliament, political parties, the judiciary, public services and trade unions). Ramos et al. (2016) came to the same conclusion for Europeans. Therefore, in this study, we expect higher income and political positioning on the right to be related to trust in institutions.

Wealthier people may trust institutions even more if they live in a society with more significant income differences between individuals (Catterberg & Moreno, 2006). People with more socio-economic privilege are less likely to risk trusting institutions (Ramos et al., 2016) because these people are generally treated with dignity and favoured by institutions. On the other hand, people from the most disadvantaged backgrounds are generally not rewarded for trusting them. When social inequality is greater in a society, people from the highest strata are more likely to rely on the political establishment, such as it is and which has favoured them to maintain the status quo and keep their position in the social hierarchy intact. Right-wing and higher-income people are those who generally trust institutions the most to maintain the status quo (Lima et al., 2018; Ramos et al., 2016; Ribeiro, 2011). Suppose institutions must gain legitimacy across the board, not just those in the highest social strata. In that case, we wonder what can make lower-income people and leftists trust the institutions of a system that perpetuates social inequality as great as the Brazilian one. We ask this question in the context of the Belief in a Just World theory.

Belief in a Just World and Trust in Institutions

Some studies indicate a positive relationship between trust and social beliefs, such as the belief in a just world (Otto et al., 2009; Zuckerman & Gerbasi, 1977). Belief in a Just World (BJW), according to the theory developed by Melvin Lerner (1980), is the motivation for people to act, to a greater or lesser extent, as if they believed the world is a just place to live. Therefore, they believe that people get what they deserve and deserve what they get (Hafer & Bègue, 2005). BJW has important adaptive purposes that lead people to defend it in the face of threats and injustice (Dalbert, 2001). According to Otto et al. (2009), confronting an injustice either one experienced or observed happening to another person threatens one's belief that justice prevails in the world – the basis of BJW. Thus, when people with high levels of BJW experience injustices that cannot be resolved, they seek to restore justice – literally or figuratively. According to Dalbert (1999), this can be done by, among other things, playing down the offender's actions, perceiving them as unintentional, or downplaying the injustice itself. Thus, they reinterpret the situation as fair, acceptable or correct. Therefore, BJW has at least three adaptive functions: the function of giving individuals confidence, the function of processing injustice, and the function of protecting mental health (Dalbert, 2001; Otto et al., 2009). In this perspective, trust can be an expression of BJW. People with higher BJW tend to trust more because they are confident that others will act reasonably and that they will be treated reasonably by others (Hafer & Sutton, 2016). This relationship is not limited to the interpersonal level but extends to the societal level. In this sense, in addition to the correlation between BJW and general interpersonal trust, Correia and Vala (2004) and Zhang and Zhang (2015) also found that BJW correlates positively with trust in institutions. Thus, the more one endorses the belief that the world is a just place, the more one trusts social institutions. We believe that BJW is the predictor of trust in institutions in this relationship. However, BJW may not be related to institutional trust in all people because it has many individual determinants that seem to have a clear common goal. In general, people with a high BJW are more religious, authoritarian and more focused on a belief in

internal control than people with a low BJW (for a review, see Dalbert & Donat, 2015). More conservative political attitudes and right-wing ideologies are also associated with a higher BJW, as people who think this way tend to venerate high-status people and disparage low-status people, focus on order and control, and support the status quo (Hafer & Sutton, 2016). Therefore, dominant ideologies and positions are often associated with high BJW. However, the belief in a just world is not always so evident. For example, people from higher socioeconomic classes do not always have significantly higher BJW levels than people from lower classes.

The relationship between BJW and social and economic status is interesting. Some research in the United States has shown that African Americans, and other participants with low socioeconomic status, endorsed BJW more than White and wealthier participants (Hunt, 2000; Umberson, 1993). Similarly, in a survey of Brazilian students from different socioeconomic backgrounds, Thomas (2018) found that participants from disadvantaged groups perceived the world to be fair to a greater extent than the more privileged. People in vulnerable social contexts may see the system as less escapable. Consequently, they would be more likely to have a higher BJW to adapt and restore justice in a situation perceived as intractable or difficult to overcome.

System justification theorists already suggest that in certain circumstances, the people who suffer the most from a given situation are paradoxically the least likely to question, challenge, reject or change it (e.g. Jost et al., 2003). Henry and Saul (2006), therefore, tested whether even people in one of the poorest countries in the world, Bolivia, would support beliefs that justify the status quo. They found that low-status youth believed more than high-status youth in the effectiveness of government in responding to the needs of the people. These findings support theories that emphasise the maintenance of social stratification. One of the explanations is the reduction of cognitive dissonance (Jost et al., 2003) so that members of low-status groups can use cognitive strategies to deal with the dissonance created by the tension of contributing to the stability of a system that harms them.

Although BJW theory was initially developed to explain how people respond to situations of interpersonal injustice, there is empirical evidence from this perspective that it is related to the perceived legitimacy of social systems in certain situations (Martin & Cohn, 2004; Ng & Allen, 2005; Rubin & Peplau, 1975). BJW would be linked to system legitimacy because it would facilitate justice perceptions, even in systems that work against people's interests (Hafer & Sutton, 2016). Along these lines, other research (e.g. Silva et al., 2018) has found that adherence to BJW is related to legitimising differences in socio-economic status between groups, which encourages the expression of discriminatory behaviours towards the most disadvantaged. Furnham (1991) even showed that economic and social inequalities are seen as just in an unequal society where most people believe that the world is a just place to live. In this situation, people would believe that the poor have fewer resources because they earn less. In this sense, inequality is also legitimised to some extent by the BJW. In other words, the BJW is also a means of legitimising the social system. For some lower-class people, it would make them justify and consequently accept and conform to the way things are. To put it in the words of Lerner (1980), it is a fundamental delusion.

In this study, based on the correlates of institutional trust found in the literature (Ramos et al., 2016; Ribeiro, 2011 for a review), we assume that having higher income and being right wing are positively associated with trust in institutions. So how do people with lower incomes and left-wing affiliations trust institutions? We suggest that they do if they have a higher BJW. In other words, without the BJW, many of these people might not trust institutions because of the circumstances and structural conditions in which they live, such as the perception of the inability of the capitalist system to promote social well-being. However, if they promote beliefs that justify social systems that lead to the notion that the lack of well-being is due to individual responsibility, such as the BJW, they might trust institutions. This would be another way of showing that the BJW plays a role in justifying the system for low-income people. The problem with trusting institutions even when they act against

their interests, as Cichocka et al. (2018) note, is that too much institutional trust is associated with low political engagement because it can lead to a failure to perceive the need for social change. This can have significant concrete social consequences in societies like Brazil, where the welfare state is weak and ineffective in addressing social inequalities. So, if, on the one hand, trust in democratic political institutions is essential for the stability of the democratic regime, on the other hand, if the institutions are not effective, it can be detrimental to the search for social change as it legitimises them. This is particularly worrying when it occurs among people who need structural social change and who should seek it most, such as low-income people.

With this in mind, we wonder how institutions can gain people's trust, for whom institutions often do little to meet their needs. We ask whether BJW is associated with institutional trust and for which people this is the case. Understanding the role of individual differences in BJW and its relationship to trust in institutions is essential. It is crucial to know whether, as we suspect, specific individuals need this belief to trust institutions, which leads us to think about why they do. Suppose that only people in the poorest strata need a high BJW to trust institutions to a greater extent, especially government and public institutions. In this case, this could be an indication of the existence of a system-building role in this belief.

This question has not yet been adequately answered in the relevant literature. For this reason, the present study aims to analyse the relationship between BJW and trust, especially institutional trust, which is crucial for the system's legitimacy. We hypothesized that: (1) BJW correlates positively with institutional trust; (2) BJW, right-wing political orientation and higher family income correlate positively with trust in institutions, as these are variables that have been correlated with trust in the literature (Ramos et al., 2016; Ribeiro, 2011); and (3) left-wing political positioning and low family income moderate the relationship between BJW and trust in institutions, the core hypothesis of this study.

Method

Participants

The study participants were university students from a public university in Paraíba, Brazil. The sample included 381 participants aged between 18 and 64 years ($M=22.4$, $SD =6.25$). Table 1 contains the socio-demographic profile of the participants.

Instruments

We presented participants with a list of 17 Brazilian institutions of interest to the study: Executive, Legislative, Judicial, Political Parties, Federal Police, Military Police, Armed Forces, Businesses, Television and Radio, Newspapers and Magazines, Digital Media, Human Rights Organisations, Trade Unions, Student Associations and Movements, Popular Movements, Residents' Associations and Churches. The participant's task was to indicate their level of trust (none, low, medium and high) in each of these institutions. We used a five-item scale developed and validated by Linhares et al. (2022) to measure belief in a just world. The scale assesses the construct using popular sayings that reflect core BJW principles (e.g., "You reap what you sow "). Participants' responses ranged from 1 (strongly disagree) to 5 (strongly agree). We chose this scale because it measures BJW indirectly and has high internal consistency. In the present study, the internal consistency of the scale was high as it had an alpha of 0.81. We also included a socio-demographic questionnaire with questions on age, gender, major, religion, political-ideological orientation and family income.

Procedure

Data collection took place face-to-face in a classroom and each participant answered the instrument individually. We gave each participant a free and informed consent form that provided some information about the purpose of the study. This statement also guaranteed the voluntary nature and anonymity of participation. We complied with all ethical principles of the National Health Council Resolution 510/16 on research involving human subjects in the human and social sciences.

The Research Ethics Committee has approved the present study under the registration number 3.667.067.

Data analysis

We analysed the data using the statistical software SPSS - Statistical Package for Social Sciences version 23. We performed descriptive statistics, correlation, and Factor Analyses of the principal axes with varimax rotation and ANOVA (Analysis of Variance) for repeated measures. Finally, we performed regression and moderation analyses using PROCESS Macro for SPSS, version 3.5 (Hayes, 2018). Moderation was performed with Model 1, and the bootstrapping parameter used was 5,000 samples. The standard error chosen was that of the regression coefficients.

Results

Descriptive statistics (Table 2) show that participants tended to say they have little trust in most institutions. Most showed no or little trust in 12 out of 17 institutions. Non-governmental organisations were the institutions most trusted (80.2%), while political parties were the least trusted, with 92.9% of participants showing little or no trust in them.

To test the appropriateness of the measure of institutional trust in the present study, we conducted a factor analysis of the measure used, which yielded a KMO value of 0.82 and a significant Bartlett's Sphericity Test [$X^2(136) = 2381, 47; p < 0.001$]. The measure had a four-factor structure, and the explained variance was 61.54%, with eigenvalues of the extracted factors ranging from 1.01 to 3.98. The internal consistencies of the four generated factors varied between 0.63 and 0.83. In addition, we calculated a general trust index formed by reunifying all institutions in the measure, indicating the general tendency of participants to trust institutions. The internal consistency of the general trust was 0.78

The first factor that emerged from the factor analysis was called Civil Organisations. It includes civil society institutions such as NGOs, trade unions, student movements, popular movements and political parties. The second factor we called Social Coercion as it grouped the

Federal Police, Military Police, Armed Forces, Corporations and Churches. The third factor grouped TV and Radio, Newspapers and Magazines, and Digital Media, which is why we called it Media. Finally, the fourth factor organised trust in the institutions that make up the three branches of Brazilian's State - Executive, Legislative, and Judiciary - which is why we called it the State.

A repeated measures ANOVA showed that the means of the four types of trust were significantly different [$F(3, 1068) = 71.17; p < 0.001 \eta^2=0.167$]. Multiple comparisons showed that students relied significantly more on civil organisations than other factors ($p < 0.001$). Moreover, as shown in Table 3, reliance on the state factor had the lowest mean. Our first hypothesis was confirmed, which stated that BJW and trust in institutions would be positively correlated. The correlations presented (Table 3) confirm this hypothesis by showing that BJW is positively and significantly correlated with trust in social coercion, state institutions and the overall index of trust in institutions. This means that those who see the world as a just place to live are more likely to trust institutions, especially institutions of social coercion and the State. The second hypothesis states that BJW, a right-wing political orientation and higher household income positively predict trust in institutions. The multiple regressions of this predictive model showed (Table 4) that BJW significantly positively predicted trust in social coercion and the State. Political orientation, which we divided into left, centre and right, was operationalised into two dummy variables: D1 (which compared left with the centre) and D2 (which compared left with right). D2 significantly predicted trust in social coercion, thus leading to people from the right wing having more trust in coercive institutions than people from the left wing. Family income was also divided into two dummies: low income (up to three minimum wages) and high income (over three minimum wages). We found that income differences significantly predicted trust in the media and the State. Higher incomes led to greater trust in these institutions.

We found that a right-wing attitude and higher income are related to the tendency to trust institutions, especially state institutions and social coercion. In comparison, a left-wing attitude and lower income do not predict trust. Thus, the rightist and with higher incomes have more trust in institutions, while those on the left and with lower incomes do not. We hypothesised that people on the left wing and with lower incomes would have more trust in the BJW if they showed high approval of the BJW. To understand how people on the left and with lower income may trust institutions, we examined their moderating role in the relationship between BJW and institutional trust using PROCESS Macro for SPSS (Hayes, 2018), version 3.5. Although Table 4 shows that there is a significant interaction between BJW and income only for the State factor, we conducted moderation analyses to better explore how the political positioning (left vs right) and family income (low and medium/high) moderate this predictive relationship between BJW and trust in institutions. To do this, we used political positioning and income as moderators. For each analysis, we controlled for age and gender as covariates.

With respect to trust in civil organisations, we found a significant interaction between BJW and income ($b = -0.15$; $EP = 0.07$; $p = 0.042$), and the relationship between BJW and trust in these institutions occurred in a negative sense for high-income individuals ($b = -0.16$; $SE = 0.06$; $p = 0.006$), but not in a significant way for low-income individuals ($b = -0.001$; $SE = 0.04$; $p = 0.915$). This means that a higher BJW was associated with the tendency of higher-income individuals to trust less the institutions that form the arc of civil organisations, such as social movements, trade unions and NGOs. When we looked at the participant's political positions, we found that this variable did not significantly affect the relationship between BJW and trust in civic organisations. Thus, the relationship did not depend on whether the participant belonged to the left or the right.

In predicting social coercion, we found that there was a non-significant interaction between BJW and D2 ($b = -0.15$; $EP = 0.11$; $p = 0.163$), but when we decompose the relationship between BJW and trust in social coercion, we see that the relationship is significant only for people on the

left-wing ($b = 0.30$; $EP = 0.04$; $p < 0.001$) and not for people on the right-wing ($b = 0.15$; $EP = 0.10$; $p = 0.155$). Thus, for people on the left to have more trust in coercive institutions, they had to have a high BJW. The relationship between BJW and trust in social coercion was significant for both income levels. That is, the relationship was independent of the participants' income.

The relationship between the BJW and trust in the group that gathers media institutions was not moderated by either the participants' income or political position, as the interactions were nonsignificant ($p > 0.05$). As for trust in the State, although the results showed no significant interaction between BJW and D2 ($b = -0.10$; $EP = 0.10$; $p = 0.339$), the decomposition of the interaction showed that the relationship was significant only for those on the left-wing ($b = 0.14$; $EP = 0.03$; $p < 0.001$) and not for those on the right-wing ($b = 0.03$; $EP = 0.10$; $p = 0.701$). The BJW was thus associated with the leftists' tendency to trust state institutions but not those on the right wing. Thus, when rightists trusted the state, this was independent of their BJW, but leftists needed the BJW to trust. In addition, there was a marginally significant interaction between BJW and income ($b = -0.13$; $EP = 0.07$; $p = 0.052$) for trust in state institutions, such that the relationship between BJW and this trust occurred only among people with low incomes ($b = 0.21$; $SE = 0.04$; $p < 0.001$), but not among those with higher incomes ($b = 0.07$; $SE = 0.05$; $p = 0.147$). This means that in order to trust state institutions, low-income people and leftists need to hold more to the belief that the world is a place where justice prevails.

Finally, for the relationship between BJW and the overall confidence index, we found that there was a non-significant interaction between BJW and D2 ($b = -0.11$; $EP = 0.08$; $p = 0.146$). However, decomposition of the interaction showed that the relationship between BJW and general trust in institutions was significant only for left-wing people ($b = 0.12$; $EP = 0.02$; $p < 0.001$) and not for right-wing people ($b = 0.004$; $EP = 0.08$; $p = 0.956$). In this sense, people on the left must have a high BJW to trust institutions. Moreover, the interaction between BJW and income was significant ($b = -0.11$; $EP = 0.04$; $p = 0.019$) in explaining general trust. Thus, the relationship between BJW and

general institutional trust occurred significantly only among lower-income individuals ($b = 0.16$; $EP = 0.03$; $p < 0.001$), but not among higher-income individuals ($b = 0.04$; $EP = 0.05$; $p = 0.251$). In other words, BJW was positively associated with overall trust in institutions among people with lower incomes but not among people with higher incomes who could trust institutions regardless. We have thus confirmed the occurrence of the third hypothesis of the study.

Discussion

This study examined the moderating role of income and political positioning variables in the relationship between belief in a just world and trust in institutions. The results showed, on the one hand, that the level of trust in most institutions was low, especially in those associated with the system of representative democracy, such as the legislature and political parties. On the other hand, average trust in institutions such as the armed forces was significantly higher than in democratic political institutions. This is a fact that, although repeated in research on institutional trust in Brazil (Corporación Latinobarómetro, 2018; Datafolha, 2019), is nevertheless worrying because it may pose a threat to the stability of the democratic regime, especially in times of crisis and the strengthening of anti-democratic speech.

Overall, the study also found that BJW and trust in institutions are positively correlated, i.e. the higher the participants' BJW, the greater their trust in institutions. This result corroborates other studies that have also examined this relationship, such as Correia and Vala (2004) and Zhang and Zhang (2015). In addition, we found that a position on the right side of the political spectrum and higher income predicted institutional trust. In structurally unequal societies such as Brazil, this could be related to the fact that institutions treat people differently depending on their social class, and the richest are less likely to trust institutions (Ramos et al., 2016) because they are generally treated well and favoured by them more. Moreover, as Catterberg and Moreno (2006) point out, this may also be because people in the higher socio-economic classes have an interest in maintaining the system as it is in order to preserve their privileged position in the social stratification.

We also found that the BJW significantly predicts trust in State institutions and social coercion. Since BJW is associated with maintaining the status quo, as the system is perceived to be fair and does not require major changes (Hafer & Sutton, 2016), it is understandable that it is associated with greater trust in institutions, many of which also serve this function. However, this relationship between BJW and trust was moderated by the participants' political positioning and economic status and was not present in all of them.

Moderation analysis revealed that income moderated the relationship between BJW and trust in the state and institutions. In these cases, BJW predicted institutional trust in people with lower incomes. So, suppose being on the right wing and having a higher income positively predicts trust, and BJW is unrelated to institutional trust in these people. In turn, BJW predicts institutional trust in people who come from the left-wing and have a lower income. In other words, it is as if people from lower classes needed a belief that made them perceive the world as just in order to trust institutions because only their socio-economic position could not predict trust.

There are many ways we can explain this phenomenon. We believe that it happens to lower-income people and not to higher-income people for the same reason that leads lower-income people to have high BJW: justification of the system (Thomas, 2018), in a process based on Dalbert (2001) and Otto et al. (2009), of assimilation of the unjust reality they believe they cannot change. Individuals in more vulnerable social contexts may perceive the system and reality they live in as more inescapable and, through a psychological defence mechanism such as reducing cognitive dissonance (Jost et al., 2003), begin to see the world as fair and meritocratic so as not to turn against this reality. This was also confirmed by Henry and Saul (2006), who found beliefs that justify the system are supported by people of low socio-economic status, who suffer the most from a particular system.

If they do not have a high BJW, left-wing and low-income people may not trust institutions because of conflicts of interest, but if they have a higher BJW, they may trust them because belief favours the perception of systems (and thus their institutions) as just, even when they work against their interests (Hafer & Sutton, 2016). In this sense, we understand that the Brazilian state has failed in meeting the needs of the most socially and economically vulnerable groups, so these people must have a high level of trust in the BJW to continue to trust it. For this reason, these people may respond to this paradox, i.e. they trust institutions that are not sympathetic to them and interpret reality with the prejudice that the world is essentially just and meritocratic. As Furnham (1991) noted, in an unequal society, where most people believe that the world is a just place, socio-economic inequalities are seen as just, and the poor are assumed to have fewer resources because they really deserve less. In this respect, we understand the BJW as a legitimising belief that leads to trust in institutions.

The same is true for people on the left-wing and on the right-wing. The moderation analyses revealed that political position also moderated the relationship between BJW and trust in the factors of social coercion, the state and general trust in institutions, so that a higher BJW led people on the left to trust these institutions, but not for people on the right. Traditionally, people with more conservative and right-wing political ideologies tend to trust institutions more (Ribeiro, 2011). These are positions that prioritise the preservation of the status quo.

This is also evidenced by the moderation of higher incomes in the relationship between BJW and trust in the group of institutions we have labelled civil organisations. Specifically in this case, the relationship between BJW and trust in these institutions was negative among higher income individuals. Thus, higher BJW was not associated with trust in the institutions of civil organisations, but with the distrust of them. Civil society institutions such as NGOs and people's movements focus on social change, which runs counter to the interests of the upper class, who may therefore not trust them.

People on the left-wing also seek profound social change (Sabbagh & Schmitt, 2016), based on the reading of the contemporary world as a place occupied by social injustices perpetuated by institutions. Therefore, the institutions of the state and social coercion tend to be perceived with more suspicion by those on the left. This study has shown that one of the ways in which people on the left-wing came to have greater trust in institutions was also the expression of greater BJW, even in institutions of coercion that the leftist position has traditionally criticised, such as the police, the armed forces and large corporations

It is possible, then, that joining the BJW has social implications in addition to individual motivation. These include legitimising differences in socio-economic status between groups (Furnham, 1991; Silva et al., 2018) and legitimising the socio-political system (Martin & Cohn, 2004; Ng & Allen, 2005). For people with high BJW, social inequalities are due to individual attitudes, as they perceive the world as fair, where people get what they deserve. Poor people would have less because they have not done enough to earn more. If the BJW only makes people with lower incomes, but not the wealthier, trust state institutions, then it is as if it hides for these people the idea that these institutions are not present in the frame of reference of the rule of law that Brazil claims to be.

However, it is possible that this phenomenon is typical of very unequal societies, where institutions seem to treat people differently, and of countries with more recent democratic regimes (Catterberg & Moreno, 2006; Colen, 2010; Lima et al., 2018). It could be that societies that manage to maintain good levels of social well-being and quality of life for their entire population gain more trust in their institutions because of factors such as these, and that system-based beliefs need not operate in a way that disadvantages people by reinterpreting reality through institutions in order to trust institutions that do not give them much in return.

Perhaps one of the most extensive practical implications of this insight is that trust in institutions can lead to low political engagement because the system and institutions are not

perceived as flawed and in need of change (Cichocka et al., 2018). Social problems are not seen as a consequence of their inefficiency or indifference. Although significant social and revolutionary changes occur in societies, the impetus that triggers them often comes not from the lower class but highly educated or reasonably wealthy individuals, such as the leaders of the French and American Revolutions, Gandhi or Che Guevara. It is possible that the system's justifying beliefs, which are widespread in the lower strata of society, help to explain why these changes are not driven by the working class itself when it can no longer tolerate the injustices of an unjust society (Henry & Saul, 2006; Jost et al., 2003). Thus, the result points to the possible existence of a mechanism that can "docile" individuals and dampen their willingness to act to change realities that may harm them. It is the idea contained in Lerner's (1980) concept of the fundamental delusion of BJW. Moreover, it is possible that in the general population, BJW adherence is even higher among people with lower incomes than in this study, as it was composed of university students. This may add another dimension to the phenomenon studied here.

Theoretically, the link between the BJW and the phenomenon of institutional trust has not been sufficiently explored in the academic literature. Moreover, in this study, we consider the BJW approach as a justifying and legitimising belief in the system, an outdated and less used perspective than the classical motivational approach. The findings are innovative in exploring the impact of beliefs and perceptions of justice on trust in institutions, particularly in demonstrating the political and socio-economic factors. They have the potential to show how people who are disadvantaged due to socio-political, systemic and institutional problems or who come from groups that hold ideologies opposed to the current system come to trust institutions that are often perceived as inefficient in the face of these groups' demands.

This study is not without its limitations. First, we highlight that the sample consists entirely of university students and only a minority who identify as right-wing on the political spectrum. The general population is likely to differ in adherence and the determinants of BJW and institutional

trust, making it impossible to generalise the results. Moreover, political positioning was only measured in terms of left, centre and right, another important limitation.

In the future, further studies are needed to replicate the results described here in different and representative samples of the Brazilian population, including samples from different Brazilian regions and similar groups from the political spectrum. In addition, it is important to examine the influence of other variables that might attenuate the association between the BJW and trust in institutions, as well as to investigate what other factors explain the possibly high trust in institutions of people from lower socioeconomic strata and the left, such as the level of religiosity. Above all, the most critical gap seems to be the question of how the BJW can perform the function of legitimising systems and institutions, as this study points to this possibility through moderation.

References

- Catterberg, G., & Moreno, A. (2006). The Individual Bases of Political Trust: Trends in New and Established Democracies. *International Journal of Public Opinion Research*, 18(1), 31–48. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edh081>
- Cichočka, A., Górska, P., Jost, J. T., Sutton, R. M., & Bilewicz, M. (2018). What inverted u can do for your country: A curvilinear relationship between confidence in the social system and political engagement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 115(5), 883–902. <https://doi.org/10.1037/pspp0000168>
- Colen, C. M. L. (2010). As covariantes da confiança política na América Latina. *Opinião Pública*, 16(1), 1–27. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000100001>
- Corporación Latinobarómetro. (2018). *Informe 2018*. https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf
- Correia, I., & Vala, J. (2004). Belief in a just world, subjective well-being and trust of young adults. In H. Sallay & C. Dalbert (Eds.), *The Justice Motive in Adolescence and Young Adulthood: Origins and Consequences* (pp. 1–271). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203575802>
- Dalbert, C. (1999). The world is more just for me than generally: About the personal belief in a just world scale's validity. *Social Justice Research*, 12(2), 79–98. <https://doi.org/10.1023/A:1022091609047>
- Dalbert, C. (2001). *The justice motive as a personal resource: Dealing with challenges and critical life events*. Plenum.
- Dalbert, C., & Donat, M. (2015). Belief in a Just World. In C. Dalbert & M. Donat (Eds.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (2nd ed., Vol. 2, pp. 487–492). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.24043-9>
- Dalton, R. J. (1999). Political Support in Advanced Industrial Democracies. In Pippa Norris (Ed.), *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford University Press.

Datafolha. (2019). *Grau de confiança nas instituições*.

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/07/10/9b9d682bfe0f1c6f228717d59ce49fdpci.pdf>

Furnham, A. (1991). Just World Beliefs in Twelve Societies. *The Journal of Social Psychology*, 133(3), 317–329.

Hafer, C. L., & Bègue, L. (2005). Experimental Research on Just-World Theory: Problems, Developments, and Future Challenges. *Psychological Bulletin*, 131(1), 128–167.

<https://doi.org/10.1037/0033-2909.131.1.128>

Hafer, C. L., & Sutton, R. (2016). Belief in a Just World. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of Social Justice Theory and Research* (pp. 1–504). Springer New York.

<https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>

Hayes, A. F. (2018). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach* (2nd ed.). The Guilford Press.

Henry, P. J., & Saul, A. (2006). The Development of System Justification in the Developing World. *Social Justice Research*, 19(3), 365–378. <https://doi.org/10.1007/s11211-006-0012-x>

Hunt, M. O. (2000). Status, religion, and the “Belief in a Just World”: Comparing African Americans, Latinos, and Whites. *Social Science Quarterly*, 81(1), 325–343.

Jost, J. T., Pelham, B. W., Sheldon, O., & Ni Sullivan, B. (2003). Social inequality and the reduction of ideological dissonance on behalf of the system: evidence of enhanced system justification among the disadvantaged. *European Journal of Social Psychology*, 33(1), 13–36.

<https://doi.org/10.1002/ejsp.127>

Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion*. Springer.

https://doi.org/10.1207/s15327752jpa4604_19

Levi, M. (1998). A state of trust. In V. Braithwaite & M. Levi (Eds.), *Trust and governance*. Russell Sage Foundation.

Lima, M. E. O., Da Silva, P., Carvalho, N. C., & Monteiro Farias, L. C. (2018). Identidade nacional

e confiança nas instituições em contexto de crise no Brasil. *Psicologia e Saber Social*, 6(2), 205–222. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33557>

Linhares, L. V., Torres, A. R. R., & Pereira, C. R. (2022). Live by the sword, die by the sword: Measuring belief in a just world with popular sayings. *Personality and Individual Differences*, 195, 111673. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111673>

Martin, T. A., & Cohn, E. S. (2004). Attitudes toward the criminal legal system: Scale development and predictors. *Psychology, Crime and Law*, 10(4). <https://doi.org/10.1080/10683160310001629265>

Miller, A., & Listhaug, O. (1999). Political performance and institutional trust. In P. Norris (Ed.), *Critical citizens: Global support for democratic government* (pp. 204–216). Oxford University Press.

Ng, S. H., & Allen, M. W. (2005). Perception of economic distributive justice: Exploring leading Theories. *Social Behavior and Personality*, 33(5), 435–454. <https://doi.org/10.2224/sbp.2005.33.5.435>

Otto, K., Glaser, D., & Dalbert, C. (2009). Mental Health, Occupational Trust, and Quality of Working Life: Does Belief in a Just World Matter? *Journal of Applied Social Psychology*, 39(6), 1288–1315. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2009.00482.x>

Ramos, A., Brites, R., & Vala, J. (2016). Confiança nas instituições políticas em países europeus: O papel dos valores, da experiência democrática e da perceção de eficácia do sistema político numa perspetiva multinível. In F. L. Machado, A. N. de Almeida, & A. F. da Costa (Eds.), *Sociologia e Sociedade: Estudos de Homenagem a João Ferreira de Almeida*. (pp. 345–367). Mundos Sociais.

Ribeiro, E. A. (2011). Confiança Política na América Latina: Evolução Recente e Determinantes Individuais. *Revista de Sociologia Política*, 19(39), 167–182.

Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1975). Who Believes in a Just World? *Journal of Social Issues*, 31(3),

65–89. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1975.tb00997.x>

Russo, G. (2016). *Barômetro das Américas: Actualidades, 1 de abril de 2016*.

<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/ITB025po.pdf>

Silva, K. da C., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. Á., Luque, A. G., & Linhares, L. V. (2018).

Racial discrimination and belief in a just world: Police violence against teenagers in Brazil.

Journal of Experimental Social Psychology, 74(October 2017), 317–327.

<https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.10.009>

Thomas, K. J. (2018). Justice Perceptions and Demographics of Privilege Among Brazilian

Adolescents. *Psychological Reports*, 121(6), 1086–1105.

<https://doi.org/10.1177/0033294117745886>

Tyler, T. R. (1998). Trust and democratic governance. In V. Braithwaite & M. Levi (Eds.), *Trust and governance*. Russell Sage Foundation.

Umberson, D. (1993). Sociodemographic Position, Worldviews, and Psychological Distress. *Social Science Quarterly*, 74(3), 575–589.

Zhang, Z., & Zhang, J. (2015). Belief in a just world mediates the relationship between institutional trust and life satisfaction among the elderly in China. *Personality and Individual Differences*, 83, 164–169. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.04.015>

Zuckerman, M., & Gerbasi, K. C. (1977). Belief in a just world and trust. *Journal of Research in Personality*, 11(3), 306–317. [https://doi.org/10.1016/0092-6566\(77\)90039-3](https://doi.org/10.1016/0092-6566(77)90039-3)

Table 1*Participants' Sociodemographic profile*

Variable	N	%
Gender		
Female	223	59
Male	155	41
Political orientation		
Left	196	52,4
Center	134	35,8
Right	44	11,8
Household income		
Less than 1 minimum wage	12	3,2
1 minimum wage	27	7,1
1-3 minimum wages	97	25,6
3-5 minimum wages	91	24
5-10 minimum wages	87	23
10-15 minimum wages	39	10,3
More than 15 minimum wages	26	6,9
Religion		
Catholic	125	33
Evangelical	57	15
Spiritist	24	6,3
Afro-Brazilian	19	5
Other	21	5,5
No religion	133	35,1

Table 2*Descriptive statistics of trust in each institution (N = 381)*

Institution	M	DP	Trust Level (%)	
			None/Little	Moderate/Too Much
1. Executive Branch	1,81	0,71	84,4%	15,6%
2. Legislative Branch	1,83	0,67	85,4%	14,6%
3. Judiciary Branch	2,15	0,76	63,3%	36,4%
4. Political Parties	1,70	0,60	92,9%	7,1%
5. Federal Police	2,60	0,85	43,0%	57,0%
6. Military Police	2,14	0,83	64,3%	35,7%
7. Armed Forces	2,20	0,93	61,5%	38,5%
8. Corporations	1,82	0,77	79,7%	20,3%
9. TV/Radio	1,86	0,70	82,8%	17,2%
10. Magazines and Newspapers	2,14	0,73	68,1%	31,9%
11. Digital Media	2,12	0,69	71,4%	28,6%
12. Human Rights NGOs	2,98	0,80	19,8%	80,2%
13. Unions	2,29	0,77	59,8%	40,2%
14. Student Unions and Movements	2,57	0,85	42,0%	58,0%
15. Popular Movements	2,69	0,86	40,1%	59,9%
16. Residents' Associations	2,58	0,80	43,7%	56,3%
17. Churches	2,10	0,92	62,9%	37,1%

Note. M = mean; SD = standard deviation.

Table 3*Means, standard deviations and correlations between BJW and institutional trust*

Constructs (α)	M	Dp	Bivariate and α					
			1.	2.	3.	4.	5.	
1. BJW	2,85	0,78	0,81					
2. Civil Organizations	2,47	0,57	-0,09	0,82				
3. Social Coercion	2,17	0,67	0,444**	-0,100	0,83			
4. Media	2,04	0,58	0,029	0,380**	0,102*	0,75		
5. State	1,92	0,54	0,245**	0,104*	0,533**	0,227**	0,63	
6. General Trust	2,21	0,37	0,256**					

Note. α = Cronbach's alpha coefficient diagonally in the table; * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$.

Table 4*Unstandardised regression coefficients predicting trust in institutions*

	Civil Orgs.		Social Coercion		Media		State	
	<i>b</i>	<i>p</i>	<i>b</i>	<i>p</i>	<i>b</i>	<i>p</i>	<i>b</i>	<i>p</i>
BJW	0,09	0,117	0,28*	<0,001	0,04	0,478	0,18*	<0,001
D1 (Left x Center)	-0,02	0,921	0,16	0,494	-0,28	0,272	0,10	0,641
D2 (Left x Right)	-0,24	0,498	1,36*	<0,001	-0,30	0,457	0,47	0,172
Income (Low x High)	0,35	0,112	0,24	0,275	0,54*	0,023	0,52*	0,015
BJW*D1	-0,09	0,270	0,07	0,357	0,09	0,258	0,01	0,815
BJW*D2	-0,15	0,191	-0,15	0,189	-0,02	0,832	-0,06	0,554
BJW*Income	-0,08	0,246	-0,04	0,550	-0,10	0,211	-0,14*	0,047
	R ² = 0.14		R ² = 0.40		R ² = 0.09		R ² = 0.11	